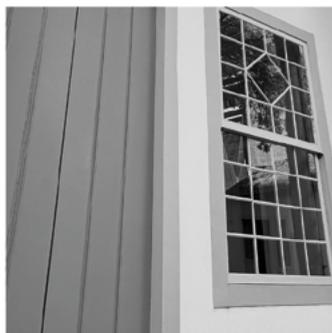


rgi

RELATÓRIO  
DE GESTÃO  
INSTITUCIONAL  
2023



MPSC  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
Santa Catarina



## **EM DEFESA DA VIDA**

Há muitas formas de se pensar o papel do Ministério Público: como instituição defensora do cidadão e da sociedade, como órgão fiscal das políticas públicas, como entidade parceira do Estado e da sociedade civil, como instituição responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses coletivos e individuais indisponíveis. Apesar de esses vieses bem representarem as variadas funções desempenhadas pelo Ministério Público, a melhor definição é aquela que sintetiza a sua atuação primordial em defesa da vida.

Por todos os dias do ano, nos 295 Municípios do Estado de Santa Catarina, nos 95.730km<sup>2</sup> de território e para todos os 7.610.361 habitantes, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) atua em defesa da vida; esse é o trabalho dos 524 Procuradores e Promotores de Justiça, bem como dos mais de 4 mil colaboradores, distribuídos nas 71 Procuradorias de Justiça e nas 399 Promotorias de Justiça.

Em todas as suas diversas áreas de atuação – por meio da melhoria da segurança pública e do combate à criminalidade; da proteção do meio ambiente; da garantia do direito à saúde e à educação; da defesa das vítimas, dos direitos do consumidor, dos direitos humanos, das crianças e dos adolescentes; da tutela do patrimônio público –, o Ministério Público de Santa Catarina trabalha em defesa da vida.

Este Relatório de Gestão Institucional (RGI) – publicado anualmente – tem por objetivo apresentar aos cidadãos e à sociedade informações sobre as funções, as realizações e os principais resultados alcançados pelo Ministério Público catarinense em 2023. Mais do que prestar contas de forma transparente, o documento se revela como um instrumento de difusão de conhecimento para contribuir com o exercício da cidadania.

Neste ano de 2023, pela primeira vez, o Relatório de Gestão Institucional do MPSC está sendo publicado no formato de revista. O objetivo, além da ampliação da transparência dos trabalhos desenvolvidos, é de contínua aproximação do cidadão e da sociedade catarinense, já que todos os dias questões fundamentais à vida passam pelo Ministério Público. O documento busca apresentar, em linguagem acessível, breves recortes sobre o funcionamento do MPSC, com o detalhamento de suas atividades, de suas iniciativas, de seus programas institucionais, de sua estrutura e de seus esforços para o fortalecimento e a manutenção da instituição na vanguarda nacional.

Todo esse trabalho, construído a muitas mãos e sob os mais firmes e nobres propósitos, tem o único objetivo de contribuir, em parceria com as demais instituições e com a sociedade civil, para a edificação de um espaço de contínua melhoria da qualidade de vida de todas e todos que vivem e fazem diariamente o nosso Estado de Santa Catarina ser o que é hoje: o melhor e mais seguro Estado do Brasil.

Assim, convido todas e todos para a leitura desta revista e, também, para o acompanhamento do trabalho do Ministério Público por meio das nossas redes sociais e dos nossos canais de comunicação. O MPSC está de portas abertas, em todas as sedes espalhadas pelo Estado, para sugestões, críticas e, sobretudo, contínuo aperfeiçoamento institucional.

Cordialmente,

**FÁBIO DE SOUZA TRAJANO**

Procurador-Geral de Justiça



# SUMÁRIO

<b>Em defesa da vida .....</b>	<b>3</b>
<b>Apresentação.....</b>	<b>9</b>
O que é o Ministério Público? .....	10
Quando se deve procurar o Ministério Público? .....	10
Quem fiscaliza o Ministério Público de Santa Catarina? .....	12
Definições estratégicas do Ministério Público de Santa Catarina .....	12
Alcance do Ministério Público de Santa Catarina.....	13
Como atua o Ministério Público de Santa Catarina? .....	14
FRBL: fundo que ressarce e beneficia a sociedade.....	17
<b>1. Prevenção e combate à criminalidade e melhoria da segurança pública21</b>	
Projetos em destaque .....	22
NAVIT é reestruturado e estadualizado.....	27
Grupo especializado em crimes cibernéticos promove segurança no meio virtual .....	29
A atuação do MPSC também reflete no combate à criminalidade organizada e aos crimes violentos.....	32
MPSC destina mais de R\$ 40 milhões para órgãos de segurança pública em 2023.....	33
<b>2. Combate à corrupção e defesa do patrimônio público.....</b>	<b>35</b>
Projeto em destaque .....	36
MPSC protagoniza combate à corrupção em Santa Catarina .....	37
Programa Unindo Forças fortalece atuação de Controladorias Internas .....	40
Programa Transparência e Cidadania analisa portais de municípios e facilita acesso à informação.....	42
<b>3. Combate à sonegação de impostos .....</b>	<b>43</b>
Programa visa à responsabilização criminal de sonegadores fiscais .....	44
Programa Saúde Fiscal colabora com as administrações públicas municipais e incentiva a melhoria da gestão tributária.....	48
<b>4. Defesa da saúde pública .....</b>	<b>49</b>
Projetos em destaque .....	50
MPSC promove vitórias interinstitucionais a comunidades terapêuticas .....	53
Parceria entre MPSC e SES promove avaliação dos Centros de Atenção Psicossocial.....	56

<b>5. Defesa do meio ambiente .....</b>	<b>57</b>
Projetos em destaque .....	58
Projeto do MPSC busca a regularização de ocupações que estavam em áreas de preservação permanente .....	62
Iniciativa do MPSC promove regularização de órgãos ambientais municipais .....	64
MPSC participou da sexta operação que visa proteger o bioma .....	66
<b>6. Cidadania, direitos humanos e combate ao preconceito .....</b>	<b>69</b>
Projetos em destaque .....	70
MPSC expõe a importância da inclusão de pessoas com deficiência no lazer e turismo 72	
ESPM atende a pedido do MPSC e concede bolsas integrais para pessoas com deficiência e pessoas negras .....	75
Programa Juntos pelo SUAS presta auxílio às Promotorias de Justiça no âmbito da assistência social.....	76
<b>7. Defesa da criança, do adolescente e direito à educação.....</b>	<b>77</b>
Projetos em destaque .....	78
Projeto do MPSC doa kits de equipagem aos Conselhos Tutelares.....	81
Por meio do programa Educação na Meta, MPSC e entidades parceiras lançam Prêmio Lume.....	83
Ministério Público trabalha por segurança e ambiente de paz nas escolas catarinenses	85
<b>8. Defesa do consumidor.....</b>	<b>87</b>
Programa tem o objetivo de promover a proteção da saúde dos consumidores .....	88
Programa oferece proteção jurídico-sanitária para consumidores de produtos de origem animal .....	90
Iniciativa promove fiscalização de postos de combustíveis catarinenses .....	93
Iniciativa promove facilitação do acesso entre consumidores e entidades municipais ....	95
Programa fortalece parcerias administrativas para proteção da saúde do consumidor ...	96
<b>9. Fiscalização da constitucionalidade das leis estaduais e municipais.....</b>	<b>97</b>
CECCON faz controle de decisões proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade .....	98
Controle abstrato de constitucionalidade de leis ambientais e urbanísticas .....	99
Controle abstrato de constitucionalidade: contratação temporária de servidores .....	99

## **10. Outras iniciativas com impacto ao cidadão..... 101**

Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição foi reestruturado em 2023 .....	102
Comunicação do MPSC atua para estar mais próxima da sociedade catarinense .....	105
Semeando noções de Cidadania.....	108
Mais de 50% dos membros e servidores do MPSC foram capacitados pelo CEAF ...	111
Projeto Cartório Virtual promove mais agilidade e desburocratização de processos....	112
Programa Transformação MP estimula implementação de projetos que solucionem problemas da realidade local .....	113
“Conhecendo as instâncias revisoras do MPSC” incentiva atuação uniforme para o bem da sociedade .....	115
MPSC participa de projeto sobre uso de inteligência artificial na instituição .....	118
Programa de Inovação Aberta busca soluções inovadoras para desafios do MPSC ...	119
CAT presta suporte técnico para a tomada de decisão das Promotorias de Justiça ....	120
Conheça a atuação do MPSC nos Tribunais Superiores .....	121

## **11. Informe da Corregedoria-Geral do MPSC..... 123**

Relatórios estatísticos da Corregedoria-Geral do MPSC estão disponíveis no portal da instituição .....	124
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

## **12. Pessoas no MPSC..... 129**

Estrutura Organizacional .....	130
--------------------------------	-----





# **APRESENTAÇÃO**



## O QUE É O MINISTÉRIO PÚBLICO?

O Ministério Público é uma instituição independente — que não integra os Poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo — e desempenha função fundamental na defesa dos direitos dos cidadãos e da sociedade, com atuação em diversas áreas.

Na área criminal, além de poder conduzir investigações, de forma conjunta ou não com as polícias, o Ministério Público é responsável pela acusação formal, perante o Poder Judiciário, de pessoas que tenham praticado crimes, garantindo a aplicação da lei e a promoção da justiça.

O Ministério Público atua, ainda, no amparo aos direitos que dizem respeito a todos, como a proteção da saúde, do meio ambiente, do consumidor e do

patrimônio público. São os chamados direitos difusos e coletivos. Também age na proteção dos direitos daqueles que não têm condições de se defender, como as crianças, os idosos e os adultos incapazes, na área da família, nos casos de falência e recuperação judicial

Cabe ao Ministério Público zelar, ademais, pelos direitos dos quais a pessoa não pode abrir mão, como a vida, a liberdade e a saúde — chamados ‘direitos individuais indisponíveis’. Ele defende a democracia, zela pelo respeito às normas eleitorais e exerce o controle da constitucionalidade das leis, procurando eliminar aquelas que contrariem a Constituição do Brasil ou a do Estado.

## QUANDO SE DEVE PROCURAR O MINISTÉRIO PÚBLICO?

*Como visto, o Ministério Público atua em várias e importantes áreas de interesse da sociedade. Veja alguns exemplos em que o cidadão pode procurar as Promotorias de Justiça.*

**Saúde:** quando a assistência à saúde, incluindo o atendimento médico, deixa de ser prestada regularmente pelo poder público.

**Educação:** quando o acesso ao ensino infantil e básico obrigatório de qualidade é negado ou deixa de ser oferecido.

**Consumidor:** quando o consumidor é prejudicado por má qualidade ou nocividade de bens e serviços (incluindo serviços públicos); em casos de publicidade enganosa; de abusividade de preços, incluindo os decorrentes da formação de cartéis; de utilização de meios humilhantes ou abusivos para a cobrança de dívidas, além de outras situações.

**Meio ambiente:** quando se verifica dano ou ameaça de dano ao meio ambiente, compreendendo o meio ambiente natural, os patrimônios histórico, cultural, paisagístico e estético, além da ordem urbanística.

**Direitos humanos:** quando os direitos de pessoas consideradas incapazes, de idosos e de pessoas com deficiência são ameaçados ou lesados.

**Infância e juventude:** em caso de maus-tratos físicos ou morais, de abandono material (falta de alimentação, habitação e saúde), de abandono intelectual (negação do direito à educação, à cultura e ao lazer) ou de abandono cívico (negação do

registro civil e da cidadania). O Ministério Público está presente, ainda, nos processos de separação e de divórcio, de guarda e de adoção, de inventários e de divisões de bens que envolvam crianças e adolescentes, bem como nos procedimentos referentes à prática de atos infracionais por adolescentes.

**Moralidade administrativa:** em casos de fraudes e de irregularidades na administração de qualquer órgão público, como contratações irregulares, nepotismo, promoção pessoal, desvio ou apropriação de recursos ou de serviços públicos, de licitações ou de concursos públicos fraudulentos.

**Controle da constitucionalidade:** quando leis e atos normativos municipais ou estaduais desrespeitam a Constituição da República ou a do Estado.

**Ordem tributária:** quando há evidência de sonegação de tributos, fraude na arrecadação, pirataria, falsificação de produtos ou cobrança irregular de impostos e taxas. Atua também na fiscalização e no incentivo à justa tributação.

**Processo eleitoral:** quando ocorre registro irregular de candidaturas a cargos eletivos, propaganda eleitoral irregular, abuso de poder econômico e político ou promoção pessoal, inclusive por intermédio dos meios de comunicação, durante o período eleitoral.

**Terceiro setor:** atua na fiscalização e no acompanhamento de fundações. Atua também quando há fraude no registro e desvio de finalidade ou de recursos por parte de fundações ou de entidades de interesse público e social.

**Criminal:** na área criminal, o Ministério Público é responsável pela iniciativa da ação penal para processar os autores de crimes, desde os mais simples até os mais graves, como homicídio, estupro, latrocínio, roubo, sequestro, tráfico de drogas, corrupção e estelionato. O Ministério Público também pode investigar diretamente crimes de maior complexidade e repercussão social, especialmente quando há envolvimento de organizações criminosas. Nos delitos de menor potencial ofensivo, pode oferecer ao autor da infração proposta de transação – uma espécie de acordo em que ele se compromete a cumprir penas e medidas alternativas à prisão. Em determinados crimes, pode oferecer ao investigado acordo de não persecução penal, a fim de evitar o processo criminal. Além disso, exerce o controle externo da atividade policial, trabalha contra a violência doméstica e fiscaliza o sistema prisional.

**Segurança pública:** o Ministério Público atua na segurança pública através de promotorias regionais especializadas, que focam a tutela difusa, mediante o uso de tecnologias para coleta e interpretação de dados e planos de ação integrados com a sociedade civil e órgãos de segurança pública para garantir a efetividade das ações de segurança. Atua, também, no controle externo da atividade policial, verificando o regular trabalho das forças de segurança, realizando inspeções nas delegacias e batalhões, e recomendando melhorias que possam ser implementadas em prol do atendimento ao cidadão.

## QUEM FISCALIZA O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA?

Internamente, a instituição possui três órgãos de fiscalização: a Corregedoria-Geral, o Conselho Superior do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é responsável pela orientação e pela fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Procuradores e dos Promotores de Justiça. O Conselho Superior do Ministério Público avalia a decisão do Promotor de Justiça quando ele resolve arquivar ou não dar continuidade a uma investigação feita por meio de inquéritos civis, de procedimentos preparatórios ou de notícias de fato. O Colégio de Procura-

dores de Justiça, por fim, fiscaliza os atos administrativos e jurídicos do Procurador-Geral de Justiça, nos limites definidos na Lei Orgânica do Ministério Público.

Externamente, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) é fiscalizado de duas formas: pelo Tribunal de Contas do Estado, que faz a análise da prestação de contas do Ministério Público e examina as suas despesas, incluindo as de pessoal, e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que faz o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e avalia o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus membros.

## DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

### MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

### VISÃO

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e à criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas.

### VALORES

Resolutividade  
Transparência  
Produtividade  
Inovação  
Cooperação

## ALCANCE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

*O MPSC atua em diversas áreas para proteger os direitos dos cidadãos. Por meio de parcerias e projetos, o MPSC amplia seu alcance e efetividade, contribuindo para uma sociedade mais justa. Veja abaixo alguns números do nosso alcance:*

**95.730 km<sup>2</sup>**  
área territorial

**7.610.361**  
pessoas

**399**  
Promotorias de Justiça

**71**  
Procuradorias de Justiça

**112**  
Comarcas

**295**  
municípios

**4.185**  
colaboradores



## COMO ATUA O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA?

A atuação do Ministério Público é feita pelos Promotores de Justiça e pelos Procuradores de Justiça. Os primeiros trabalham nas comarcas, junto aos Juizes de Direito, em contato mais próximo e direto com a população. Os Procuradores de Justiça, por sua vez, exercem a sua atividade perante o Tribunal de Justiça. Atuam em processos propostos em primeiro grau quando a decisão do Juiz é questionada ou, ainda, quando o Ministério Público não concorda com uma decisão do Tribunal de Justiça e recorre ao próprio Tribunal de Justiça ou aos tribunais superiores: Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

O Promotor de Justiça pode atuar de forma extrajudicial ou judicial. Na modalidade extrajudicial, busca a solução dos problemas por outros meios que não a ação judicial – promovendo o diálogo e a conciliação entre partes, realizando audiências públicas, expedindo recomen-

dações ou celebrando ajustamentos de conduta, por exemplo. Na forma judicial, ele leva o caso ao Juiz, solicitando a determinação das medidas necessárias, o que poderá ou não ser acolhido.

Os dois principais instrumentos utilizados pelo Promotor de Justiça, quando age judicialmente, são a ação civil pública e a ação penal pública. A primeira serve para, por exemplo, obrigar o poluidor a reparar o dano causado ao meio ambiente ou o fabricante a retirar do mercado um produto nocivo à saúde. Também é empregada para fazer com que um município garanta creche às crianças ou conserte uma escola que esteja oferecendo risco à segurança dos alunos, ou, ainda, para obrigar a devolução de dinheiro que tenha sido desviado dos cofres públicos. A ação penal pública, por sua vez, serve para buscar a punição de criminosos, como autores de delitos de homicídio, tráfico de drogas, roubo, estupro, estelionato e corrupção.



**Tudo isso é feito para atender a sociedade catarinense. Confira os números de 2023.**



Redistribuição de atribuições



## MP PRESENTE

**2.341**  
Visitas

**800**

Delegacias  
de Polícia

**112**

Estabelecimentos  
Militares Estaduais

**56**

Unidades de  
Medicina Legal

**64**

Unidades de  
Perícia Criminal

**207**

Estabelecimentos  
Prisionais

**29**

Inspeções aos Programas  
Executores de Medida  
Socioeducativas em meio aberto

**458**

Inspeções em  
Entidades de Acolhimento  
Institucional e Programas de  
Acolhimento Familiar

**45**

Inspeções em Unidades para  
Cumprimento de Medidas  
Socioeducativas e  
Internação e Semiliberdade

**304**

Inspeções em  
Instituições de Longa  
Permanência para Idosos

## FRBL: FUNDO QUE RESSARCE E BENEFICIA A SOCIEDADE

Em Santa Catarina, o dinheiro proveniente de condenações, multas e acordos judiciais e extrajudiciais por danos causados à coletividade em áreas como meio ambiente, consumidor e patrimônio histórico é revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), o qual financia projetos que atendem a interesses da sociedade.

O objetivo principal do FRBL é custear projetos que previnam ou recuperem danos sofridos pela coletividade.

O FRBL é administrado por um Conselho Gestor composto por representantes de órgãos públicos estaduais e entidades civis. Os representantes de órgãos públicos são permanentes e os de entidades civis são renováveis a cada dois anos, mediante sorteio público.

Em 2023, foram aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo 10 projetos, somando mais de R\$ 25.858.227, que custearam projetos nas áreas de segurança, educação e meio ambiente em diversas regiões do Estado.



O primeiro chamamento público para a iniciativa foi realizado em fevereiro de 2022. Desde 2023, o FRBL destinou 91 kits de equipagem para 91 Conselhos Tutelares de Santa Catarina. Os kits são compostos



por um veículo modelo SUV, cinco computadores, uma impressora, um bebedouro, um refrigerador, uma cadeira para o transporte de criança em automóvel e um *smartphone*. O valor total investido foi de R\$ 13.739.970.

Sessenta e uma perícias em diversas áreas também foram financiadas pelo FRBL em 2023, totalizando um investimento de R\$ 605.712,04. Além disso, o Conselho Gestor do FRBL também aprovou a realização de outras 78 perícias, que foram solicitadas pelo Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT), por Promotorias de Justiça ou determinadas em juízo. O montante investido foi de R\$ 870.051,04.

Confira na tabela a seguir os projetos aprovados pelo FRBL e em execução em 2023.

Projetos aprovados em 2023	
Projeto	Valor Investido
Intervenção Urbana na escadaria da Praça da Chaminé - Município de Fraiburgo	R\$ 60.000
Recicla RQ - Município de Rancho Queimado	R\$ 438.986,46
Aquisição de veículo do tipo caminhonete 4x4 - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina	R\$ 313.402,03
Programa Penso, Logo Destino - Instituto do Meio Ambiente	R\$ 1.562.273
Revitalização do Mercado Produtor Pedro Westrupp - Município de Imaruí	R\$ 632.827,61
Águias Vigilantes SC - Polícia Militar de Santa Catarina	R\$ 7.737.571,76
Equipar a Polícia Científica de Santa Catarina por meio da aquisição de pontos de acesso da solução de extração de dados avançadas - Polícia Científica de Santa Catarina	R\$ 1.080.208
Fortalecimento Inteligência Policial PCSC - Polícia Civil de Santa Catarina	R\$ 5.677.404,97
Equipar a Polícia Científica de Santa Catarina por meio da renovação e expansão de soluções forenses em informática forense Cellebrite - Polícia Científica de Santa Catarina	R\$ 8.310.553,25
Piloto Escola Restaurativa - Implantação da Justiça Restaurativa nas escolas municipais de Camboriú - Município de Camboriú	R\$ 45.000
<b>Total</b>	<b>R\$ 25.858.227,08</b>

## Projetos aprovados em anos anteriores e em execução em 2023

Projeto	Valor investido
Implantação do Serviço Especializado para Transferencia de Pacientes da Rede de Atenção às Urgências (RAU), nas regiões de saúde de Santa Catarina — Secretaria de Estado da Saúde	R\$ 3.645.000,00
Aquisição de veículo Automotor para o Centro de Atendimento Sócioeducativo Provisório — CASEP de São Miguel do Oeste (SC) — Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	R\$ 69.960,50
Otimização das metodologias analíticas utilizadas nos exames periciais em amostras relacionadas a crimes sexuais no estado de Santa Catarina — Instituto Geral de Perícias	R\$ 3.595.020,00
Corpo de Bombeiros em ação: ampliando o cuidado e defesa das florestas de araucárias, ecossistema e patrimônio na Região do Planalto Norte Catarinense — Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina	R\$ 1.345.000,00
Revitalização do Museu Municipal Dr. Felipe Maria Wolff — Município de São Bento do Sul	R\$ 157.562,09
BOPE Salvando Vidas e Aplicando a Lei — Polícia Militar de Santa Catarina	R\$ 1.748.461,28
Programa Atleta do Futuro — Município de Chapecó	R\$ 188.900,00

Aquisição de Embarcação de Patrulhamento Aquático para a 1ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar Ambiental — Florianópolis — Visando Coibir a Pesca Fantasma e a Captura Incidental — Polícia Militar de Santa Catarina	R\$ 2.734.333,33
Prevenção, fiscalização e preservação da espécie Tursiops Truncatus Gephyreus encontrado no complexo lagunar no município de Laguna/SC — Polícia Militar de Santa Catarina	R\$ 1.250.054,00
Aquisição de Computadores de Alto Desempenho para Polícia Científica de Santa Catarina — Polícia Científica de Santa Catarina	R\$ 2.757.916,00
Aquisição de Éguas Matrizes — Polícia Militar de Santa Catarina	R\$ 916.666,66
<b>Total</b>	<b>R\$ 18.408.873,86</b>

# 1. PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE E MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Na área criminal, o MPSC atua na investigação e no combate ao crime. Membros do MPSC trabalham para apurar crimes, oferecer acusações formais perante o Poder Judiciário e acompanhar processos judiciais, buscando a promoção da justiça. Dedicam-se, portanto, à repressão de diversos crimes, como os praticados por organizações criminosas, os de tráfico de drogas, os de violência doméstica, entre

outros. Além disso, promovem ações preventivas e educativas para reduzir a criminalidade e proteger a sociedade.

Em 2023, foram oferecidas 13.105 denúncias de crimes contra a pessoa. Os Promotores e as Promotoras de Justiça realizaram, ainda, 890 sessões do Tribunal do Júri em todo o Estado. As acusações por crime de tráfico de drogas chegaram a 7.204, e as de violência doméstica somaram 2.159.

## PROJETOS EM DESTAQUE

### Projeto ‘Monitoramento Eletrônico Modernizado’, em Fraiburgo

O projeto ‘Monitoramento Eletrônico Modernizado’ foi idealizado e criado pela 1ª Promotoria de Justiça de Fraiburgo, com a justificativa de aperfeiçoar as ações de prevenção e de repressão a infrações penais pelos órgãos de segurança pública em relação ao sistema de monitoramento urbano. O sistema de monitoramento contava com câmeras de tecnologia ultrapassadas, com imagens de baixa resolução, dificultando e, em alguns casos, até mesmo impossibilitando a solução de delitos.

Com o projeto, foi firmado um termo de cooperação técnica entre as Promotorias de Justiça com atribuição na tutela difusa da segurança pública, os Municípios e os representantes locais das Polícias Cíveis e Militar, com a finalidade de adquirir equipamentos de monitoramento com câmeras mais modernas. A partir daí, o projeto foi desenvolvido em duas etapas. A primeira etapa visou à aquisição de câmeras mais modernas, com qualidade de imagens superior àquelas utilizadas pelo sistema bem-te-vi; a segunda visou à aquisição de câmeras com a tecnologia OCR (reconheci-

mento óptico de caracteres), objetivando a sua instalação em pontos estratégicos das cidades, possibilitando a identificação de criminosos de forma mais ágil.

O orçamento para a consecução do projeto foi inicialmente previsto em R\$ 550.565,28, pagos pelo Município de Fraiburgo de forma parcelada (pagamento mensal, durante a vigência do contrato), e contemplou o custo para a instalação das câmeras, de *software* (instalação, manutenção e atualizações) e de locação de postes para a instalação de algumas câmeras em locais que não as possuíam.

Como resultados, foram instaladas 54 câmeras de vigilância e monitoramento em pontos estratégicos do Município de Fraiburgo, além de oito câmeras de OCR, instaladas nas entradas e nas saídas da cidade. Com a parceria, Ministério Público, Poder Executivo de Fraiburgo e as Polícias Militar e Civil terão acesso às imagens, em tempo real, de forma simultânea. O termo de cooperação técnica terá vigência de cinco anos, podendo ser renovado por períodos sucessivos.

### Projeto ‘Apoio às Vítimas de Crime’, em Rio Negrinho

Em Rio Negrinho, a 2ª Promotoria de Justiça idealizou o projeto ‘Apoio às Vítimas de Crime’ para contrapor a tradicional prática forense que atribui às vítimas de crimes a posição de coadjuvante — como mera fonte de prova — e dar início a um trabalho sistematizado de atenção e de acolhimento das vítimas na Comarca de Rio Negrinho. O projeto visa a garantir às vítimas a efetiva aplicação dos direitos

previstos pela legislação processual penal em relação a elas. Entre eles estão o direito de ser informada sobre o andamento processual, de ser ouvida sem a presença do réu, de ser ressarcida dos prejuízos e de ter a intimidade preservada.

O objetivo geral do projeto consistiu na realização de um trabalho sistematizado de atendimento e acolhimento às vítimas de crimes e a seus familiares e,

especificamente, na criação de um canal de comunicação direto e constante entre a Promotoria de Justiça e as vítimas (sobretudo por meio do WhatsApp e do telefone). Verificou-se a importância do estabelecimento de vínculo de confiança com as vítimas, dando-lhes clareza sobre os seus direitos e o papel do Ministério Público na sua efetivação, além da promoção efetiva dos direitos das vítimas e dos seus familiares, conforme o caso.

Para a efetivação do projeto, não foi previsto o dispêndio de recursos financeiros. Uma das ações desenvolvidas consistiu na assinatura de termo de cooperação técnica com a Universidade do Contestado

(UNC) e o subsequente encaminhamento de vítimas e familiares que desejassem atendimento psicológico gratuito ou a resolução de questões jurídicas cíveis relacionadas ao delito sofrido.

Ao todo, o projeto acompanhou em 2023 mais de 33 vítimas de processos judiciais, promovendo o encaminhamento a atendimentos psicológicos e/ou jurídicos (advogados) quando necessário, a partir da efetivação dos direitos das vítimas, notadamente os direitos de obtenção de atendimentos psicológico, jurídico e de assistência social gratuitos, além do direito ao ressarcimento dos danos.

---

## **Projeto ‘Fortalecimento das Vítimas de Violência Doméstica e Familiar’, em Campos Novos**

O projeto ‘Fortalecimento das Vítimas de Violência Doméstica e Familiar’, da 3ª Promotoria de Justiça de Campos Novos, foi criado em razão do crescente registro de casos de violência doméstica e familiar na comarca. O projeto objetiva o fortalecimento e a informação das mulheres vítimas desse tipo de violência acerca de seus direitos.

Entre os objetivos específicos, o projeto previu a realização de encontros para a troca de experiências entre as vítimas e para a divulgação de informações sobre os caminhos que poderiam trilhar, contemplando os aspectos jurídicos, psicológico e social. Além disso, buscou o engajamento dos órgãos públicos na prestação de atendimento multissetorial às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Entre as ações desenvolvidas para

a consecução do projeto, houve reunião com representantes do Poder Judiciário, da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Secretaria de Assistência Social dos Municípios da comarca, a escolha de local e de datas mensais para a realização de encontros e o convite às vítimas e aos profissionais de cada setor envolvido.

O projeto não contou com a utilização de recursos financeiros. Ao todo, foram realizados, em 2023, cinco eventos com rodas de conversa e palestras nos municípios de Campos Novos, Zortéa, Vargem e Brunópolis, para tratar do tema da violência doméstica e para troca de experiências e informações. As palestras reuniram mais de 400 mulheres do Meio-Oeste, as quais foram informadas sobre os seus direitos e sobre como solicitar apoio à rede de proteção.

## Projeto ‘Ressocializando’, em Araranguá

O projeto ‘Ressocializando’, da 6ª Promotoria de Justiça de Araranguá, foi implementado na área da execução penal da Comarca de Araranguá e idealizado com o fim de garantir uma das principais finalidades da execução da pena: a garantia de ressocialização do indivíduo. Além disso, buscou reduzir a superlotação do Presídio Regional de Araranguá por meio de oportunidades de trabalho.

A iniciativa teve como público-alvo

os apenados do regime semiaberto do Presídio Regional de Araranguá próximos à progressão de regime. O projeto não contou com recursos financeiros. Para a sua consecução, objetivou firmar parceria com uma grande rede de supermercados visando à disponibilização de vagas de emprego, além de parceria com o Departamento Estadual de Administração Penitenciária (DEAP) e o Poder Judiciário para o desenvolvimento da iniciativa.

## Projeto ‘Dados em Evidência: Índice de Esclarecimento dos Crimes de Homicídio e Roubo’, no Município de Chapecó

O projeto ‘Dados em Evidência: Índice de Esclarecimento dos Crimes de Homicídio e Roubo no Município de Chapecó’, da 14ª Promotoria de Justiça de Chapecó, foi idealizado em razão do elevado índice de temor da violência apresentado pelos brasileiros. De acordo com o Índice Global de Paz de 2021, quase 83% dos brasileiros temem ser vítimas de um crime violento.

Diante desse cenário, o projeto objetivou realizar o controle externo da atividade policial a partir de resultados, acompanhando as taxas dos crimes de homicídios e de roubos por meio da divulgação dos índices de esclarecimentos desses crimes na cidade, contribuindo para a redução dos índices por meio do controle de resultados e pelo fomento de políticas públicas de segurança pública.

Para atingir a finalidade, a iniciativa visou a identificar padrões na prática criminosa, locais e comportamentos sensíveis a ela, com a subsequente transmissão da

informação à população, além da redução da falsa percepção de violência e do acompanhamento sistemático da eficácia da investigação policial na elucidação do crime e da sua autoria.



O projeto não previu o gasto de recursos financeiros. Entre as ações para a sua consecução, estavam previstas a delimitação dos anos de interesse na fase inicial e o levantamento de casos de mortes inten-

cionais violentas e de roubos, utilizando-se de bases de dados variadas, como IGP, informa76es do SUS e dados processuais.

O primeiro resultado concreto 6 a forma76o de uma grande base de dados. Para as mortes violentas intencionais, j6 est6o catalogadas mais de 600 mortes, incluindo todas as ocorridas desde 2006. No total, s6o 45 indicadores para cada fato. Para o crime de roubo, foram coletados 10 dados para cada registro, desde 2017. Agora esses dados permitir6o a extra76o de informa76es valiosas, tais como a taxa de esclarecimento

e de puni76o dos crimes de homic6dio e de roubo, bem como outras an6lises que permitam o fomento e o controle de pol6ticas p6blicas na seguran7a p6blica. A partir de agora, as visitas 6s Delegacias de Pol6cia com atribui76o pertinente e ao Batalh6o da PM (visitas previstas na Res. 20/2007 do CNMP) ser6o feitas com base em um relat6rio preliminar, com as informa76es obtidas, especialmente a taxa de esclarecimento e de puni76o, a fim de subsidiar a atua76o do controle externo da atividade policial com base em resultados.

## Projeto ‘Lei Maria da Penha em A76o: Recupera76o de Agressores Envolvidos em Casos de Viol6ncia Dom6stica’, em Coronel Freitas

Idealizado pela Promotoria de Justi7a de Coronel Freitas, o projeto ‘Lei Maria da Penha em A76o: Recupera76o de Agressores Envolvidos em Casos de Viol6ncia Dom6stica’ busca assegurar a efetiva76o das medidas protetivas previstas na legisla76o, notadamente a medida de comparecimento do agressor a programas de recupera76o e de reeduca76o, al6m do seu acompanhamento psicossocial. Ademais, a iniciativa teve o objetivo de contribuir para a conscientiza76o sobre as quest6es de viol6ncia de g6nero para a reflex6o dos agressores e a redu76o da reincid6ncia em casos de viol6ncia dom6stica, bem como para o aprimoramento das medidas com os agressores.

Entre as a76es para a concretiza76o do projeto, foram feitas a capacita76o de equipes, a assinatura de um protocolo de intenc6es entre o Minist6rio P6blico, o Poder Judici6rio e os Munic6pios com vista 6 implementa76o dos programas e 6 fixa76o das medidas de comparecimento ao programa em sede de medida protetiva, al6m da realiza76o de reuni6es com as equipes das Secretarias de Assist6ncia Social dos Munic6pios da comarca.

At6 o momento, foram conclu6das cin-

co edi76es do Programa de Atendimento a Homens Autores de Viol6ncia Dom6stica, com a participa76o de 82 homens da comarca, alcan7ando os munic6pios de 6guas Frias, Coronel Freitas, Jardin6polis e Uni6o do Oeste.

A comarca conta, agora, com um programa regular de recupera76o e de reeduca76o de agressores, mediante a a76o articulada entre o Minist6rio P6blico e os Munic6pios. O trabalho psicossocial desenvolvido em grupos ou mediante atendimento individualizado proporcionou aos participantes reflex6es profundas quanto a suas a76es e conta com a avalia76o positiva dos pr6prios agentes. Trata-se, portanto, de uma atua76o imediata do Estado para dar efetividade ao disposto no artigo 22, VI e VII, da Lei n. 11.340/06.



## Projeto ‘Vamos Negociar?’, em São Domingos

O projeto ‘Vamos Negociar?’ foi idealizado pela Promotoria de Justiça de São Domingos a partir da identificação da necessidade de modificação cultural para que o acordo de não persecução penal (ANPP) atingisse a sua finalidade de política criminal.

Assim, o projeto objetivou fomentar a busca pela solução consensual das demandas criminais por meio do ANPP. Para isso, fixou como um dos objetivos específicos a inversão do fluxo, fazendo com que o investigado busque o Ministério Público para avaliar o cabimento do ANPP.

Para instrumentalizar o projeto, foram previstas ações como a elaboração de material explicativo sobre o conceito do ANPP em linguagem simples e a orientação a todos os envolvidos na cadeia da persecução penal para disseminação do acordo como

uma possibilidade eficiente de resolução da demanda.

O projeto possibilitou a aplicação de forma inédita do instrumento do ANPP na Comarca de São Domingos, tendo como escopo a proposta de inversão de fluxo, a fim de que o indivíduo procure o Ministério Público com a intenção de firmar o acordo. Após a divulgação, foram realizados 11 atendimentos na Promotoria de pessoas que vieram em busca do oferecimento de acordo de não persecução penal e 111 acordos firmados entre julho de 2022 e setembro de 2023. Com os resultados positivos, o fluxograma e o material do projeto já foram replicados nas Promotorias de Dionísio Cerqueira (2ª PJ), de Santo Amaro da Imperatriz (2ª PJ) e de Tubarão (8ª PJ).

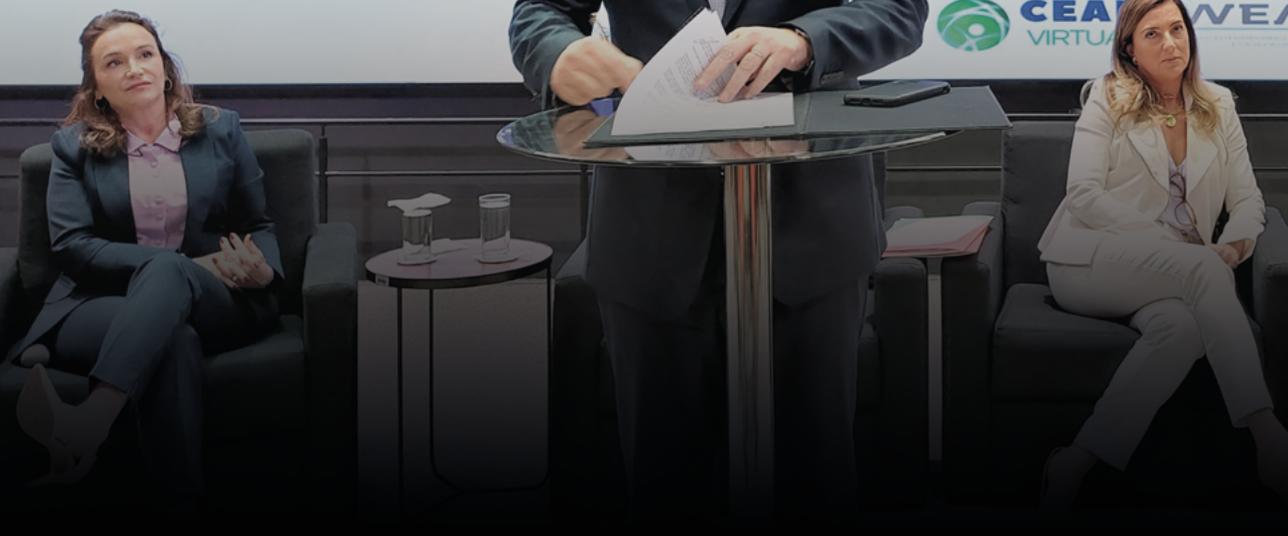
# CICLO DE DIALOGOS

## DO MPSC sobre a Lei Maria da Penha - 2023



Registre sua participação  
via QR Code

O check-in estará  
disponível em  
período da



### **NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES**

Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública

## **NAVIT É REESTRUTURADO E ESTADUALIZADO**

O núcleo atua em diversas regiões do Estado na proteção dos direitos das vítimas de crimes, garantindo-lhes apoio humanizado, informação, orientação jurídica, proteção, acesso à Justiça e encaminhamento para atendimento psicossocial e de saúde



O Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes (NAVIT), originalmente implementado em Florianópolis, tem caráter multidisciplinar e interinstitucional, oferecendo às vítimas de crimes informação, orientação jurídica, assistência judiciária e psicológica, atendimento socioassistencial e acolhimento em casas de passagem.

Em 2023, iniciou o processo de expansão de novos núcleos para outras regiões-chave do Estado, com sedes nas Comarcas de Chapecó, Joinville, Blumenau, Itajaí, Rio do Sul, Tubarão, Brusque, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Criciúma e Lages, totalizando 12 núcleos regionais. Esta reestruturação e estadualização do NAVIT está prevista no Ato n. 627/2023/PGJ, que revogou o Ato n. 496/2020/PGJ.

Além disso, o Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública, responsável pelo núcleo, intermediou a criação de espaços físicos privativos para o NAVIT das Comarcas de Criciúma e Lages.



Também foram designados os coordenadores dos núcleos das Comarcas de Criciúma, Lages e Chapecó.

Mais um termo de cooperação técnica foi celebrado com o objetivo de ampliar a rede do núcleo: entre o MPSC e o Ministério Público do Trabalho. Desse modo, a entidade passa a compor o grupo de parceiros do NAVIT, que já conta com o apoio de diversas outras instituições do Estado, como do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Defensoria Pública, da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, da Secretaria de Desenvolvimento Social, das Polícias Civil e Militar e da Universidade do Vale do Itajaí.



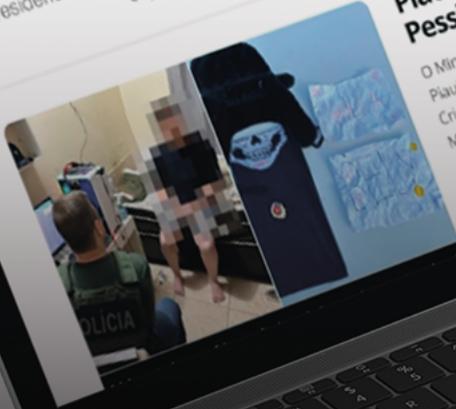


## Adolescente de 13 anos é apreendido por apologia ao nazismo e manipular vítimas

Durante a ação foram apreendidos em sua residência computador, celular e outros objetos

## Adolescente de 13 anos é apreendido suspeito de violência sexual e induzir meninas a automutilação no Piauí na operação Pessinus

O Ministério da Justiça, a Polícia Civil do Piauí e o Grupo de Investigação de Crimes Cibernéticos (CyberGaeco) do Ministério Público de Santa Catarina cumprem, nesta sexta-feira (21), 5 mandados de busca e apreensão e 2 mandados de internação provisória no PI, PE, SC e MT.



### SEGURANÇA VIRTUAL

CyberGAECO

## GRUPO ESPECIALIZADO EM CRIMES CIBERNÉTICOS PROMOVE SEGURANÇA NO MEIO VIRTUAL

*Em 2023, o grupo instaurou 45 procedimentos de apoio operacional e realizou 18 operações*



O Grupo de Investigação de Crimes Cibernéticos (CyberGAECO) é uma força-tarefa coordenada pelo MPSC e composta por integrantes do Ministério Público, das Polícias Civil, Militar, Penal e Rodoviária Federal e do Corpo de Bombeiros Militar. Seu propósito é identificar, buscar prevenir e reprimir infrações penais praticadas por organizações criminosas em meios virtuais.

Em 2023, foram instaurados 45 procedimentos de apoio operacional (PROCs) e realizadas 18 operações, destacando-se as operações “Escola Segura”, “Pessinus”, “Anúncio Fake” e “Sine Ódio”, além de atuações pontuais de combate à pedofilia.

Por meio da atuação do grupo no ano passado, foram emitidos quatro mandados de prisão, 13 mandados de internação de adolescentes e 49 mandados de busca e apreensão, que resultaram na apreensão de quatro armas de fogo, 119 munições/caruchos, roupas e acessórios relacionados ao nazismo e a ataques violentos, 42 celulares e 70 computadores e/ou mídias eletrônicas.

A Operação Escola Segura, deflagra-

da em abril de 2023 em um contexto de constantes ameaças de ataques violentos em instituições escolares, foi decorrente de buscas ativas realizadas pelo CyberGAECO em redes sociais e identificação dos possíveis agressores. Alcançou cinco Estados (Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Paraná) e contou com o suporte do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a atuação coordenada em todas as unidades federativas no dia da execução das ordens judiciais. Como resultado, 10 adolescentes que planejavam ataques violentos a instituições de ensino foram apreendidos – cessando, naquele momento, a sensação de vulnerabilidade e o medo de ataques iminentes à comunidade escolar.

Assim como a anterior, a Operação Pessinus, deflagrada em julho do ano passado, também foi decorrente de buscas ativas do CyberGAECO, em comunidades virtuais, a agressores que acreditavam na impunidade decorrente do possível anonimato garantido pela internet. De forma célere, o CyberGAECO identificou as pessoas

que administravam perfis que promoviam ações de constrangimento ilegal, ameaça, violência psicológica contra a mulher, apologia de crime ou criminoso, bem como incitação a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Com agressores localizados em mais de um Estado, mais uma vez o Ministério da Justiça e Segurança Pública prestou suporte à ação coordenada das forças de segurança pública. No mês seguinte, agosto, foi deflagrada a segunda fase da operação. No total, as atividades realizadas a partir de investigações iniciadas pelo CyberGAECO resultaram na apreensão de três adolescentes e na expedição de oito mandados de busca e apreensão contra um grupo que promovia apologia ao nazismo, incentivo à mutilação, autolesão e suicídio, maus-tratos a animais e estupro virtual, que vitimaram mais de 30 adolescentes.



O MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREAS DE ATUAÇÃO - COMUNICAÇÃO - ATOS E NORMAS - DIÁRIO OFICIAL - LINKS

COMUNICAÇÃO } NOTÍCIAS }

8/8/2023

Facebook Twitter

### CyberGAECO deflagra 2ª Fase da Operação Pessinus

*Estão sendo cumpridos três mandados de busca e apreensão no estado da Paraíba e um mandado no estado de São Paulo. O objetivo da ação é dar continuidade a ação de combate a crimes de constrangimento ilegal, ameaça, violência psicológica contra a mulher, estupro de vulnerável, apologia de crime ou criminoso, bem como incitação à discriminação ou preconceito.*

## **A ATUAÇÃO DO MPSC TAMBÉM REFLETE NO COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA E AOS CRIMES VIOLENTOS.**

Com recursos do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, que é formado pela atuação das Promotorias de Justiça nas mais diversas áreas, todo o parque de extratores, composto por 30 equipamentos, tiveram suas licenças renovadas e os dispositivos atualizados, bem como 60 estações de processamento de alto desempenho foram adquiridas. Esses equipamentos se encontram em pleno uso pela Polícia Científica para extração e análise de dados de dispositivos móveis e equipamentos eletrônicos que foram objeto de apreensão determinada pela justiça.

A atuação técnica da Polícia Científica permite a produção da prova pericial seguindo todas as regras da cadeia de custódia e assegura a formação da convicção quanto à culpabilidade dos criminosos. Isso reflete diretamente no resultado das ações penais e, consequentemente, na contenção da criminalidade violenta.

Em 2023, foram 887 solicitações de extração e análise ligadas diretamente a investigações de crimes contra a vida – representando aproximadamente 8% de todo o trabalho realizado pela Polícia Científica na área de informática forense e um aumento de 30% em relação ao ano anterior.

As extrações relacionadas às investigações do GAECO também aumentam ano a ano: em 2023, 1391 equipamentos informáticos (celulares, notebooks, tablets etc) foram periciados, resultando em um aumento de 75% em relação a 2022.

Essas análises, apesar do aumento expressivo do número de apreensões a cada ano, estão sendo realizadas a tempo e modo graças a tecnologia empregada que, aliada à expertise dos peritos, possibilitou a entrega de mais de 12 mil perícias em informática e dados telemáticos em 2023.

## INVESTIMENTOS

Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública

# MPSC DESTINA MAIS DE R\$ 40 MILHÕES PARA ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA EM 2023

*Verbas do fundo de Penas Alternativas e do FRBL foram revertidos para aprimoramento e modernização da estrutura e serviços dos órgãos da segurança pública.*

Os recursos do Projeto Fundo de Penas Alternativas e do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) repassados pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) para os órgãos de segurança pública foram destinados para aprimoramento e modernização das estruturas.

O projeto Fundo de Penas Alternativas, desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública (CCR), viabiliza que as Promotorias de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) destinem valores de prestações pecuniárias provenientes de transações penais, suspensões condicionais de processos e acordos de não persecução penal para unidades dos órgãos da segurança pública.

Como resultado para a sociedade, observa-se a alocação de recursos em projetos destinados ao aprimoramento e à modernização das atividades finais das unidades policiais, além de garantir o bom funcionamento dessas instituições.

Em 2023, os valores arrecadados foram R\$ 1.612.617,59 para a Polícia Militar de Santa Catarina, R\$ 1.268.376,95 para a Polícia Civil de Santa Catarina, R\$ 550.745,23 para a Polícia Científica de Santa Catarina e R\$ 910.483,33 para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Desde o início do Projeto até dezembro de 2023, já tinha sido encaminhado mais de R\$ 9 milhões aos referidos órgãos.

Em junho do ano passado, o Fundo de Penas Alternativas passou a integrar o Banco de Boas Práticas da Comissão do Sistema Prisional do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP-CNMP). Dessa forma, o projeto agora pode servir como exemplo para que outras unidades do Ministério Público brasileiro repliquem a iniciativa desenvolvida pelo MPSC. Já o FRBL, só no ano passado repassou R\$ 32.956.485,00 para projetos na área da segurança pública.



## 2. COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) desempenha um papel crucial no combate à corrupção e na defesa do patrimônio público. Promotores de Justiça investigam irregularidades, fiscalizam a aplicação de recursos públicos e atuam em processos judiciais para responsabilizar gestores e obter o ressarcimento ao erário. Além disso, o MPSC realiza ações preventivas e educativas, promovendo a

transparência e a ética na administração pública. Com essas iniciativas, o MP catarinense busca garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma correta e em benefício da sociedade.

No ano passado, no MPSC, tramitaram 3.023 procedimentos investigatórios voltados ao combate à corrupção e à defesa do patrimônio público.

## PROJETO EM DESTAQUE

### Projeto 'Cidadania e Combate à Corrupção', em Braço do Norte

O projeto 'Cidadania e Combate à Corrupção', idealizado pela 1ª Promotoria de Justiça de Braço do Norte, foi motivado pela necessidade de fortalecimento do diálogo entre o Ministério Público e as Câmaras de Vereadores dos Municípios, bem como pela constatação de que a sociedade deveria ser informada quanto à possibilidade de procurar o Poder Legislativo local para a solução de algumas de suas demandas.



O objetivo central do projeto consistiu no incentivo da Câmara de Vereadores a participar mais ativamente na construção da cidadania, com o tema da probidade administrativa como um de seus destaques. Além disso, a iniciativa visou a aproximar a Câmara de Vereadores da Comarca de Braço do Norte e o Ministério Público para a fiscalização de situações corriqueiras e a disseminação do conhecimento quanto à importância do combate à corrupção e

do respeito à moralidade administrativa, incentivando boas práticas.

A partir do projeto da 1ª Promotoria de Justiça, foi firmado um protocolo de intenções com as cinco Câmaras de Vereadores da Comarca de Braço do Norte (Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Grão Pará, São Ludgero e Braço do Norte) com o objetivo de aproximar os órgãos para a realização de ações comuns de cidadania e de sensibilização para o combate à corrupção. Houve, ainda, a sensibilização de 28 servidores e de 27 vereadores das cinco Câmaras, destacando o papel do Poder Legislativo e do Ministério Público na construção da cidadania.

Por fim, a Promotoria realizou palestras nas escolas municipais para 600 crianças e adolescentes, como incentivo ao exercício da cidadania e ao combate à corrupção, com entrega de certificados em concurso de redação sobre o tema e evento de premiação.



# GEAC

GRUPO ESPECIAL  
ANTICORRUPÇÃO

## 67 OPERAÇÕES

**399**

Promotorias  
de Justiça

**62**

prisões em  
flagrantes

**+1000**

buscas e  
apreensões

# GAECO

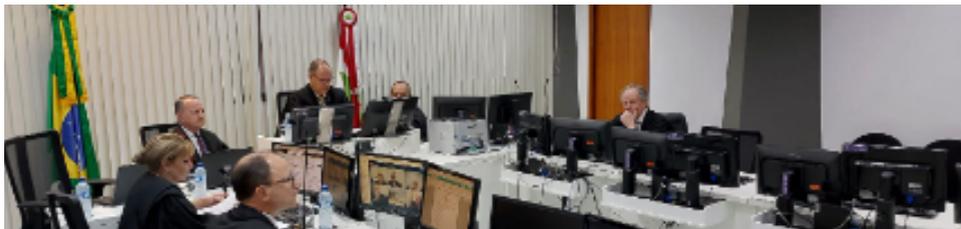
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE  
ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

**OPERAÇÃO MENSAGEIRO**

*Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos*

**MPSC PROTAGONIZA COMBATE À  
CORRUPÇÃO EM SANTA CATARINA**

*R\$55 milhões estão em processo de ressarcimento aos cofres  
públicos e diversos mandados de prisão preventiva foram  
expedidos*



A Operação Mensageiro apurou uma suspeita de fraude em licitação, corrupção ativa e passiva, organização criminosa e lavagem de dinheiro no setor de coleta e destinação de lixo em diversas regiões de Santa Catarina. A operação foi deflagrada pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público de Santa Catarina, que coordena tanto o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) como o Grupo Especial Anticorrupção (GEAC). Uma força-tarefa específica para a operação ainda foi criada pelo Procurador-Geral de Justiça para auxiliar na condução dos trabalhos.

O objetivo da operação foi investigar crimes funcionais de agentes públicos, com abrangência e resultados sem precedentes no Estado de Santa Catarina. Foram apurados possíveis crimes relacionados a fraude em licitação, corrupção ativa e passiva, organização criminosa e lavagem de dinheiro no setor de coleta e destinação de lixo em diversas regiões catarinenses.

Em 2023, foram expedidos 24 mandados de prisão preventiva, 12 em desfavor de prefeitos, e cumpridos 102 mandados de busca e apreensão, abrangendo 15 municípios. Ainda no ano passado foram iniciadas as ações penais da Operação Mensageiro, tendo sido apresentadas e recebidas 21 denúncias, com a imputação de 2.802 crimes. Cinco ações penais estiveram em curso no Tribunal de Justiça catarinense, por conta de foro por prerrogativa de função, e 17 em primeiro grau, espalhadas por 12 comarcas do estado.

Em razão da magnitude e complexida-

de da operação, de modo a disponibilizar apoio às diversas Promotorias de Justiça que receberam as ações penais declinadas/cindidas e os demais processos a elas relacionados, foi criada uma força-tarefa no âmbito do Ministério Público. O grupo soma esforços com a força-tarefa da Operação Et pater filium e com as Promotorias de Justiça da área da Moralidade Administrativa em todas as comarcas no combate à corrupção no estado.

Com tal apoio, foi dado prosseguimento à instrução criminal das ações penais, realizando-se aproximadamente 278 horas de depoimentos judiciais, com 442 oitivas entre depoimentos e interrogatórios. Assim, 16 das ações penais em andamento em 2023 tiveram a instrução criminal encerrada no mesmo ano. Inclusive, houve publicação de acórdãos condenatórios em duas delas, os quais julgaram procedentes as denúncias, condenando os acusados a penas privativas de liberdade que, somadas, alcançam quase 300 anos de reclusão, e a decretação, até o momento, do perdimento do proveito e do produto dos crimes no valor de R\$ 1.682.730,00, de modo a ressarcir o erário.

Foram celebrados e homologados no âmbito da operação, em 2023, 21 acordos de colaboração premiada. Com isso, garantiu-se o compromisso de pagamento, a título de indenização, de mais de R\$ 55 milhões e, de modo a reconstituir a probidade administrativa e retribuir os delitos cometidos, foram firmadas obrigações de cumprimento de penas privativas de liberdades, executadas (e em execução) durante o ano inteiro.

## FORÇA-TAREFA

A partir de dezembro de 2021, Promotores de Justiça, Policiais do GAECO e membros do GEAC vinham investigando os fatos relacionados a possíveis crimes na administração pública catarinense. Após um ano de investigação, constatou-se a existência de uma organização criminosa composta por agentes públicos e privados que visava fraudar licitações em municípios do Estado para a contratação de serviço de coleta e destinação de resíduos sólidos, por meio de pagamento e recebimento de propina. A partir disso, foi deflagrada pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos a primeira fase da Operação Mensageiro, em 6 de dezembro de 2022. Outras três fases foram deflagradas em 2023.

Para fazer frente ao crescente volume de trabalho decorrente da operação, no mês de junho de 2023, a Procuradoria-Geral de Justiça instituiu uma força-tarefa tanto para o acompanhamento das ações que tramitam perante o segundo grau como para aquelas que foram declinadas

para o primeiro grau em razão da perda da prerrogativa de foro por parte dos agentes públicos.

O grupo está incumbido da investigação de diversos novos fatos, da oitiva de investigados e colaboradores, da proposição de novas ações penais, do acompanhamento de *habeas corpus* e recursos perante os Tribunais Superiores, da elaboração de memoriais, além do apoio aos Promotores de Justiça das comarcas nas ações que foram declinadas para o primeiro grau, inclusive com participação nas audiências de instrução e julgamento e elaboração das alegações finais.

A atuação da força-tarefa resultou em acórdão condenatório em duas delas, os quais julgaram procedentes as denúncias, condenando os acusados a penas privativas de liberdade que ultrapassam 50 anos de reclusão e de decretação, até o momento, do perdimento do proveito e do produto dos crimes no valor de R\$ 1.682.730,00, de modo a ressarcir o erário lesado.

### OPERAÇÃO MENSAGEIRO

**21**

denúncias  
apresentadas e  
recebidas

**2.802**

crimes imputados



# PROGRAMA UNINDO FORÇAS

## **PROGRAMA UNINDO FORÇAS**

*Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa*

## **PROGRAMA UNINDO FORÇAS FORTALECE ATUAÇÃO DE CONTROLADORIAS INTERNAS**

*Em 2023 foram oito reuniões de aproximação entre os  
Promotores de Justiça e servidores públicos do Controle Interno*



O programa Unindo Forças, do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA), tem por objetivo o fortalecimento das Controladorias Internas, a prevenção à corrupção e a correção de condutas e práticas irregulares dentro da administração pública.

Em 2023 foram realizadas oito reuniões de aproximação entre os Promotores de Justiça e servidores públicos do Controle Interno. O CMA também participou de um evento no Tribunal de Contas do Estado (TCE), interagindo com os Controladores Internos dos 14 municípios que integram a região da Associação de Municípios do Vale Europeu (AMVE).

São parceiros da iniciativa o TCE, a AMVE e os Controladores Internos dos municípios envolvidos.

Objetivando a continuidade das pesquisas pelos controladores internos ao longo do estado, o CMA atualizou, em 2023, o Banco de Boas Práticas, que reúne peças e documentos relativos à atuação

das Controladorias Internas em Santa Catarina e aos procedimentos básicos para uma boa gestão pública, essenciais na busca pela prevenção de irregularidades. São mais de 200 peças entre instruções normativas, modelos, atos administrativos, leis e decretos, agrupadas em 49 temas relevantes para a administração pública e que constituem o objeto de grande parte das ações judiciais do Ministério Público na área da moralidade administrativa, como diárias, controle de frota, contratos, licitações e admissão de pessoal.

O Unindo Forças surgiu a partir de um diagnóstico desenvolvido em 2014 pela Rede de Controle da Gestão Pública de Santa Catarina, que indicou uma atuação extremamente fraca ou inexistente das controladorias municipais. O programa busca fortalecer as Unidades de Controle Interno dos municípios catarinenses e impulsionar a atuação administrativa na prevenção e repressão ao ilícito.

## PROGRAMA TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA

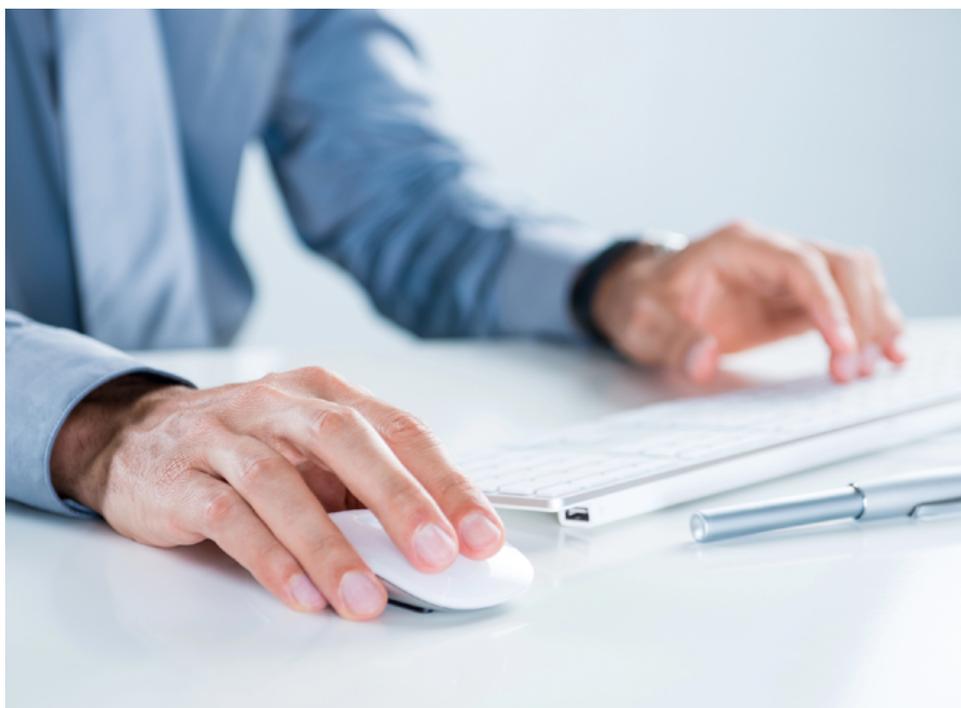
Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

# PROGRAMA TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA ANALISA PORTAIS DE MUNICÍPIOS E FACILITA ACESSO À INFORMAÇÃO

*Foram feitas 14 reanálises de portais de municípios em 2023*

O programa Transparência e Cidadania tem o objetivo de facilitar o acesso à informação e, conseqüentemente, o controle pela sociedade, com iniciativas que visem a implementar e aperfeiçoar os portais da transparência das Prefeituras e Câmaras Legislativas de Santa Catarina, em cumprimento às Leis de Acesso à Informação e da Transparência. A iniciativa é do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA).

A fiscalização frequente da transparência dos portais municipais é importante para permitir que a sociedade fiscalize os gestores públicos quanto a gastos, licitações, concursos, entre outros dados. Em 2023 foram feitas 14 reanálises de portais de municípios, conforme solicitação das Promotorias de Justiça.



### 3. COMBATE À SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

Para a atuação no combate à sonegação de impostos, o MPSC conta com sete Promotorias Regionais, especializadas na área da ordem tributária, além de Promotorias de Justiça locais em cada Comarca.

O trabalho do Ministério Público tem por objetivo investigar fraudes fiscais, em parceria com outros órgãos, para identificar, sancionar os responsáveis e obter, ainda, a restituição dos valores sonegados aos cofres públicos, de modo que esses recursos possam ser aplicados na saúde, na

educação e em outras políticas públicas.

Em 2023, as Promotorias de Justiça com atribuição na defesa da ordem tributária ofereceram 1.687 acusações (denúncias) envolvendo crimes fiscais, as quais buscam o ressarcimento de R\$ 624.947.475,92 ao erário. No mesmo período, a atuação do MPSC garantiu a recuperação de R\$ 244.677.449,34 aos cofres públicos e R\$ 670.128.302,81 de saldo de parcelamentos aos cofres públicos.



**R\$ 624.947.475,92**  
SONEGADOS/DENUNCIADOS



**R\$ 244.677.449,34**  
VALORES RECUPERADOS



**R\$ 670.128.302,81**  
SALDO DE PARCELAMENTOS



**PROGRAMA DE COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL**

*Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária*

## **PROGRAMA VISA À RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL DE SONEGADORES FISCAIS**

*Em 2023, R\$ 914 milhões sonegados ou apropriados  
indevidamente foram recuperados*

O Programa de Combate 6 Sonega76o Fiscal, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Ordem Tribut6ria (COT), tem como objetivo interagir, cont6nua e progressivamente, com institui76es e 6rg6es p6blicos cujas atividades estejam relacionadas 6 ordem tribut6ria, buscando a responsabiliza76o criminal dos infratores e viabilizando a recupera76o dos tributos sonegados ou apropriados do Estado de Santa Catarina e aos seus munic6pios.

Em 2023, o COT promoveu a continuidade na participa76o institucional no Comit6 Interinstitucional de Recupera76o de Ativos (CIRA-SC), formado tamb6m pela Procuradoria-Geral do Estado e pela Secretaria de Estado da Fazenda como importante instrumento de combate 6 sonega76o fiscal.

O Centro de Apoio da Ordem Tribut6ria tamb6m atendeu a 458 solicita76es de apoio das Promotorias de Justi7a e Procuradorias de Justi7a Criminais com atribui76es na ordem tribut6ria e realizou 8.793 pesquisas e consultas no Sistema de Administra76o Tribut6ria (SAT) para a medi76o da evolu76o dos resultados da atua76o das Promotorias Regionais da Ordem Tribut6ria no combate 6 sonega76o fiscal.

Foram elaborados 29 pareceres e uma nota t6cnica conjunta com o Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR), que abordou as diretrizes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE n. 399.109/SC, para a configura76o do crime de apropria76o ind6bita tribut6-

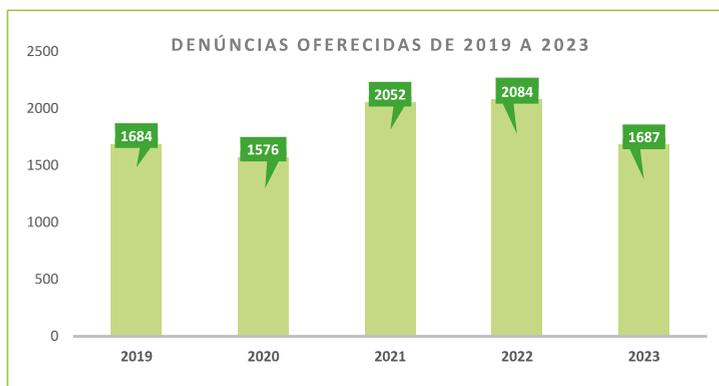
ria previsto no inciso II do artigo 2º da Lei 8.137/90.

Como resultado da repress6o 6 sonega76o fiscal no 6mbito estadual, foram propostas, pelos 6rg6es de execu76o com atribui76es na ordem tribut6ria, 1.687 a76es penais, de acordo com os relat6rios extra6dos do Sistema de Informa76es e Gest6o do Minist6rio P6blico (SIG) e da Corregedoria-Geral, especificamente pelas Promotorias Regionais da Ordem Tribut6ria de Lages, Chapec6, Joinville, Crici6ma, Blumenau, Itaja6 e de Florian6polis, envolvendo um montante sonegado/apropriado denunciado de aproximadamente R\$ 625 milh6es.

Al6m disso, foram iniciadas 2.339 investiga76es para apurar a pr6tica de crimes contra a ordem tribut6ria, sempre com vistas 6 inibi76o de sonega76o fiscal e apropria76o ind6bita enquanto pr6ticas nocivas 6 sociedade catarinense.

No ano passado, a continuidade da atua76o coordenada do Minist6rio P6blico de Santa Catarina no combate aos crimes contra a ordem tribut6ria resultou na recupera76o de valores sonegados ou apropriados indevidamente, totalizando R\$ 244.677.449,34, diretamente recolhidos aos cofres p6blicos, finalizando-se, no 6ltimo dia do ano, com um saldo de parcelamentos tribut6rios origin6rios de procedimentos investigativos e a76es penais, a serem recolhidos pelos investigados/processados por delitos tribut6rios, de R\$ 670.128.302,81.

## Resultados da atuação do Ministério Público no combate à sonegação fiscal em Santa Catarina



ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAIS	1684	1576	2052	2084	1687

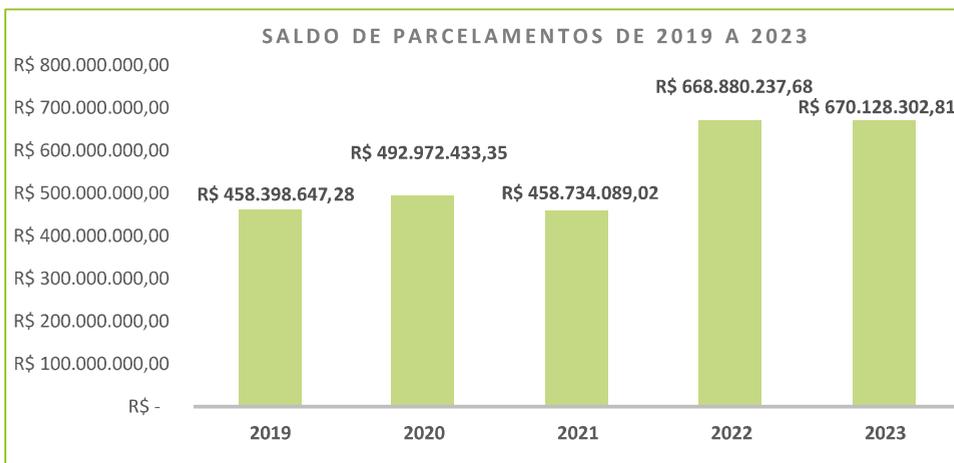


ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAIS	R\$ 722.215.000,00	R\$ 583.981.000,00	R\$ 1.006.823.000,00	R\$ 852.095.000,00	R\$ 624.947.475,92



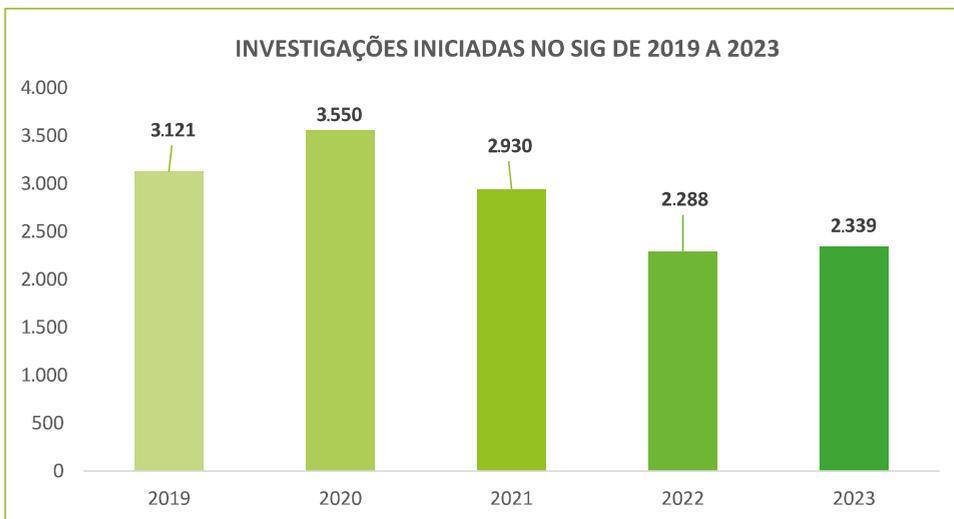
ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAIS	R\$ 170.387.110,98	R\$ 102.345.151,68	R\$ 146.175.309,08	R\$ 160.073.808,34	R\$ 244.677.449,34

## Resultados da atuação do Ministério Público no combate à sonegação fiscal em Santa Catarina



ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAIS	R\$ 458.398.647,28	R\$ 492.972.433,35	R\$ 458.734.089,02	R\$ 668.880.237,68	R\$ 670.128.302,81

## Investigações iniciadas de 2019 a 2023



ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAIS	3121	3550	2930	2288	2339

## PROGRAMA DE SAÚDE FISCAL DOS MUNICÍPIOS

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

# PROGRAMA SAÚDE FISCAL COLABORA COM AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E INCENTIVA A MELHORIA DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

*Em 2023, o Programa atingiu a marca de 88% dos municípios catarinenses diagnosticados. A atuação do MPSC refletiu na recuperação ou no parcelamento de R\$423.750,79 de tributos municipais sonegados ou apropriados indevidamente.*

O programa Saúde Fiscal, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT), tem por objetivo “incentivar a implementação de estrutura, fiscalização e cobrança dos tributos municipais”, visando ao combate aos crimes contra a ordem tributária, de acordo com os pressupostos da Lei n. 8.137/90.



Além disso, o projeto tem o intuito de promover a conscientização e a efetiva adesão dos Poderes Executivos municipais aos compromissos do programa e o consequente aumento da atividade institucional. Isso se refletiu na recuperação ou no parcelamento de R\$ 423.750,79 de tributos municipais sonegados ou apropriados indevidamente.

Em 2023, foram elaborados 75 diagnósticos das estruturas administrativas

tributárias e das respectivas legislações dos municípios catarinenses, alcançando a marca de 88% de municípios já diagnosticados a partir das diretrizes mínimas para eficiência na arrecadação tributária própria, estabelecidas pela Nota Técnica n. 001/2018/COT, elaborada no programa Saúde Fiscal dos Municípios.

Por fim, houve a assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica n. 036/2023 e n. 054/2023 entre o MPSC, representado por suas Promotorias de Justiça com atribuição na ordem tributária, e as Secretarias Municipais da Fazenda de Blumenau e de Itapema, respectivamente, para intensificar a atuação institucional no combate à sonegação de tributos municipais.



## 4. DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) trabalha ativamente na defesa da saúde pública, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de qualidade. O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) também promove ações para assegurar a oferta de medicamentos e de tratamentos, além de buscar a observância dos direitos dos pacientes. Por meio

dessas iniciativas, o trabalho dos Promotores de Justiça contribui diretamente para um sistema de saúde mais eficiente e, por consequência, para a melhoria das condições de saúde da população catarinense. Em 2023, na área da saúde, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ajuizou 458 ações civis públicas.

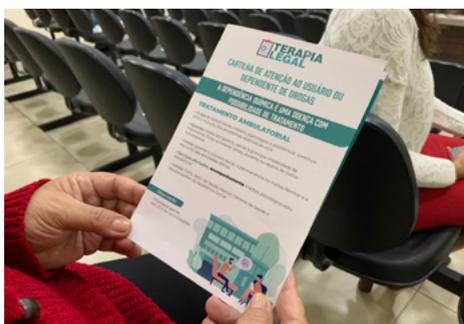
## PROJETOS EM DESTAQUE

### Projeto 'Terapia Legal', em Jaguaruna

Em sua atuação, a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguaruna constatou que o Município de Jaguaruna enfrentava diversas dificuldades com o acolhimento de dependentes químicos em comunidades terapêuticas, os quais incluíam desde o desconhecimento das hipóteses de internação hospitalar e de acolhimento em comunidade terapêutica até a falta de informações dos direitos pelos próprios acolhidos, o despreparo das famílias em caso de abandono do tratamento por parte do dependente químico, além da falta de capacitação dos servidores da área da saúde.



A partir do projeto 'Terapia Legal', desenvolvido pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguaruna, foi realizado um amplo trabalho com as comunidades terapêuticas da comarca para regularizar o atendimento aos dependentes e evitar o acolhimento forçado nessas unidades.



Verificou-se, ainda, que as unidades recebiam não só dependentes, mas também idosos, adolescentes, deficientes mentais e físicos, sem qualquer relação com a dependência química. O objetivo era, portanto, ir além da fiscalização e da assinatura de termo de ajustamento de conduta e garantir que a comunidade terapêutica realmente compreendesse e aderisse aos termos legais do serviço.



Como principais resultados, houve a formalização de fluxos de encaminhamento entre as comunidades terapêuticas e as Secretarias de Saúde e a ampla divulgação dos direitos dos dependentes químicos, formas de tratamento e fluxos de atendimento, que foram detalhados em folders e cartilhas de orientações entregues à comunidade. Houve, também, o fortalecimento da atuação do Conselho Municipal de Saúde, que passou a acompanhar o Ministério Público nas inspeções a comunidades terapêuticas. Todos os resultados foram apresentados à comunidade em uma sessão solene na Câmara de Vereadores.

## MPSC defende direitos de pessoas com câncer

*Decisão judicial garante o direito de pacientes do SUS iniciarem o tratamento no máximo 60 dias após o diagnóstico*

Em 2023, a 33ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital ajuizou uma ação civil pública com o objetivo de promover os direitos de pacientes oncológicos em tratamento por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). A demanda garantiu o direito previsto na Lei 12.732/2012 de cumprimento do prazo de 30 dias para a realização do exame para confirmar o diagnóstico de câncer e de 60 dias para o início do tratamento, com o estabelecimento de multa de R\$ 10 mil para o caso de descumprimento.

A medida liminar foi concedida ainda em 2023 pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, determinando que, no prazo de seis meses, o Estado de Santa Catarina assegure em no máximo 30 dias a todos os usuários do SUS a realização dos exames necessários à elucidação da doença mediante solicitação médica fundamentada e, no prazo máximo de 60 dias, o primeiro tratamento de neoplasia maligna, contados do dia em que o diagnóstico foi firmado.

O Estado deve apresentar, ainda, um plano de ação em que constem a situação atual das filas de espera para a realização de exames diagnósticos e do primeiro tratamento de neoplasia maligna, as ações concretas que serão adotadas para o atendimento dos prazos previstos na Lei n. 12.732/2012, as metas e as prioridades estipuladas e o estabelecimento de um cronograma detalhado para a regularização da política pública de saúde.

E os reflexos, a partir das medidas adotadas pela Secretaria de Estado da Saúde em cumprimento à decisão, já podem ser observados na prática, tendo reduzido o tempo médio de espera por cirurgia oncológica de 68 dias em 2022 para 57 dias em 2023. Em janeiro de 2023, 48,5% dos pacientes tinham suas cirurgias realizadas no prazo de 60 dias, percentual que subiu para 74,3% em dezembro do mesmo ano. O cumprimento integral da decisão segue sendo acompanhado pelo Ministério Público.

## Após tratativas entre MPSC e poder público, Hospital de Lages implementa procedimento para pacientes com AVC

*Instituição foi a primeira no país habilitada para realizar neurocirurgias endovasculares de trombectomia mecânica*

A região serrana apresenta o maior número de casos de acidentes vasculares cerebrais registrados no Estado. Considerando esse contexto, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio da 14ª Promotoria de Justiça de Lages, instaurou um inquérito civil para a implementação

do procedimento de trombectomia mecânica para pacientes do SUS no município.

Após diversas tratativas com o poder público municipal e estadual, o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres foi habilitado para a realização do procedimento. A instituição de saúde é a primeira do país a

receber a habilitação para realizar neurocirurgias endovasculares de tromboectomia mecânica voltadas ao tratamento do acidente vascular cerebral isquêmico.

O objetivo da intervenção é melhorar a

qualidade de vida dos pacientes, reduzindo o risco de deterioração neurológica e trazendo maior independência funcional às pessoas acometidas pela condição.

---

## **MPSC recomenda regularização do atendimento psiquiátrico em Capivari de Baixo**

*Em 2023, município acatou a recomendação para encaminhar e requerer aprovação de projeto de lei à Câmara Municipal*

No ano passado, a Promotoria de Justiça de Capivari de Baixo recomendou que o município regularizasse o atendimento médico psiquiátrico oferecido pelo SUS. O documento indicava que a administração municipal deveria contratar dois médicos psiquiatras, ambos com carga horária de no mínimo 20 horas semanais, sendo um médico psiquiatra infantil ou com especia-

lidade na área infantil para atender a fila de mais de 400 pacientes.

A regularização do atendimento deveria ocorrer com a criação de um projeto de lei que deveria ser encaminhado para a Câmara Municipal. A administração da cidade acatou a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).



**PROGRAMA SAÚDE MENTAL EM REDE**

Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública

**MPSC PROMOVE VISTORIAS  
INTERINSTITUCIONAIS A COMUNIDADES  
TERAPÊUTICAS**

*Em 2023, oito instituições que acolhiam mais de 330 pessoas foram vistoriadas; uma foi interditada e cinco foram notificadas*



O programa Saúde Mental em Rede objetiva fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Santa Catarina, especialmente em um momento no qual os serviços de atenção à saúde mental se tornaram ainda mais requisitados, em função das consequências do período da pandemia. A iniciativa busca reforçar a política pública de saúde mental e garantir que esses atendimentos aconteçam em momentos oportunos e sejam eficientes.

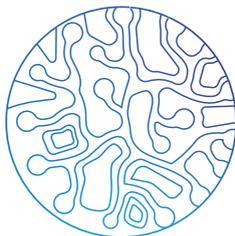
O intuito das vistorias das comunidades terapêuticas foi averiguar as condições de operação das entidades, verificar se os direitos dos usuários estão sendo respeitados e se as normas mínimas de funcionamento estão sendo cumpridas no local. Em 2023, as fiscalizações foram realizadas em seis Regiões de Saúde (Nordeste, Alto Vale do Itajaí, Foz do Rio Itajaí, Grande Florianópolis, Laguna e Extremo Sul), com a participação das Promotorias de Justiça das comarcas referentes.

No total oito instituições, que acolham 331 pessoas à época, foram averiguadas. Na fiscalização foram encontradas diversas irregularidades, como cárcere privado,

castigos físicos, privação de alimentação, ameaças verbais, isolamento, sedação química, retenção de cartão de benefícios do acolhidos, trabalho não remunerado, acomodações precárias e estoque irregular de medicamentos. Como consequência, uma comunidade terapêutica foi interditada e outras cinco receberam notificações exigindo a correção de irregularidades; duas paralisaram as atividades por não pretenderem se adequar à demanda.

Durante as fiscalizações foram encontradas 65 pessoas acolhidas de forma indevida, com a realização de diligência para o desacolhimento e encaminhamen-





# Programa Saúde Mental em Rede

to adequado. Destas, 47 tinham comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave, 21 não tinham demanda relacionada ao uso de álcool e outras drogas, três eram interditados e estavam no local apenas por decisão do curador, oito aparentavam grave comprometimento psicológico sem contar com diagnóstico médico e dez necessitavam de atenção médica imediata.

As vistorias contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC); da Vigilância Sanitária de Santa Catarina (DIVS/SC); do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC); da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC); do Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina (CONEN/SC) e do Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região (CRP/SC).

**8 INSTITUIÇÕES FISCALIZADAS**  
com 331 pessoas acolhidas

**1 INSTITUIÇÃO INTERDITADA**

**5 INSTITUIÇÕES NOTIFICADAS**  
das quais duas não se adequaram e fecharam



## DIAGNÓSTICO ANUAL

Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública

# PARCERIA ENTRE MPSC E SES PROMOVE AVALIAÇÃO DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

*Objetivo foi avaliar estruturas físicas, processos de trabalho e composição de equipes das instituições*

A primeira fase do levantamento de dados dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Estado foi realizada em 2023 por meio de uma parceria entre o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública (CSP), e a Secretaria Estadual de Saúde (SES). O formulário de qualificação foi aplicado em 100% das instituições catarinenses. Visitas foram realizadas pelas Regionais de Saúde, com a possibilidade de acompanhamento pelas Promotorias de Justiça das comarcas abrangidas.

Os formulários preenchidos foram encaminhados para as Promotorias de Justiça solicitantes para subsidiar o acompanhamento da política pública de atenção psicossocial da comarca. O levantamento indicou, entre outros pontos, que 72,7%

dos CAPS atendem mais de 20 pacientes diariamente, havendo lista de espera em 24,8% deles. Além disso, apenas 33,9% dos CAPS possuem estrutura física suficiente para realizar o atendimento adequado, com relatos de problemas na conservação da estrutura física em 62,8% dos estabelecimentos. Também foi constatada a realização de internações compulsórias pelos CAPS, assim como o encaminhamento involuntário de pacientes para comunidades terapêuticas.

Outro ponto evidenciado pelo levantamento é o número ainda insuficiente de profissionais em relação à demanda de atenção à saúde mental, com estabelecimentos sem composição adequada de equipe de trabalho.

### Formulário aplicado em 100% das instituições de SC

**72,7%**

dos CAPS atendem mais de 20 pacientes diariamente, havendo lista de espera em 24,8% deles

**33,9%**

dos CAPS possuem estrutura física suficiente para realizar o atendimento adequado, com relatos de problemas na conservação da estrutura física em 62,8% dos estabelecimentos

## 5. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Uma das atuações do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) se dá na defesa do meio ambiente para a proteção dos recursos naturais, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e estético, além da ordem urbanística.

Na área ambiental, os Promotores de Justiça promovem ações civis públicas para a reparação dos danos e ações penais com vista à responsabilização de autores de crimes como desmatamento ilegal e poluição. Por meio da atuação das Promo-

torias de Justiça, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) busca o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação, protegendo a biodiversidade e a qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Em 2023, na área ambiental, o Ministério Público de Santa Catarina ajuizou 385 ações civis públicas e 1.591 acusações por crimes praticados contra o meio ambiente, além de elaborar 47 Termos de Ajustamento de Conduta e 1.233 acordos de não persecução penal.

## PROJETOS EM DESTAQUE

### Projeto 'Campo Limpo', em Ituporanga

O projeto 'Campo Limpo', desenvolvido pela 2ª Promotoria de Justiça de Ituporanga, teve origem após a Operação Deméter, com o objetivo de combater a adulteração, o comércio irregular e a utilização de agrotóxicos ilegais. Na oportunidade, verificou-se enorme impacto socioambiental e econômico na Comarca de Ituporanga, haja vista a exposição da saúde de agricultores a substâncias tóxicas utilizadas para adulteração dos defensivos agrícolas, além do uso de agrotóxicos ilegais e adulterados, culminando com perdas da safra e prejuízos ao comércio local regular.

Dessa forma, a Promotoria de Justiça buscou atuar de forma preventiva no combate ao comércio irregular e à utilização de agrotóxicos ilegais na Comarca de Ituporanga, visto que a economia da região gira em torno do cultivo da cebola.

Como etapas do projeto, foram realizadas diversas palestras para agricultores locais, com a participação da

CIDASC e da Polícia Militar Ambiental, para divulgação dos danos ambientais causados pela aplicação de agrotóxicos irregulares, além das consequências cíveis e criminais da sua utilização. Também houve ampla divulgação do projeto na mídia local, incluindo distribuição de folders para a população acerca do perigo da utilização de agrotóxicos irregulares.

Como resultados, pôde-se observar a redução do número de ocorrências e de procedimentos judiciais correlatos em trâmite na Comarca, uma vez que agricultores, consumidores e comerciantes passaram a se adequar às normas administrativas da CIDASC. Foi, ainda, constatado o incremento de aproximadamente 30% no comércio de defensivos agrícolas regulares, além da formação e do fortalecimento de vínculo entre o Ministério Público e os órgãos ambientais para o aumento da fiscalização e da atuação na área do comércio de defensivos agrícolas.

### Projeto 'Saneamento Básico', em Maravilha

O planejamento da estruturação do sistema de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, com estabelecimento de metas e de projetos de médio e longo prazo, é uma providência de extrema relevância para o futuro da população, especialmente para a garantia da sanidade pública e para uma adequada expansão urbana e industrial.

Diante do término do convênio do Município de Maravilha com a CASAN, o projeto teve como objetivo acompanhar a transição para o novo modelo de serviço

de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto pelo Município, o que demandou intensa articulação entre os



Poderes Executivo e Legislativo, entidades e população local.

Com o projeto, a 2ª Promotoria de Justiça de Maravilha realizou duas audiências públicas: a primeira para apurar os problemas relacionados ao saneamento básico de Maravilha, e a segunda para apresentar a revisão e a atualização do plano de saneamento básico e os passos futuros em relação aos serviços de água e

esgoto. A Promotoria atuou ativamente na fiscalização do plano de saneamento e do processo de transição para o novo modelo de prestação de serviços de saneamento na cidade, garantindo a manutenção da prestação do serviço de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, o que foi alcançado pela via extrajudicial, em conjunto com os demais órgãos envolvidos.

## Projeto 'Proteção das Nascentes do Lajeado São José', em Chapecó

O projeto 'Proteção das Nascentes do Lajeado São José', da 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, foi idealizado a partir da constatação da necessidade de ação conjunta para proteção das 79 nascentes identificadas do manancial Lajeado São José, o único responsável pelo abastecimento público de água do Município de Chapecó, em razão do agravamento da crise hídrica.



Assim, visando a proteger todas as nascentes do Lajeado São José, o projeto previu, em seus objetivos específicos, a sensibilização dos proprietários de terras onde estão situadas as nascentes a preservarem o meio ambiente e a orientação deles quanto às técnicas adequadas para

essa proteção, bem como a ampliação da consciência ambiental e o acionamento das instâncias penais e repressoras.

Para efetivar os objetivos, foram realizadas ações como vistorias em campo, orientações e obtenção de recursos para doação de cercas aos proprietários desprovidos de condições financeiras. Todas as propriedades que tiveram as suas nascentes pontuadas receberam visita técnica, e, durante as visitas, foram identificadas muitas nascentes não cadastradas nos sistemas oficiais, de modo que o projeto foi ampliado para alcançar a totalidade das nascentes e dos seus respectivos cursos d'água. São parceiros do Projeto: o Projeto Iberê, Comitê da Bacia Hidrográfica do Lajeado São José, a Polícia Militar Ambiental e o Sedema.



---

## Projeto 'Implantação de Políticas Públicas em prol dos Animais', em Joinville

Por meio do projeto 'Implantação de Políticas Públicas em prol dos Animais no Município de Joinville', idealizado pela 21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, o Município investiu R\$ 643.247 para a castração de 3.064 animais, incluindo gatos e cachorros. Também foram realizados mutirões de microchipagem e feiras para adoção.

O projeto foi pensado a partir da constatação da carência de políticas públicas voltadas à proteção animal, como programas de manejo e de controle populacional, de educação ambiental nas escolas, de campanhas de incentivo à adoção de animais, de acesso à saúde e ao bem-estar por meio de órgãos municipais, especialmente para atendimento de animais abandonados,

comunitários e sob tutela de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Diante desse cenário, o projeto fixou objetivos específicos para a implementação de políticas públicas em favor dos animais no Município de Joinville, notadamente para o manejo populacional e a redução da população de cães e gatos em situação de vulnerabilidade e abandono. Entre eles, destacam-se o fortalecimento da atuação ministerial em Direito Animal, matéria afeta à Curadoria do Meio Ambiente, e o diálogo e a orientação do Poder Executivo municipal acerca da obrigatoriedade de implementação de políticas públicas em prol dos animais, especialmente no tocante ao controle populacional de cães e gatos.

---

## Projeto 'Cultivando Áreas Verdes', em Xanxerê

O projeto 'Cultivando Áreas Verdes', desenvolvido pela 2ª Promotoria de Justiça de Xanxerê, teve origem a partir da identificação, nos municípios da Comarca de Xanxerê, de que muitas áreas verdes decorrentes do parcelamento do solo (na modalidade de loteamentos) eram entregues ao domínio dos municípios sem qualquer infraestrutura e, por consequência, sem pleno atendimento de todas as suas finalidades (ecológica, urbanística, de lazer, entre outras). Assim, muitos espaços não contavam com equipamentos de lazer para usufruto da população, sendo tomados por vegetação daninha, servindo como criadouro de insetos/mosquitos e por vezes até como local de descarte de resíduos sólidos (lixo). Considerando toda a importância que as áreas verdes têm para um meio ambiente equilibrado e para a sadia qualidade de vida, iniciou-se

a tratativa para que os próprios loteadores entregassem áreas verdes com um mínimo de equipamentos e organização a fim de que a população local fosse beneficiada de imediato com a área verde em sua plenitude, assegurada a finalidade ecológica, urbanística, de recreação, entre outras.

Com a intervenção do Ministério Público, houve a adequação de cinco procedimentos de loteamentos que, até então, não contemplavam a infraestrutura básica para uma ocupação sadia e adequada das áreas verdes. Após a atuação do Ministério Público, os loteadores realizaram melhorias e novos projetos com infraestrutura suficiente para o cumprimento da finalidade da área verde, desde o início de sua implantação, proporcionando à futura população moradora daquela localidade a plenitude desse tipo de bem público.

## Parceria no projeto 'Penso, logo destino', do IMA, em Mafra

Embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos preveja a logística reversa como destinação ambiental adequada de produtos que contenham elementos nocivos para a saúde e o meio ambiente, ainda há muito desconhecimento em relação ao correto descarte de produtos como lâmpadas, pilhas, pneus, eletroeletrônicos e embalagens de agrotóxicos em desuso. Nesse sentido, após a apresentação realizada pela Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental do Instituto do Meio Ambiente (CODAM) sobre o programa 'Penso, logo Destino' (PLD), cujo objetivo é instalar kits coletores de logística reversa em diferentes pontos da cidade, a 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra verificou a possibilidade de destinação de recursos de prestações pecuniárias decorrentes de transações penais, suspensões condicionais do processo e acordos de não persecução penal para a compra de coletores e a implementação do projeto em Mafra.

O PLD, idealizado e promovido pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), já conta com a adesão de 149 municípios catarinenses, mas nem todos o implementaram na prática por dificuldades financeiras na compra dos coletores. Nesse sentido, verificando a importância do tema, a Promotoria de Justiça buscou articular com o poder público municipal a adesão

ao programa, comprometendo-se a disponibilizar recursos financeiros de prestações pecuniárias decorrentes de transações penais, suspensões condicionais e acordos de não persecução penal para a compra dos coletores de produtos que contenham elementos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Como resultados alcançados, em três meses foram obtidos a adesão dos Municípios de Mafra e de Canoinhas; a destinação de recursos financeiros de prestações pecuniárias para a compra de coletores; a compra e a instalação de três kits coletores instalados em supermercados do município; e duas palestras realizadas em escolas públicas municipais, para 230 crianças e adolescentes, com o objetivo de conscientizá-los para a correta destinação dos resíduos.

O objetivo é conscientizar a sociedade sobre a disposição correta dos resíduos sólidos, disseminando os preceitos e a sistemática da logística reversa. O programa é executado em três etapas: Logística Reversa, Coleta Seletiva e Resíduos Orgânicos. A intenção é que, após o desenvolvimento das três fases do projeto, Santa Catarina seja o Estado brasileiro que mais recicla e reutiliza e que menos produz resíduo.



## PRÊMIO JOSÉ DAURA

*Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento e Inovação*

**PROJETO DO MPSC BUSCA A  
REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÕES  
QUE ESTAVAM EM ÁREAS DE  
PRESERVAÇÃO PERMANENTE**



O Projeto “Delimitação das Áreas de Preservação Permanente em Área Urbana Consolidada”, da 1ª PJ de Jaraguá do Sul, tem como principal objetivo a regularização de ocupações que estavam em áreas de preservação permanente, em conflito com a legislação ambiental brasileira, a partir da delimitação de uma área urbana consolidada passível de regularização no município de Jaraguá do Sul.

A iniciativa conquistou o primeiro lugar do Prêmio José Daura, premiação do MPSC que busca estimular e disseminar a atuação inovadora e resolutiva, orientada por uma cultura institucional do MPSC direcionada para a entrega de resultados socialmente relevantes.

Em 2008, a 1ª Promotoria de Justiça, em uma iniciativa pioneira, criou um grupo de trabalho multidisciplinar para diagnosticar a situação de ocupações irregulares no município e criar uma metodologia para estabelecer medidas para a regularização de imóveis situados às margens de cursos d’água naturais.

Com isso, Jaraguá do Sul foi a primeira

cidade de Santa Catarina a ter uma lei que delimitou sua área urbana consolidada com base em critérios objetivos, como a densidade habitacional e existência de infraestrutura urbana, como vias públicas, redes de energia elétrica, abastecimento de água e coleta de esgoto, além de estabelecer critérios objetivos e individualizados para a regularização ambiental de imóveis situados às margens dos cursos d’água.

Um resultado deste projeto é o Parque Linear Via Verde, que inunda propositalmente em dias de muita chuva e é espaço de lazer em dias comuns. Com amplo espaço verde, ele disponibiliza atrações como ciclovia, praça infantil, academia, pista de skate, quadras para esporte, de concreto e areia, e ainda é possível contemplar, dele, o pôr-do-sol.

Com o projeto, foram emitidas, até o dia da premiação, 1.343 certidões de área urbana consolidada, com centenas de imóveis regularizados. Além disso, como medida de compensação mitigatória, o Município de Jaraguá do Sul já arrecadou R\$ 2,4 milhões.



**PROGRAMA LEGALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

*Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente*

**INICIATIVA DO MPSC PROMOVE  
REGULARIZAÇÃO DE ÓRGÃOS  
AMBIENTAIS MUNICIPAIS**

*CME visitou 120 cidades para avaliar o funcionamento de  
instituições do gênero em 2023*



O programa Legalidade Ambiental e Sustentabilidade integra o Plano Geral de Atuação (PGA) do MPSC e é executado pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME), que promove visitas aos órgãos de licenciamento ambiental nos municípios catarinenses. Em 2023, 120 cidades foram visitadas.



A partir de então, o CME emitiu diagnósticos individualizados para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça. Os relatórios foram acompanhados de material de apoio para a adoção de providências extrajudiciais e judiciais de acordo com a realidade local. Houve, portanto, a constatação in loco das condições de funcionamento dos órgãos ambientais municipais, bem como dos respectivos Conselhos e Fundos Municipais de Meio Ambiente.

O acompanhamento da adequação dos municípios habilitados para o exercício do licenciamento ambiental de atividades geradoras de impacto local é realizado frente às exigências básicas apresentadas

pelo CONSEMA no art. 2º, I a III, de sua Resolução n. 117/2017.

Os diagnósticos elaborados pelo CME resultaram na solicitação pelo chefe do Executivo municipal, ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, de desabilitação de quatro dos municípios visitados, que deixaram de licenciar, retornando essa atividade ao Instituto de Meio Ambiente. Assim, 116 municípios em 2023 emitiram licença ambiental de atividades e empreendimentos geradores efetivos ou potenciais de impacto local.

Desses 116 municípios habilitados para o exercício da função, apenas 13 (11,2%) foram considerados regulares no momento das visitas técnicas do CME, que se iniciaram no ano de 2018. Desde então, já houve a regularização de 45 (38,8%) órgãos ambientais municipais, e tramitam 50 (43,1%) procedimentos judiciais e extrajudiciais objetivando a regularização. Além disso, 19 (16,4%) municípios estão sem procedimento e 2 (1,7%) estão com o relatório em fase de preparação.





**OPERAÇÃO MATA ATLÂNTICA EM PÉ**

*Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente*

**MPSC PARTICIPOU DA SEXTA OPERAÇÃO  
QUE VISA PROTEGER O BIOMA**

*Em 2023, 644 hectares de desmatamento ilegal foram  
identificados no Estado catarinense*



A Polícia Militar Ambiental (PMA) realizou a vistoria de 176 alertas de possíveis desmatamentos que foram registrados entre janeiro e agosto do ano passado em 66 municípios catarinenses. As equipes das Promotorias de Justiça com atribuição na área ambiental de 46 Comarcas participaram de operações de fiscalização: Abelardo Luz, Anita Garibaldi, Araquari, Armazém, Ascurra, Blumenau, Brusque, Caçador, Campo Erê, Campos Novos, Canoinhas, Concórdia, Correia Pinto, Curitibaanos, Gaspar, Indaial, Itaiópolis, Itajaí, Itapoá, Ituporanga, Lages, Lauro Müller, Lebon Régis, Mafra, Maravilha, Modelo, Mondaí, Otacílio Costa, Palhoça, Papan-duva, Pinhalzinho, Ponte Serrada, Porto União, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Sul, Rio Negrinho, Santa Cecília, Santo Amaro da Imperatriz, São Domingos, São Miguel do Oeste, Taió, Timbó, Trombudo Central, Urussanga e Xaxim.

As ações revelaram que 102 dos 176 alertas correspondiam a desflorestamentos ilegais, resultando em um total de 644 hectares desmatados irregularmente. Como consequência, foram aplicadas multas no valor de R\$ 2.894.894 aos infratores.

Os resultados são parte do relatório final da Operação Mata Atlântica em Pé em Santa Catarina, que teve sua sexta edição em 2023. As fiscalizações ocorreram na segunda metade de setembro em 16 Estados do Brasil. No Estado catarinense, elas

foram promovidas pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME) do MPSC, Promotorias de Justiça, em parceria com a PMA.

Comparando os números com a edição de 2022 da operação, o relatório aponta uma redução na área desmatada ilegalmente. Em 2023, foram identificados 644 hectares de desmatamento, enquanto no ano anterior foram 877. Além dos desmatamentos ilegais, as equipes de fiscalização fizeram outras constatações nos locais indicados nos alertas.

As fiscalizações aconteceram em áreas previamente identificadas como possíveis locais com desmatamento ilegal. Os pontos são mapeados principalmente por meio de tecnologia do projeto MapBiomas, que permite a obtenção de imagens de satélite em alta resolução para a constatação de desmatamentos. Dessa forma, a supressão da vegetação em áreas pode ser identificada a partir de nove metros quadrados em um curto período.

O Ministério Público do Paraná coordenou a operação em âmbito nacional. Localmente, as ações foram realizadas pelos Ministérios Públicos de cada Estado da Federação, com a participação dos respectivos órgãos ambientais. Parceiros nacionais incluíram a fundação SOS Mata Atlântica, a plataforma MapBiomas e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente.



## 6. CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E COMBATE AO PRECONCEITO

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) dedica-se à defesa da cidadania e dos direitos humanos, zelando pela política de assistência social, pelos direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência e pelo enfrentamento ao preconceito e pela promoção da equidade.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) também promove campanhas

educativas e projetos sociais que visam à inclusão e à igualdade de oportunidades.

Na área da cidadania, dos direitos humanos e do combate ao preconceito, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), em 2023, ajuizou 144 ações civis públicas e firmou 21 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

## PROJETOS EM DESTAQUE

### Projeto 'Criação e Implantação do Núcleo Intersectorial da Inclusão – NIDI', na Capital

O projeto 'Criação e Implantação do Núcleo Intersectorial da Inclusão – NIDI' foi idealizado pela 30ª Promotoria de Justiça da Capital com o objetivo de desenvolver práticas institucionais estruturantes, eficazes e proativas, capazes de assegurar a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos, promovendo a sua inclusão, o acompanhamento e a resolução de problemas enfrentados no seu cotidiano.



Nesse panorama, a iniciativa foi construída para a formulação de modelos mais eficientes de atuação que possibilitem, entre outras finalidades, o estímulo à inclusão de pessoas com qualquer tipo de deficiência, de forma permanente ou transitória; a orientação a empresários locais sobre a obrigatoriedade do cumprimento das leis e a sensibilização deles quanto à importância da acessibilidade; o conhecimento das

necessidades reais das pessoas com deficiências mediante reuniões periódicas, vistorias técnicas em ambientes considerados hostis para eles, e a promoção de palestras para órgãos públicos e privados com vista à obtenção de melhor entendimento e conhecimento sobre as deficiências; e a criação de comissões temáticas permanentes e grupos de estudos.

Nesse sentido, o projeto engloba um aspecto social, para além do nível jurídico, uma vez que busca desburocratizar/educar o acesso à Justiça e à cidadania plena, contando, inclusive, com a própria participação dos titulares dos direitos e dos interesses em defesa, nas ações realizadas pelo núcleo.

Entre os resultados alcançados, além da criação e da manutenção do grupo do NIDI no aplicativo de mensagem WhatsApp, como um importante canal de comunicação direta entre a Promotoria de Justiça e as pessoas com deficiência e os representantes de instituições de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, houve a articulação interinstitucional e a atuação integrada com 60 órgãos parceiros. Foram, ainda, realizadas vistorias em diversos espaços públicos da cidade, sendo instaurados procedimentos e expedidas recomendações, tais como a permissão de entrada de cão-guia e de cães de assistência nos ambientes.

---

## Projeto 'MP Cultural', em Xanxerê

O projeto 'MP Cultural' foi idealizado pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê com o objetivo de, em conjunto com entidades públicas e privadas do município, fomentar, estimular e aproximar o Ministério Público da sociedade por meio de atividades culturais, estreitando os relacionamentos, promovendo a cultura na cidade, bem como cedendo o espaço disponível nas instalações do Ministério Público da Comarca de Xanxerê para exposição e realização de atividades culturais.

Entre os principais resultados alcançados pelo projeto, estão a reforma de sala do Ministério Público para a realização de

atividades (oficinas, cursos); a ampla adesão de entidades e de instituições municipais interessadas no tema que firmaram o Protocolo de Intenção de Políticas Públicas; a definição de um calendário de atividades, com três eventos realizados em 2023; e a criação de uma agenda cultural na sede do Ministério Público, com atividades mensais e bimestrais com exposição, oficinas e cursos.

Com os dois primeiros eventos do projeto, realizados nos meses de agosto e outubro de 2023, foram alcançadas mais 600 pessoas de diversas idades da comunidade.



## **ACESSIBILIDADE NO TURISMO E NO LAZER**

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor

# **MPSC EXPÕE A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO LAZER E TURISMO**

*Iniciativa busca mostrar a importância do cumprimento das regras de acessibilidade*



O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) realizou em novembro de 2023 o evento “Acessibilidade no turismo e no lazer: a gente não quer só calçada! A gente quer calçada, diversão e arte”. O evento foi marcado pelo lançamento de um material informativo sobre requisitos de acessibilidade em contextos relacionados ao turismo e ao lazer. Além disso, o encontro abordou orientações para um atendimento digno e respeitoso às pessoas com deficiência.

Inscreveram-se no evento, que era aberto ao público em geral, 129 pessoas, entre as quais estavam profissionais da arquitetura e de engenharia que atuam no setor.

Uma das finalidades do evento foi promover a divulgação do conteúdo da cartilha “Acessibilidade e inclusão no lazer e no turismo”. O material aborda, por meio de linguagem simples e orientações práticas, as principais nor-

mas sobre a acessibilidade no turismo e no lazer. O material foi disponibilizado à população em geral, em mídia virtual e impressa, e tem como público prioritário agentes que desenvolvem suas atividades nas áreas em questão.

Além disso, com a Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO), o CDH produziu um vídeo apresentando exemplos de iniciativas catarinenses que promovem o lazer e o turismo acessíveis, contendo também entrevistas das pessoas que elaboraram a cartilha explicando a finalidade da campanha e ressaltando o direito das pessoas com deficiência a esse tipo de atividade.

### SC Acessível

A iniciativa do evento surgiu do grupo SC Acessível. Com o objetivo de traçar estratégias conjuntas para garantir a acessibilidade em espaços públicos e privados de uso coletivo, o MPSC assinou os Termos de Cooperação Técnica n. 47/2016 e 71/2016, que tratam das

parcerias no âmbito do grupo SC Acessível, destinado ao intercâmbio e à cooperação técnica, científica e operacional entre as partes celebrantes.

Além do MPSC, participam do grupo o Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Estadual dos Direitos da Pes-

soa com Deficiência (COEDE), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), a Federação dos Municípios Catarinenses (FECAM) e a União dos Vereadores de Santa Catarina (UVESC).



Escaneie o QR  
Code e acesse a  
cartilha

[Clique aqui](#)



**INCLUSÃO**

## **ESPM ATENDE A PEDIDO DO MPSC E CONCEDE BOLSAS INTEGRAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS NEGRAS**

*A gratuidade foi oferecida em 20% das vagas de cursos ministrados pela Escola do Ministério Público de Santa Catarina*



Atendendo a uma solicitação do Procurador-Geral de Justiça, Fábio de Souza Trajano, a Escola Superior do Ministério Público de Santa Catarina reservou 20% das vagas em seus cursos preparatórios a bolsas integrais para pessoas negras e de pessoas com deficiência. No documento, discutido com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Terceiro Setor (CDH) e com o Núcleo de Enfrentamento aos Crimes de Racismo e de Intolerância (NECRIM), o MPSC solicitou que fosse avaliada a possibilidade da concessão de bolsas de estudos para esses grupos.

As tratativas aconteceram em 20 de novembro de 2023, Dia da Consciência

Negra. Na ocasião, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP) discutiram a viabilidade da concessão dessas bolsas de estudos nos cursos preparatórios para a carreira de Promotor de Justiça ofertados pela instituição. A ACMP prontamente atendeu o pleito do MPSC e a Escola reservou as oportunidades para o público determinado.

O ofício do Procurador-Geral de Justiça, Fábio de Souza Trajano, foi entregue ao presidente da Associação Catarinense do MP, Alexandre Estefani, e ao diretor da Escola do MP, Paulo Antonio Locatelli.

## JUNTOS PELO SUAS

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor

# PROGRAMA JUNTOS PELO SUAS PRESTA AUXÍLIO ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Iniciativa fornece informações qualificadas com  
diagnóstico completo da estrutura da Política de  
Assistência Social nos municípios*



O programa Juntos pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é coordenado pelo Centro de Apoio dos Direitos Humanos e Terceiro Setor. O programa tem o objetivo de instrumentalizar as Promotorias de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina quanto à organização do serviço, os níveis de proteção social, equipamentos de assistência social, tipificação dos serviços, equipes mínimas e objetivos do trabalho socioassistencial. Isso ocorre por meio do fornecimento às Promotorias de Justiça de informações qualificadas com diagnóstico completo da estrutura da Política de Assistência Social nos municípios da comarca, a fim de instrumentalizar os Promotores de Justiça na busca pelo fortalecimento do SUAS.

Dessa forma, o programa visa promover à população catarinense a melhoria do serviço de assistencialismo social.

Em 2023, houve a incorporação do Juntos pelo SUAS ao programa Centros de Apoio em Movimento (CAMOV), o que aumentou significativamente a quantidade de Promotorias de Justiça contempladas com o diagnóstico. O programa realizou diagnóstico detalhado da estrutura e funcionamento do SUAS em 42 municípios de Santa Catarina, com a realização de 18 reuniões com as Promotorias de Justiça destinatárias do diagnóstico, para apresentação e discussão. No total, desde a criação do Programa, foram realizados diagnósticos de 109 municípios.

## 7. DEFESA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DIREITO À EDUCAÇÃO

Os Promotores de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) atuam na defesa da criança, do adolescente e do direito à educação, buscando assegurar um futuro melhor para as novas gerações. Isso, na prática, significa que, quando a família, o Estado ou a sociedade ameaçam ou lesionam o direito de criança ou de adolescente, com violência ou abuso, por exemplo, deve o Promotor de Justiça da área da Infância e Juventude intervir, fazendo cessar a ameaça ou a lesão.

Do mesmo modo, o Ministério Público tem legitimidade para adotar as medidas

legais em razão da conduta do adolescente, sempre que, em razão do seu comportamento, estiver em situação de risco ou de vulnerabilidade.

O Ministério Público fiscaliza, ainda, instituições de ensino e programas sociais, garantindo que direitos fundamentais sejam respeitados.

Em 2023, o Ministério Público de Santa Catarina ajuizou 3.392 ações e expediu 412 recomendações e mais de 25 Termos de Ajustamento de Conduta para a proteção dos direitos da criança, do adolescente e do direito à educação.

## PROJETOS EM DESTAQUE

### Projeto 'Protocolo de Escuta Humanizada', em Rio Negrinho

O projeto 'Protocolo de Escuta Humanizada', da 1ª Promotoria de Justiça de Rio Negrinho, foi idealizado em razão da necessidade de capacitação dos profissionais para ouvir, acolher e encaminhar adequadamente crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência após a revelação espontânea de casos e, ainda, para receber essa revelação sem qualquer interferência no relato inicial, com o objetivo de evitar a revitimização de crianças e de adolescentes, proporcionando a sua escuta humanizada.

Para isso, foi elaborado um fluxo de atendimento entre os órgãos de saúde, de assistência social, de educação, de segurança pública, do Poder Judiciário e do Ministério Público e foi estabelecido o Protocolo de Escuta Especializada da Comarca de Rio Negrinho.

Com a definição desse protocolo, buscou-se padronizar a atuação dos atores da rede de garantias dos direitos da criança e do adolescente na execução da escuta

especializada, para possibilitar a revelação espontânea de situação de violência e para identificar necessidades apresentadas pelas crianças, pelos adolescentes e por suas famílias, incluindo demandas de atendimento imediato e evitando a sua submissão a procedimentos desnecessários e/ou repetitivos e invasivos, que os levassem a reviver a situação de violência.

Para a instrumentalização do projeto, foram previstas ações como reunião com o Poder Judiciário, com as Secretarias Municipais e com o Conselho Tutelar; a expedição de recomendação ao Poder Executivo local para adoção do protocolo de escuta especializada da Comarca de Rio Negrinho; e o fornecimento de um curso de capacitação para profissionais da rede de proteção em plataforma on-line. Além disso, foi criado um procedimento administrativo para o acompanhamento do cronograma de implementação do Protocolo de Escuta Especializada.

### Projeto 'Na Direção Certa: Encaminhamento de Crianças e de Adolescentes com suspeita de TEA', em Florianópolis

O projeto 'Na Direção Certa: Encaminhamento de Crianças e de Adolescentes com Suspeita de TEA em Florianópolis' foi idealizado pela 10ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital para estruturar o fluxo de diagnóstico e de atendimento de crianças e de adolescentes com suspeita de transtorno do Espectro Autista (TEA), identificando qual serviço é prestado por cada instituição, quem e como os realiza,

desde o diagnóstico, até o atendimento e o acompanhamento.

A iniciativa teve como objetivos específicos a identificação das instituições especializadas no diagnóstico e/ou no atendimento infantojuvenil com suspeita ou confirmação de TEA em Florianópolis, a análise de políticas públicas e a sistematização das informações coletadas para subsidiar a tomada de decisão pelo Promotor de

Justiça e por outros membros do Ministério Público na área da Infância e Juventude.

Para o alcance dos objetivos, foram mapeadas dez instituições da política de saúde, em Florianópolis, que prestam, de alguma forma, atendimento a crianças e a adolescentes autistas, diagnosticando quais são os serviços, as ações e os recursos ofertados, quais são os profissionais que compõem as equipes técnicas, quais são os fluxos de atendimento e de tempo e quais são os resultados esperados.

Como resultado do projeto, foi elaborado o Guia orientativo 'Na Direção Certa', disponibilizado aos Promotores e à sociedade, com a análise da política pública e a sistematização das informações coleta-

das, fornecendo subsídios para a atuação na garantia da prestação dos serviços de diagnóstico e de atendimento sobre TEA.



## Projeto 'Mapa da Violência Sexual', em Campo Belo do Sul

O projeto 'Mapa da Violência Sexual', da Promotoria de Justiça de Campo Belo do Sul, foi idealizado em razão da expressiva ocorrência de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, praticados em maioria por ascendentes, colaterais e outros parentes, além de namorados e companheiros de adolescentes de pouca idade – 11 ou 12 anos recém-completados.

Percebendo não somente o expressivo número de ações penais referentes a esses casos, mas, também, a quantidade de relatos informais em reuniões mensais com a Rede de Proteção da Infância e Juventude nos Municípios integrantes da Comarca de Campo Belo do Sul – Campo Belo do Sul, Capão Alto e Cerro Negro – foi verificada a necessidade de realizar o mapeamento dos crimes que tiveram boletim de ocorrência registrados e efetuar o cruzamento com os dados das Promotorias de Justiça Criminais, com levantamento amparado em números para aferir quais bairros de cada Município registram maiores índices de violência e entender o mo-

tivo pelo qual prevalece a cultura de normalização do comportamento de crianças e de adolescentes que iniciam a atividade sexual voluntária – sem que sejam registrados boletins de ocorrência.

Entre os objetivos do projeto, foi contemplado o mapeamento dos locais onde ocorreram crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes nos três municípios da Comarca, e a identificação das



cifras negras – ou seja, de não apuração dos casos – visando à melhoria das políticas de saúde pública, de educação, de assistência social e de segurança pública nessas localidades.

A iniciativa não contou com recursos financeiros – somente o necessário para eventual elaboração de material gráfico e sua impressão – contando, para a sua efetivação, com instrumentos como: análise de dados de registros de possíveis crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes efetuados nas unidades de saúde, bem como de dados de gravidez de adolescentes; exame de dados contidos no BI do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública (CCR), e de dados da violência contra a mulher, a partir de levantamentos realizados no ano de 2022, além de outros.

Como principais resultados, foi realiza-

do amplo diagnóstico dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes nos três municípios da Comarca (Campo Belo do Sul, Capão Alto e Cerro Negro); intensificada a interlocução com a rede de proteção da criança e do adolescente para fomentar um trabalho baseado no diálogo e na cooperação, a fim de melhorar e ampliar as atividades de modo interinstitucional; realizada a atuação conjunta e integrada para a transformação local, no âmbito da saúde, da educação e da assistência social, especialmente a partir de campanhas para uma atividade preventiva, mas também para a evolução do trabalho repressivo; foram conscientizadas mais de 260 crianças e adolescentes sobre o crime de violência sexual, para compreensão da sua gravidade e conhecimento de todos os passos possíveis para proteção.

---

## Projeto ‘Construindo Minha Voz’, em Urubici

O projeto ‘Construindo Minha Voz’ foi idealizado para fomentar a discussão a respeito do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes a partir da realização de atividades multidisciplinares junto à população de Urubici, em razão do significativo número de crimes de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes e identificados em análise prévia dos Painéis de BI do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública (CCR), com dados entre 2019 a janeiro de 2023.

Diante desse cenário, o projeto relacionou, entre os objetivos específicos, o aprimoramento da Atuação Ministerial com a rede de proteção; a conscientização da comunidade local sobre a importância do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, aí incluídos pais, responsáveis, além das próprias crian-

ças e adolescentes; e o engajamento das crianças e dos adolescentes das escolas estaduais da Comarca no debate sobre a prevenção de crimes dessa natureza, promovendo-se concurso de redação.

Para o alcance das finalidades do projeto, foram realizadas reuniões com a rede de proteção do Município para discussão sobre as atividades a serem realizadas, envolvendo, pelo menos, 30 profissionais da rede; estabelecidas reuniões mensais periódicas da rede, a fim de melhorar os fluxos de atendimento; realizadas palestras nas escolas estaduais da Comarca, com rodas de conversa com as crianças e os adolescentes; foi realizado concurso de redação pela Promotoria de Justiça, em parceria com as escolas e a rede de proteção, sensibilizando mais de mil alunos do 6º ao 8º ano sobre o tema e as formas de denúncia aos órgãos de proteção.



### PROGRAMA QUALIFICA CT

Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação

## PROJETO DO MPSC DOA KITS DE EQUIPAGEM AOS CONSELHOS TUTELARES

Instituições de proteção à criança e ao adolescente receberam investimento total de R\$ 14 milhões



O objetivo do programa Qualifica CT é promover condições objetivas aos Conselhos Tutelares, permitindo e impulsionando uma atuação resolutiva e preventiva em favor das crianças, adolescentes e suas famílias, conforme preveem o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras normas. A iniciativa é coordenada pelo Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CIJE) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

Uma das iniciativas do programa foi buscar melhorias estruturais para os Conselhos Tutelares de todo o estado. O projeto de equipagem de Conselhos Tutelares de municípios catarinenses foi aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRLB). As instituições receberam um kit composto por um veículo zero quilômetro, cinco computadores, uma impressora, um smartphone, um refrigerador, um bebedouro e uma cadeira para transporte de crianças em veículos. Ao todo, foram investidos mais de R\$ 14 milhões.

Durante o ano de 2023, foram entregues 76 veículos e 64 kits. A iniciativa impacta diretamente a atuação dos órgãos de proteção em suas comunidades, assegurando aos seus membros a infraestrutura necessária para o exercício de suas funções. Também reverte diretamente à sociedade os valores do FRBL, que é seu principal objetivo.

Ainda em 2023, ocorreu o processo unificado de escolha dos Conselhos Tutelares em todo o país. Em Santa Catarina, a fiscalização das eleições foi feita pelo MPSC, de forma articulada, desde antes do lançamento dos editais até o momento da votação e apuração dos resultados. O CIJE acompanhou e auxiliou as Promotorias de Justiça do estado. A atuação se fez em conjunto com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC). No dia da eleição, membros do MPSC e demais entidades acompanharam a eleição no Gabinete de Pronto Resposta, montado na sede do TRE-SC, em Florianópolis.



**PROGRAMA EDUCAÇÃO NA META**

Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação

**POR MEIO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO  
NA META, MPSC E ENTIDADES  
PARCEIRAS LANÇAM PRÊMIO LUME**

*A premiação reconhece instituições de ensino municipal  
de referência no estado*

O programa Educação na Meta, promovido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CIJE) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), acompanha a execução dos planos estadual e municipais de educação. Também monitora o cumprimento das metas relacionadas ao Plano Nacional de Educação em todos os municípios catarinenses e fornece diagnósticos aos Promotores de Justiça e à sociedade.

O MPSC, por meio do programa e em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), lançou o Prêmio Lume: Escola Referência. A iniciativa busca identificar, reconhecer, divulgar, disseminar, estimular e premiar escolas de referência da rede pública municipal de Santa Catarina. Para

a definição das instituições vencedoras, adotaram-se três etapas de avaliação: pré-qualificação, mérito e validação de boas práticas. As duas fases iniciais consistiram na extração de informações do painel ICMS Educação, construído também por iniciativa do MPSC e do TCE, com outras entidades.

Em dezembro de 2023, as escolas vencedoras foram: na Mesorregião Oeste Catarinense: Centro de Educação Municipal de Paial, do município de Paial; na Mesorregião do Norte Catarinense: Escola Municipal Professora Isabel Silveira Machado, do município de Joinville; na Mesorregião Serrana: Grupo Escolar Municipal Jardim Bela Vista, do município de Campos Novos; na Mesorregião do Vale do





Itajaí: Escola Municipal Bilingue Erich Klumbunde, do município de Blumenau; na Mesorregião da Grande Florianópolis: Núcleo Escolar Municipal Cônego Doutor Raulino Reitz, do município de Antônio Carlos e na Mesorregião do Sul Catarinense: Escola Municipal de Educação Básica Professor Jairo Luiz Thomazi, do município de Criciúma. Representantes das instituições receberam um certificado de reconhecimento às boas práticas de gestão escolar e uma placa de premiação foi entregue em uma sessão solene no TCE, em Florianópolis.

Ainda no ano passado, o Grupo Estratégico de Monitoramento dos Planos de Educação, formado pelo MPSC e demais parceiros, concluiu e publicou os painéis de acompanhamento das Metas 11, 16 e 18 dos Planos Nacional, Estadual de Municipais de Educação. Essas metas objetivam ampliar a educação técnica de nível médio, a

qualificação dos professores da educação básica e a valorização dos profissionais da educação. Os painéis são uma importante ferramenta para que a sociedade catarinense possa acompanhar o cumprimento das metas pelo poder público.

São parceiros da iniciativa o TCE/SC, o Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC/SC), a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), a Secretaria de Estado da Educação (SED), a União de Dirigentes Municipais de Educação (UN-DIME), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Santa Catarina (UNCME/SC), o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM).

## MINISTÉRIO PÚBLICO TRABALHA POR SEGURANÇA E AMBIENTE DE PAZ NAS ESCOLAS CATARINENSES

*Além de fazer parte do Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar, agora permanente e denominado “Integra”, o MPSC criou um grupo de trabalho para desenvolver uma série de estratégias de atuação a fim de reforçar a segurança nas escolas catarinenses*

No dia 5 de abril de 2023, um homem de 25 anos invadiu uma creche em Blumenau com uma machadinha e matou quatro crianças e feriu outras cinco. O caso chocou o Brasil e provocou uma reação imediata. Duas semanas depois, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) participava da primeira reunião de um comitê interinstitucional formado para prevenção e enfrentamento da violência nas escolas, capitaneado pela Assembleia Legislativa. Posteriormente, criou um grupo de trabalho na instituição.

A ideia foi formar um grupo com representação de diversas entidades e intenso cronograma de atividades, apoio técnico e foco específico, com a meta de um projeto com viés pedagógico e a defesa da cultura da paz e não violência. As ações de inteligência no combate ao crime e ao mau uso das redes sociais também seriam valorizadas com participação do Ministério Público.

No dia 5 de maio, foi oficializado o Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar, o Comseg Escolar – agora um comitê permanente denominado “Integra” –, que reúne 24 instituições para alinhar uma série de medidas de proteção às escolas catarinenses.

A partir daí, o Comitê trabalhou em três grupos temáticos: o primeiro com foco na estrutura física e humana das

unidades de ensino; o segundo para criar normas, manuais, programas e sugerir parcerias para fortalecer procedimentos, com o auxílio de ferramentas de inteligência e a integração da comunidade; e o terceiro para trabalhar na promoção e divulgação de ações e parcerias para estimular a participação da comunidade escolar para fomentar a erradicação da violência.

Os grupos técnicos passaram a se reunir semanalmente. Os debates ampliados com foco nas comunidades escolares aconteceram em seis audiências públicas macrorregionais que ocorreram nos três meses seguintes – em Blumenau, Joinville, Lages, Chapecó, Criciúma e Florianópolis.

Para subsidiar os trabalhos do Comitê, foram realizadas duas missões internacionais, ambas com participação de membros do Ministério Público catarinense nas comitivas oficiais.

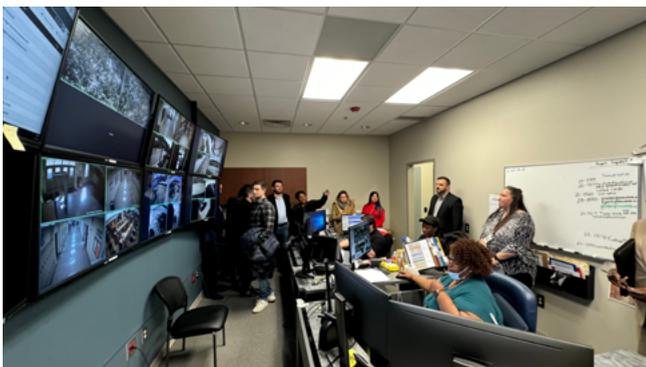
Uma delas foi a Medellín, na Colômbia, para conhecer ações promovidas na cidade que reduziram os índices de violência escolar. O grupo visitou instalações públicas em comunidades, escolas, espaços culturais e centros de formação de professores e de atendimento a famílias, conheceu planos de ação e ouviu especialistas sobre a transformação de Medellín, acompanhando de perto as

atividades desenvolvidas.

A outra foi aos Estados Unidos, onde foram visitadas cinco escolas de Atlanta e Washington para ver como os estabelecimentos de diferentes realidades sociais americanas enfrentavam a questão da segurança escolar, conhecendo os protocolos de segurança implementados, além dos programas do departamento de polícia.

Em setembro de 2023, como resultado dos trabalhos, o Comseg Escolar trouxe três grandes entregas: a transformação em um comitê permanente, com gestão da Secretaria de Estado da Educação, denominado “Integra” – formalizado em lei e instalado oficialmente em abril deste ano; a criação do Observatório de Acompanhamento de Segurança Escolar, com gestão da ALESC; e a criação do Plano Integrado de Gestão de Segurança Escolar, prevendo ações de curto, médio e longo prazo, com cinco macroestratégias: prevenção e mitigação, reparação e resposta, financiamento, recuperação e monitoramento.

A partir da entrega do Comitê, o MPSC criou um grupo de trabalho interno para desenvolver uma série de estratégias de



atuação a fim de reforçar a segurança nas escolas catarinenses tendo como foco a atuação multidisciplinar para o fomento de um ambiente escolar seguro e de como agir em momentos de crise.

O grupo de trabalho do MPSC foi subdividido em três subgrupos: um para propostas de atuação resolutiva nas políticas públicas locais; um para a criação de um protocolo interno de orientação e atuação; e um para acompanhar e sugerir propostas legislativas relativas ao tema.

Desde então, os subgrupos têm se reunido regularmente, analisando as políticas públicas voltadas à segurança escolar, em especial das áreas de educação, saúde e assistência social com cenários do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina, a fim de subsidiar a formulação de propostas.



## 8. DEFESA DO CONSUMIDOR

Os Promotores de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) desempenham função importante na defesa dos direitos dos consumidores. As Promotorias de Justiça investigam casos de práticas abusivas, de propaganda enganosa, além de outras violações aos direitos do consumidor. Além de buscar a reparação de danos coletivos, o Minis-

tério Público de Santa Catarina (MPSC) também trabalha para implementar políticas públicas que fortaleçam a proteção ao consumidor. Em 2023, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) propôs 52 ações civis públicas e 164 Termos de ajustamento de conduta para proteção dos direitos dos consumidores.



**PROGRAMA ALIMENTO SEM RISCO**

*Centro de Apoio Operacional do Consumidor*

**PROGRAMA TEM O OBJETIVO DE  
PROMOVER A PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS  
CONSUMIDORES**

*No ano passado, foram realizadas 940 análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal*



O Programa Alimento Sem Risco (PASR) visa combater o uso indiscriminado de agrotóxicos na produção agrícola, especialmente nas áreas de cultivo de alimentos. O objetivo é promover a redução dos riscos de contaminação do meio ambiente e a melhoria das técnicas empregadas nas atividades rurais, para a proteção dos consumidores de alimentos de origem vegetal e dos próprios trabalhadores da terra.

Para isso, são realizadas campanhas de monitoramento dos resíduos de agrotóxicos nos alimentos produzidos e comercializados no mercado atacadista e varejista, bem como atuações diretas nas lavouras, de modo a verificar tópicos como a rastreabilidade do produto vegetal desde a origem do cultivo e a fiscalização do comércio e da aplicação dos agrotóxicos.

No ano de 2023, por intermédio do PASR, foram realizadas 940 análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal, coletados no campo (produção), em estabelecimentos varejistas e atacadistas (comércio) e em escolas da rede pública estadual de ensino (alimentos

destinados à merenda escolar). Os resultados demonstraram expressiva redução no índice de irregularidades detectadas nas análises. No ano passado, o índice de irregularidades foi de cerca de 12,5%, sendo que, no início do programa (em 2011) era de cerca de 34,5%. A redução expressiva no índice de irregularidades se dá, principalmente, pela atuação conjunta do Ministério Público de Santa Catarina e dos órgãos de fiscalização sanitária, por meio da orientação aos produtores sobre as boas práticas de fabricação e utilização dos agrotóxicos e pela atuação administrativa, extrajudicial e judicial, quando detectadas irregularidades passíveis de sanções.

Desta forma, o Programa Alimento Sem Risco consolida-se como uma importante ferramenta na defesa da saúde do consumidor catarinense contra a ingestão de ingredientes tóxicos decorrentes da produção agrícola. A iniciativa conta com o apoio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e do Ministério da Agricultura e Pecuária.



### **PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

## **PROGRAMA OFERECE PROTEÇÃO JURÍDICO-SANITÁRIA PARA CONSUMIDORES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

*No ano passado, foram realizadas fiscalizações em 320 estabelecimentos de 50 municípios catarinenses*



como apreendidos e inutilizados cerca de 17 toneladas de produtos impróprios ao consumo. Ao retirar esses alimentos impróprios ao consumo de circulação (digamos, alimentos estragados, vencidos, fora da temperatura indicada de armazenagem e sem qualquer indicação de procedência), o POA obteve sucesso em seu objetivo de proteger a saúde dos consumidores (cerca de 2 milhões de pessoas residentes nos 50 municípios fiscalizados em 2023) e promover a regularização dos estabelecimentos.

No que diz respeito à atuação das Promotorias de Justiça com atribuição na defesa do consumidor, o foco prioritário, costumeiramente, é o acordo. Dessa forma, no ano de 2023, foram celebrados mais de 50 termos de ajustamento de conduta com proprietários de estabelecimentos que estavam, de certa forma, descumprindo a legislação sanitária, produzindo e/ou comercializando alimentos impróprios ao consumo. Desde o início do programa,

estimam-se mais de 2 mil termos de ajustamento de conduta celebrados.

Por fim, neste período de mais de duas décadas de atuação, o número de estabelecimentos agroindustriais regularizados perante os serviços de inspeção oficiais saltou de cerca de 50 para aproximadamente 3 mil.

O programa conta com o apoio de diversas entidades, entre elas o Ministério da Agricultura e Pecuária, a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Polícia Militar de Santa Catarina, a Polícia Militar Ambiental, a Secretaria de Estado da Saúde, a Vigilância Sanitária Estadual, as Vigilâncias Sanitárias Municipais, o Conselho Regional de Medicina Veterinária, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço e o Instituto de Metrologia de Santa Catarina.





**PROGRAMA COMBUSTÍVEL LEGAL**

*Centro de Apoio Operacional do Consumidor*

**INICIATIVA PROMOVE FISCALIZAÇÃO DE  
POSTOS DE COMBUSTÍVEIS CATARINENSES**

*Foram executadas 102 fiscalizações em  
94 postos de combustíveis, localizados em  
36 municípios de Santa Catarina em 2023*



O programa Combustível Legal, que completou 20 anos de funcionamento em 2023, tem como objetivo incrementar a fiscalização da comercialização de combustíveis no Estado de Santa Catarina quanto aos aspectos qualitativos, quantitativos e pressupostos de segurança. O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) solicita ao Procon e ao Instituto de Metrologia (IMETRO/SC) a coleta de combustíveis em postos revendedores do Estado para análise no Laboratório de Análises de Combustíveis Automotivos da Universidade Federal do Paraná. As análises são custeadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Todos os laudos são encaminhados para os Promotores de Justiça do local onde está situado o estabelecimento, seja ele infrator ou não, e estes avaliam a necessidade de medidas judiciais cíveis e criminais.

No ano de 2023, por meio do programa, foram executadas 102 fiscalizações, em 94 postos de combustíveis, localizados

em 36 municípios. Nestas fiscalizações, foram coletadas 284 amostras de combustíveis. Das amostras coletadas, menos de 2% apresentaram irregularidades, posicionando o Estado de Santa Catarina entre os que detêm os menores índices de irregularidades na qualidade do combustível comercializado no país. A Secretaria de Estado da Indústria, Serviços e Comércio, o Procon Estadual e o IMETRO/SC são parceiros da iniciativa.

O projeto foi criado em 2003 por meio de um termo de cooperação técnica entre o MPSC, a ANP, o Procon estadual, o IMETRO/SC e a Associação Plural. Com a parceria, foi possível incrementar a fiscalização na comercialização de combustíveis quanto aos aspectos qualitativos, quantitativos e pressupostos de segurança em Santa Catarina, com vistas à prevenção e repressão de infrações à ordem econômica, às relações de consumo e às normas de segurança. Todas as análises, desde o início do programa, são custeadas com o apoio da ANP.

**PROGRAMA FORTALECE PROCON**

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

# INICIATIVA PROMOVE FACILITAÇÃO DO ACESSO ENTRE CONSUMIDORES E ENTIDADES MUNICIPAIS

*Após articulação do MPSC, foram criados Procons em 15 cidades no Estado catarinense*



O programa Fortalece Procon tem o objetivo de estimular a criação e a estruturação de Procons municipais, como forma de promover o acesso a um serviço de atendimento direto aos consumidores. Essa iniciativa busca chamar a atenção para a importância da defesa dos direitos dos consumidores e para a necessidade de dar-lhes acesso facilitado a órgãos que os possam orientar quanto aos meios adequados para a proteção de seus direitos. Além disso, o foco está na importância da proximidade entre tais órgãos e seus usuários, no incentivo à criação de Procons em todos os municípios catarinenses, em especial nas sedes de comarca. Por fim, há a necessidade de pessoal capacitado e recursos suficientes para oferecer uma resposta adequada aos problemas dos consumidores catarinenses.

No início do programa Fortalece

Procon, encontravam-se em atividade 99 Procons municipais. Após intensa articulação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) com gestores municipais, foi possível a criação, pelos municípios, de mais 15 Procons municipais. As cidades contempladas foram Taió, São João Batista, Imaruí, Santa Rosa do Sul, Garopaba, Papanduva, Major Vieira, Ouro, Chapadão do Lageado, Balneário Arroio do Silva, Rodeio, Descanso, Lauro Müller, Balneário Rincão e Urubici. A partir de dados do Censo Demográfico de 2021, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível afirmar que cerca de 212 mil habitantes das cidades podem ter acesso ao órgão de defesa do consumidor. São parceiros do programa Fortalece Procon a Secretaria de Estado da Indústria, Serviços e Comércio e o Procon estadual.

## PROGRAMA FORTALECE VISA

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

# PROGRAMA FORTALECE PARCERIAS ADMINISTRATIVAS PARA PROTEÇÃO DA SAÚDE DO CONSUMIDOR

*Iniciativa do MPSC instaura cerca de 280 procedimentos para promover melhoria da estrutura das Vigilâncias Sanitárias Municipais*



O Programa de Fortalecimento das Parcerias Administrativas para a Proteção da Saúde do Consumidor (Fortalece VISA) foi criado com o objetivo de promover a estruturação e o fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias Municipais por meio da articulação com os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização dos setores regulados.

Nessa perspectiva, mostrou-se necessário analisar a estruturação das Vigilâncias Sanitárias Municipais. Desta forma, após provocação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), as Regionais de Saúde da Vigilância Sanitária Estadual realizaram auditorias em todas as Vigilâncias Sanitárias Municipais do Estado, coletaram informações sobre a estrutura física, administrativa e operacional e encaminharam relatórios ao MPSC.

Por meio das Promotorias de Justiça com atribuição na área do consumidor, o MP catarinense vem atuando em conjunto com os gestores municipais visando à melhoria da estrutura deste importante serviço municipal. Cerca de 280 procedimentos foram instaurados nas Promotorias de Justiça com essa finalidade. É importante destacar que a maior parte dos procedimentos instaurados têm sido conclusos após negociação e interlocução dos Promotores de Justiça com os gestores municipais, tendo como atendidas as recomendações de melhorias e correções nas estruturas municipais. São parceiros do programa Fortalece VISA a Secretaria de Estado da Saúde, a Diretoria de Vigilância Sanitária e as Vigilâncias Sanitárias Municipais.

## 9. FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) atua na fiscalização da constitucionalidade das leis estaduais e municipais em Santa Catarina. Por meio das Promotorias de Justiça, é analisada a conformidade das legislações com as Constituições da República e do Estado de Santa Catarina, buscando a garantia de sua constitu-

cionalidade. Caso identificadas irregularidades, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) pode ingressar com ações judiciais para corrigir desconformidades e assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais. Essa atuação é essencial para manter a ordem jurídica e proteger os interesses da população no Estado.

## PROGRAMA CEADI

Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade

# CECCON FAZ CONTROLE DE DECISÕES PROFERIDAS EM AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE

*Por meio do programa CEADI, foram ajuizadas 82 ações  
diretas de inconstitucionalidade em 2023*

O programa Controle de Efetividade de Decisão Proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade (CEADI) é realizado pelo Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade (CECCON) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). O objetivo da iniciativa é diagnosticar os casos em que não são adotadas as providências para o cumprimento de decisões proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade cuja iniciativa seja do MPSC, promovendo ações necessárias para a efetividade das decisões judiciais.

Em 2023, 82 ações do gênero foram ajuizadas pelo MPSC, sendo 77 do âmbito municipal e cinco do âmbito estadual. No mesmo ano, foram expedidas 70 certidões a órgãos de execução do MPSC. Além disso, a instituição foi responsável pela emissão de 139 pareceres em ações diretas de inconstitucionalidade, pela instauração de 140 procedimentos administrativos de controle de constitucionalidade e pelo arquivamento de 145 procedimentos administrativos de constitucionalidade (exceto procedimentos administrativos CEADI).

**139**

Pareceres em  
ações diretas de  
inconstitucionalidade

**140**

Procedimentos  
administrativos de controle  
de constitucionalidade  
instaurados



**67**

Ações diretas de  
inconstitucionalidade  
ajuizadas

**145**

Arquivamentos  
de procedimentos  
administrativos de controle  
de constitucionalidade

**PROJETO DE ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL**

Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade

**CONTROLE ABSTRATO DE  
CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS  
AMBIENTAIS E URBANÍSTICAS**

*Em 2023, o projeto atingiu 14 municípios catarinenses e o Estado de Santa Catarina*

O Ministério Público de Santa Catarina realiza, por meio do Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade (CECCON), o Projeto de Adequação Constitucional de Leis Ambientais e Urbanísticas. O objetivo é fazer o controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais e estaduais que tratam de matérias ambientais e urbanísticas contrárias ao texto constitucional.

Em 2023, foram produzidos 13 estudos em solicitações de apoio que tratam de direito urbanístico e/ou direito ambiental, os quais abordam normas municipais. Foram

ajuizadas seis ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que tratam de direito urbanístico e/ou direito ambiental, dentre elas uma petição inicial que aborda leis estaduais e cinco petições iniciais que tratam de normas municipais. Foram apresentados 13 pareceres em ADIs que tratam de direito urbanístico e/ou direito ambiental, dentre eles seis pareceres que abordam leis estaduais e sete pareceres que tratam de normas municipais. O projeto atingiu a abrangência de 14 municípios catarinenses e o Estado e Santa Catarina.

**PROJETO DE ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL**

Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade

**CONTROLE ABSTRATO DE  
CONSTITUCIONALIDADE: CONTRATAÇÃO  
TEMPORÁRIA DE SERVIDORES**

*Em 2023, o projeto atingiu 12 municípios catarinenses*

Coordenado pelo Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade (CECCON), o Projeto de Adequação Constitucional das Contratações Temporárias de Servidores Públicos faz o controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais que autorizam a contratação temporária sem o atendimento dos requisitos constitucionais.

Em 2023, foram produzidos seis

estudos em solicitações de apoio. Além disso, foram ajuizadas cinco ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) em face de leis e atos normativos municipais que autorizaram a contratação temporária de forma contrária ao texto constitucional catarinense. O CECCON também apresentou 10 pareceres em ADIs. Ao final do ano, o projeto atingiu 12 municípios catarinenses.



## 10. OUTRAS INICIATIVAS COM IMPACTO AO CIDADÃO

Além da atuação voltada à sociedade, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) também desenvolve iniciativas internas que têm impacto direto no cidadão. Isso inclui programas de capacitação contínua para os seus membros e os seus servidores, garantindo que estejam sempre atualizados para promover justiça de forma eficiente. Além disso, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) investe em tecnologia para melhorar o acesso à

informação e agilizar processos judiciais, o que contribui diretamente para a eficiência e a transparência dos serviços oferecidos à população. Essas e outras iniciativas internas são essenciais para o fortalecimento da atuação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade catarinense.

Veja a seguir algumas das nossas iniciativas.



COMPETÊNCIA

## REESTRUTURAÇÃO

*Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição*

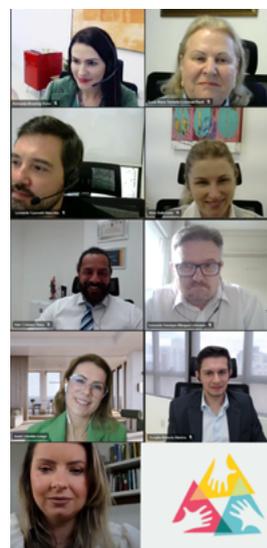
# NÚCLEO PERMANENTE DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO FOI REESTRUTURADO EM 2023

*O objetivo do núcleo é incentivar o uso de mecanismos de autocomposição para evitar a judicialização de casos em que o MPSC atua como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade*



Em junho de 2023, o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) foi reestruturado no Ministério Público de Santa Catarina. O núcleo atua efetivamente em negociações, assim como no desenvolvimento de projetos que impactam diretamente a vida da população. O NUPIA tem por finalidade promover, estruturar e aperfeiçoar o uso de práticas autocompositivas, como negociação, mediação, conciliação, convenções processuais e práticas restaurativas, no âmbito do MPSC. A maior parte das negociações foram nas áreas de infância e juventude, consumidor, meio ambiente, moralidade administrativa e saúde pública.

Durante o ano de 2023, o NUPIA atuou em negociações de casos que estavam judicializados e sem perspectiva de efetivação dos direitos. Ao todo, 18 Promotorias de Justiça foram atendidas, totalizando 24 solicitações de apoio registradas. Dentre essas solicitações, 9 foram concluídas, resultando na assinatura de 6 acordos completos e 18 acordos parciais, alcançando o total de R\$21.137.303,68.



## Escola Restaurativa

O projeto Escola Restaurativa é uma iniciativa do Grupo Gestor de Justiça Restaurativa no Estado de Santa Catarina (GGJR-SC) coordenada pelo Ministério Público de Santa Catarina por meio do NUPIA. O objetivo da iniciativa é promover reflexões e transformar conflitos por meio de rodas de conversas inspiradas na Justiça Restaurativa.

A proposta do projeto é apresentar outra forma de olhar o conflito, diferente

da Justiça tradicional, buscando restaurar os relacionamentos por meio de uma escuta empática e acolhedora.

Uma das técnicas utilizadas pelo projeto é a metodologia dos círculos de construção de paz. Nesse ambiente seguro e colaborativo, cada participante tem a oportunidade de compartilhar suas vivências e ouvir com empatia aplicando a comunicação não violenta para auxiliar na resolução de conflitos e violências na co-

munidade escolar. A metodologia foi utilizada em sete escolas de Santa Catarina, impactando cerca de 3.394 alunos e envolvendo 282 profissionais da educação. Além disso, 48 profissionais da educação foram capacitados em círculos de construção da paz, com o apoio do NUPIA e financiamento pelo FRBL. Essa capacitação proporcionou treinamentos especializados, visando promover um ambiente de paz e harmonia nas instituições educacionais.

O projeto Escola Restaurativa é uma iniciativa inspiradora e demonstra como a Justiça Restaurativa pode contribuir para a melhoria dos ambientes educacionais e o fortalecimento dos laços interpessoais. Por meio diálogo aberto e da criação de espaços seguros para a expressão, alunos e professores estão aprendendo a lidar

com conflitos de maneira construtiva, promovendo uma convivência mais harmoniosa e produtiva. Essa abordagem fomenta a compreensão mútua e a resolução pacífica de questões dentro da comunidade escolar.



## Grupo de Apoio e Reflexão

O Grupo de Apoio e Reflexão (GAR) para pais e mães busca favorecer o desenvolvimento de uma atitude cooperativa entre pais e mães separados ou em processo de separação, minimizando os conflitos enfrentados nesse momento de reconfiguração familiar. Tem o intuito de ser uma alternativa de resolução de conflitos e uma medida de proteção aos filhos, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.



O grupo reúne pais, mães, avós, avós e atuais companheiros(as) em seus encontros, uma vez que a experiência adquirida ao longo dos últimos 18 anos de funciona-

mento permitiu uma compreensão mais aprofundada das famílias em processo de reconfiguração. Essa abordagem reconhece que essas figuras podem intensificar ou diminuir os conflitos, dependendo de seu posicionamento.

A atuação do GAR favorece o desenvolvimento de uma atitude cooperativa entre pais e mães separados ou em processo de separação, buscando minimizar os conflitos enfrentados nesse momento de reconfiguração familiar. Por meio de um espaço seguro para diálogo e reflexão, o programa promove o entendimento mútuo, a comunicação saudável e a busca por soluções consensuais, visando sempre ao bem-estar das crianças e adolescentes envolvidos.

Em 2022, o GAR atendeu famílias encaminhadas por três Promotorias de Justiça, impactando 149 pessoas. Em 2023, após a reestruturação e expansão do projeto, o grupo passou a atender famílias encaminhadas por oito Promotorias de Justiça, impactando 232 pessoas. As varas da família do Tribunal de Justiça de Santa Catarina são parceiras da iniciativa.



**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

## **COMUNICAÇÃO DO MPSC ATUA PARA ESTAR MAIS PRÓXIMA DA SOCIEDADE CATARINENSE**

*Mostrar para a sociedade a essência do trabalho do Ministério Público de Santa Catarina nas suas mais diversas áreas de atuação é o desafio da Comunicação*

Por meio de um acordo inédito de cooperação técnica com a Acaert (Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão), o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ampliou a divulgação e se aproximou ainda mais do cidadão catarinense no último ano. Ao todo, 240 emissoras de rádio e 10 emissoras de TV do Estado veiculam conteúdos exclusivos do MPSC.

O nível de conhecimento dos catarinenses sobre o MPSC vem aumentando desde que a instituição iniciou os programetes nas TVs e rádios do Estado. Uma pesquisa da Acaert apontou uma compreensão positiva sobre as funções do Ministério Público. Os dados foram coletados de dezembro de 2023 a janeiro de 2024, com 1.500 entrevistados das oito regiões da Acaert.

Ao serem questionados sobre a função do Ministério Público, 96% dos entrevistados entendem que se trata de defender

os interesses e os direitos dos cidadãos, além de fiscalizar o poder público. O número aponta uma evolução se comparado a uma pesquisa semelhante feita em 2021 pelo Instituto Mapa, em que apenas 69,2% dos entrevistados acertaram a resposta.

Questionados sobre quando devem procurar o Ministério Público, 94% dos entrevistados responderam que isso deve ser feito para denunciar casos de corrupção; para 86%, quando se sentirem individualmente prejudicados em algum aspecto da sociedade em geral; 76% desconhecem que o Ministério Público não fornece serviços jurídicos individuais.

A pesquisa buscou apontar como as pessoas procuram ou acionam o Ministério Público. O atendimento presencial foi o mais indicado, com 59%. Outras formas foram o site (55%), o atendimento telefônico (31%) e o contato por e-mail (23%).

## Regionalização da Comunicação

Outra iniciativa que colaborou significativamente com a melhoria e ampliação da imagem do MPSC na sociedade foi a regionalização da comunicação institucional. Iniciada em 2022, a partir de um projeto inovador da Procuradoria-Geral de justiça e da Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC, a iniciativa teve prosseguimento em 2023, contando com cinco jornalistas espalhados pelo Estado (além

da equipe da Capital). A partir de então, a atuação da assessoria de imprensa ficou ainda mais proativa e dinâmica.

Só no último ano, a equipe regionalizada produziu 836 notícias para o portal do MPSC, que repercutiram na imprensa de todo o Estado. Foram quase mil posts de redes sociais e mais de 800 atendimentos à imprensa.

## Fortalecimento das redes sociais

Com o crescimento das redes sociais como fonte de informação, os canais do MPSC nessas plataformas também são destaque. A divulgação diária de ações, eventos, programas e campanhas institucionais tem levado o Ministério Público catarinense a se consolidar entre os dez MPs com maior atuação e engajamento nas redes sociais no país.

Atualmente, o Ministério Público de

Santa Catarina (MPSC) está presente em seis redes sociais. Em julho de 2024, a instituição tem os seguintes números nas plataformas: o Instagram (@ministeriopublicosc) é a rede social do MPSC com a maior quantidade de seguidores: 81,5 mil. Em segundo lugar está o X (@mpscnoticias), com 55,2 mil seguidores. A conta do Facebook (@ministeriopublicosc) possui 51 mil. Já o nosso canal do YouTube (@mi-

nisteriopublicosc) conta com 24,5 mil inscritos. O Threads (@ministeriopublicosc), rede social vinculada ao Instagram, tem 15,4 mil usuários que acompanham a ins-

tuição pela rede. Por fim, a nossa conta mais recente, o TikTok (@ministeriopublicosc), foi criada em maio de 2024 e tem aproximadamente 260 seguidores.



**FACEBOOK**  
@ministeriopublicosc

51 mil seguidores




**TIKTOK**  
@ministeriopublicosc

INÍCIO EM MAIO DE 2024  
260 seguidores




**INSTAGRAM**  
@ministeriopublicosc

81,5 mil seguidores




**X**  
@mpscnoticias

55,2 mil seguidores




**THREADS**  
@ministeriopublicosc

15,4 mil seguidores




**YOUTUBE**  
@ministeriopublicosc

24,5 mil seguidores





**EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**

## **SEMEANDO NOÇÕES DE CIDADANIA**

*Programa Cultivando Atitudes foi lançado em 2018 e busca a interação entre Promotores e Procuradores de Justiça com crianças e adolescentes*

Semear noções de cidadania entre crianças e adolescentes é a missão que o Cultivando Atitudes cumpre nas escolas de todo o Estado. O programa estimula o exercício de direitos e mostra a importância do protagonismo da sociedade civil, ao mesmo tempo em que expõe as funções do MP.



O Programa Cultivando Atitudes foi elaborado para que Promotores e Procuradores de Justiça possam interagir com crianças e adolescentes, em sala de aula, por meio de dinâmicas em grupo, com a promoção de debates que discutam os problemas sociais relacionados pelos estudantes, repassando aos alunos noções de cidadania e informações acerca da atuação do Ministério Público.

Ao final das apresentações os membros do MPSC entregam para os alunos kits com mochila ecológica, marca-páginas com mensagens do projeto, folders que explicam as atividades do MPSC, um estojo e um lápis-semente. Nos vários modelos de lápis-semente estão impressas frases de incentivo à cidadania; na ponta, sementes de plantas frutíferas que podem ser plantadas pelos alunos depois que o lápis acabar.

## Por dentro do MPSC

Grupos de estudantes de todos os cursos de nível superior são convidados a participar desse programa, que consiste em uma visita à sede do MPSC, em Florianópolis. O objetivo é que os universitários conheçam o papel constitucional da instituição e sejam orientados quanto ao exercício de direitos e da própria cidadania, fortalecendo o MPSC e a democracia, além de tirarem suas dúvidas sobre a atuação do Ministério Público.

Na visita, os estudantes são recepcionados por um Promotor ou Procurador de Justiça, com uma palestra sobre o papel constitucional do Ministério Público. Eles ainda conhecem a Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira e fazem um tour pelo Espaço Arte Catarinense e pela Casa Bocaiúva, local destinado ao Centro de Memória e Espaço Sociocultural do MPSC.

No ano passado, 228 alunos de sete universidades do Estado participaram do programa.



**1.640**

kits distribuídos

**5**

comarcas



## Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira

A Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira conta com um amplo acervo especializado na área do Direito, centrado nas principais áreas de atuação do Ministério Público catarinense: Constitucional, Criminal, Cível, Meio Ambiente, Infância e Juventude, Idoso, Família, Consumidor, Moralidade Administrativa, Terceiro Setor, entre outras.

O acervo físico é composto com mais de 19.245 exemplares de livros, seis bibliotecas digitais, além de 195 títulos periódicos com 59.284 artigos catalogados. Todo esse material catalogado pode ser consultado no catálogo on-line do Sistema Pergamum.

Em 2023, foram identificados 2.137 empréstimos e renovações de livros e artigos físicos e 116 mil acessos ao acervo das bibliotecas digitais.

Todo o material bibliográfico que compõe o acervo físico está disponível para pesquisa, tanto para membros, servidores e colaboradores do MPSC, quanto para o público externo.

A biblioteca oferece ainda o serviço de pesquisa, presencial ou on-line, onde são realizados levantamentos bibliográficos de acordo com a necessidade do usuário, empréstimos de obras e o serviço de orientação ao uso das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O espaço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h. Caso deseje entrar em contato com a biblioteca ou tirar dúvidas, basta enviar um e-mail para [biblioteca@mpsc.mp.br](mailto:biblioteca@mpsc.mp.br) ou [gebib@mpsc.mp.br](mailto:gebib@mpsc.mp.br), ou até mesmo ligar para o telefone (48) 3229-9124.

Endereço: Rua Pedro Ivo, 231, Piso Térreo, Edifício Campos Salles, Centro, Florianópolis/SC. Gerência de Biblioteca (GEBIB), Ministério Público de Santa Catarina.

## MAIS DE 50% DOS MEMBROS E SERVIDORES DO MPSC FORAM CAPACITADOS PELO CEAIF

*O setor ofertou 117 cursos de capacitação em 2023 e auxiliou no aperfeiçoamento profissional e cultural de integrantes do Ministério Público para melhor atender o cidadão*

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) promoveu 117 capacitações em 2023. Mais de 50% dos membros e servidores da instituição foram capacitados para melhor atender a sociedade. Em números, isso significa 1.414 Promotores e Procuradores de Justiça e servidores. Mais de 2.700 pessoas da comunidade externa também participaram dos cursos. Ao todo, foram emitidas 5.945 certificações.

Anualmente, o CEAF promove diversas capacitações e eventos que buscam a formação contínua dos profissionais que atuam em defesa dos cidadãos. O centro de estudos também é responsável pelo curso de especialização na carreira do Ministério Público.

No ano passado o CEAF, foi reavaliado

pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) de Santa Catarina. Em sua nova avaliação, obteve nota 4,57, pontuação superior ao da última análise em que alcançou a nota 4,34 (a escala segue até a nota 5).

Segundo o parecer acatado por unanimidade dos integrantes da Comissão de Educação Superior do CEE, o CEAF “apresenta um desempenho excelente com relação aos referenciais de qualidade dispostos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa”.

Com isso, o Centro de Estudos do MPSC foi reconhecido por seis anos e entre os direitos concedidos ao CEAF estão a possibilidade de ofertar Cursos de Pós-Graduação lato sensu, stricto sensu e Programas de Educação Continuada para Membros e Servidores do MPSC, além de cursos e capacitações para a comunidade em geral.

### CURSO DESTAQUE

No âmbito da comunidade externa, o destaque foi o curso “Identificar, escutar e proteger: o enfrentamento das violências na rede de proteção” que teve mais

de 1300 alunos certificados. O objetivo da iniciativa foi fortalecer a rede de atendimento à infância e adolescência para o enfrentamento das situações de violência.



## CARTÓRIO VIRTUAL

Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

# PROJETO CARTÓRIO VIRTUAL PROMOVE MAIS AGILIDADE E DESBUROCRATIZAÇÃO DE PROCESSOS

*Iniciativa do MPSC completou um ano  
e nove meses de funcionamento em 2023*



O projeto Cartório Virtual tem o objetivo de promover, de forma remota, mais agilidade nas notificações a serem realizadas em procedimentos criminais e oferecer alternativas para ajudar a desburocratizar as atividades do MPSC.

A iniciativa surgiu da necessidade de auxiliar as Promotorias de Justiça com atribuições na área criminal, que tiveram relevante incremento de fluxo cartorial após a entrada em vigor da Lei n. 13.964/2019, conhecida por “pacote anticrime”.

Num primeiro momento, o Cartório Virtual passou a realizar as notificações para propositura e celebração do acordo de não persecução penal (ANPP). Em 2023, em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal nas ADIs n. 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, houve a ampliação do leque de serviços, para contemplar as notificações das vítimas e dos investiga-

dos quanto aos arquivamentos criminais pelas Promotorias de Justiça.

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram recebidos 1.571 procedimentos para realização das notificações envolvendo o ANPP, sendo devolvidos 1.562 procedimentos, com 1.065 notificações positivas. Relativamente às notificações dos arquivamentos criminais, no curto período de novembro a dezembro de 2023, foram recebidos 1.014 procedimentos, tendo sido realizadas 434 notificações.

O projeto teve especial impacto na tutela das vítimas e dos investigados, pois culminou na possibilidade do exercício de direitos, notadamente a viabilização da celebração do acordo de não persecução pelo investigado ou da interposição de recurso pela vítima quando esta não concorda com o arquivamento criminal.

**47** projetos inscritos

**41** Promotorias participantes

**25** projetos certificado

**32** comarcas participantes

**65** municípios impactados

TRANSFORMAÇÃO  
PARCERIAS E ESTRATÉGIAS PARA RESULTADOS SOCIAIS MP



### SOLUÇÕES CONCRETAS

*Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento e Inovação*

## **PROGRAMA TRANSFORMAÇÃO MP ESTIMULA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS QUE SOLUCIONEM PROBLEMAS DA REALIDADE LOCAL**

*Em 2023, 47 projetos foram registrados em mais de 35 comarcas e 65 municípios*



O programa Transformação MP tem o objetivo de auxiliar os Promotores de Justiça no planejamento de projetos inéditos e resolutivos com impactos locais, oferecendo ferramentas para o registro, o controle e a aferição de resultados. O programa também auxilia na replicação de iniciativas, promovendo a troca de experiências entre a comarca de origem do projeto e outras localidades.

O programa é coordenado pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento e Inovação (SubPlan). O Transformação MP recebe inscrições de Promotores e Promotoras de Justiça que já tenham projetos em andamento em suas comarcas ou que desejem iniciar alguma iniciativa. Em 2023, foram 17 novas adesões.

Essas inscrições são recebidas pela SubPlan, que, por sua vez, se reúne com os interessados em participar do programa. Por meio de uma metodologia padronizada e de apoio técnico, a SubPlan orienta a execução de cada iniciativa. O intuito é que o projeto apresente resultados concretos

e que alterem a realidade local a partir dos problemas identificados. Os projetos também podem receber auxílio das áreas administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça durante sua execução.

A partir de então, iniciativas que atingiram as metas estabelecidas são certificadas pelo programa e passam a integrar o banco de projetos do MPSC. Dessa forma, o Transformação MP visa ao compartilhamento de ideias. Uma iniciativa que apresentou resultados positivos em uma cidade do Oeste pode ser aplicada em uma comarca da Serra que enfrenta desafios semelhantes, por exemplo.

Em 2023, o programa certificou 26 projetos, que a partir de então puderam ser implementados em todo o Estado. Além disso, no âmbito geral, 47 projetos em andamento foram registrados em mais de 35 comarcas e 65 municípios. Anualmente, os projetos certificados concorrem ao Prêmio José Daura, que reconhece as melhores práticas de Promotorias de Justiça voltadas à atuação resolutiva.



## **MAIS SEGURANÇA JURÍDICA**

*Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais*

# **“CONHECENDO AS INSTÂNCIAS REVISORAS DO MPSC” INCENTIVA ATUAÇÃO UNIFORME PARA O BEM DA SOCIEDADE**

*Atuação direta do Ministério Público catarinense é instrumento de transformação social e entrega de direitos*



O projeto “Conhecendo as instâncias revisoras do MPSC” tem o objetivo de demonstrar a atuação extrajudicial do Ministério Público na entrega de direitos, incentivar a atuação uniforme dos órgãos do MPSC e estimular a interação entre o primeiro e o segundo grau da Instituição. Isso ocorre por meio da divulgação periódica e permanente dos casos de uniformização, repercussão social e de abrangência estadual cancelados pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), bem como os que envolvem a área penal sob responsabilidade da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais (SubInst).

A iniciativa, lançada em setembro de 2023, entrega à sociedade maior segurança jurídica, com uma instituição mais harmônica e coesa. Em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO),

houve a divulgação periódica de notícias referentes a casos analisados e decisões proferidas pelo CSMP e pela SubInst.

No âmbito da defesa dos direitos coletivos lato sensu, o Conselho Superior do Ministério Público analisa e revisa todos os procedimentos extrajudiciais finalizados pelas Promotorias de Justiça referentes à proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, da educação, da saúde, do consumidor, da infância e juventude e de outros interesses metaindividuais – aqueles indivisíveis e que pertencem a vários indivíduos.

É o CSMP, integrado por Procuradores de Justiça eleitos pela classe, que tem a atribuição de determinar que uma investigação cível arquivada pela Promotoria de Justiça seja homologada, encerrando o procedimento, ou que tenha prosseguimento. Essa análise pode ser realizada



tanto pelo envio direto dos procedimentos como por recursos interpostos por quem não concorda com a solução dada pela Promotoria de Justiça.

No ano de 2023, apenas na atividade de execução, fruto do trabalho das Promotorias de Justiça que atuam na área da coletividade, o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), por suas três turmas e pelo pleno, apreciou 5.395 arquivamentos ou recursos.

Na esfera criminal, no ano de 2023 a SubInst atuou por delegação do Procurador-Geral de Justiça nos casos em que não é ofertado o acordo de não persecução penal (ANPP), a suspensão condicional do processo e a transação penal, bem como nas hipóteses de revisão dos arquivamen-

tos de investigação criminal por inconformismo do juízo ou da vítima.

No ano, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais decidiu 326 revisões de ANPP (aumento de 133% em relação a 2022) e 144 revisões envolvendo arquivamentos criminais ou situações análogas (aumento de 88% em relação a 2022). No período também foram emitidos e atualizados enunciados envolvendo o ANPP, os quais materializaram o posicionamento do Órgão sobre temas recorrentes.

Todo esse microsistema de atuação do Ministério Público age em prol da sociedade, reconhecendo e entregando direitos, de forma autônoma e sem qualquer intervenção direta de outros Poderes.

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

# MPSC PARTICIPA DE PROJETO SOBRE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INSTITUIÇÃO

*Parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina busca desenvolver soluções para contribuir com o trabalho do MPSC*



O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estão desenvolvendo em parceria o projeto “Céos: Inteligência de dados para a sociedade - auxílio à tomada de decisão inteligente em domínios complexos do setor público”. O objetivo é construir ferramentas de inteligência artificial que auxiliem os Promotores de Justiça na identificação de fraudes em licitações e contratos públicos. O Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) fez a entrega de informações e promoveu a interação entre Promotores de Justiça e professores da UFSC para subsidiar a linha de pesquisa.

Em junho de 2023, um *workshop* com a presença de mais de 50 pessoas entre membros e servidores do MPSC e de pesquisadores da UDSC de início ao cronograma de ações. Os participantes conheceram como funciona a investigação na esfera da moralidade administrativa, especialmente

no combate à corrupção, observando a perspectiva dos diversos órgãos e setores do MPSC envolvidos em processos desse tipo. A proposta da conversa foi construir uma visão unificada e coesa do fluxo de trabalho, além de possibilitar a identificação e análise dos produtos de dados atualmente em uso.

Financiador do projeto, o MPSC será responsável por fiscalizar as atividades de pesquisa e desenvolvimento das tecnologias e instruir os pesquisadores com informações relativas à atuação institucional. Já a elaboração dos estudos e das tecnologias ficará a cargo da UFSC, que cederá a estrutura e pessoal para a execução dos estudos. O convênio tem duração de 60 meses e também foi assinado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (FEPESE), instituição que intermediará o acordo durante a vigência do contrato.



## INOVAÇÃO

# PROGRAMA DE INOVAÇÃO ABERTA BUSCA SOLUÇÕES INOVADORAS PARA DESAFIOS DO MPSC

*Cento e vinte startups e empresas participaram nos dois ciclos de inovação*

Encontrar soluções inovadoras para desafios vividos pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) foi a missão do Programa de Inovação Aberta, desenvolvido pelo MPSC a partir de um convênio com a Associação Catarinense de Tecnologia (Acate). O programa também visa disseminar a cultura de inovação, com integração ao ecossistema catarinense.

No ano passado, o MPSC lançou um edital de chamamento público para soluções inovadoras a oito desafios em dois ciclos. No primeiro ciclo, os desafios foram os seguintes: assessor digital - inteligência na elaboração de peças processuais; melhorar o acompanhamento das ações judiciais do MPSC; reduzir o absenteísmo nos

procedimentos do SUS em Santa Catarina; melhorar a gestão e transparência da fila de espera para vagas nas creches municipais.

No segundo ciclo, os desafios foram estes: identificar provas digitais relevantes para apoiar as investigações criminais do MPSC; redefinir a gestão de recursos criminais do MPSC; avanços na gestão patrimonial do MPSC; automatização da gestão de dados tributários.

O programa teve a participação de 120 startups e empresas nos dois ciclos de inovação. Além da Acate, são parceiros o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

## iMPulsoLab

O iMPulsoLab é um ambiente de experimentação que impulsiona a inovação no MPSC. Operando dentro de um “sandbox” legislativo, o laboratório permite a realização de experimentos em pequena escala com novas técnicas e tecnologias. Após cada teste, são gerados relatórios com recomendações para o órgão, possibilitando a expansão de projetos bem-sucedidos para todo o Estado.

Além de fomentar a inovação por

meio da experimentação, o laboratório desempenha um papel crucial no desenvolvimento da cultura de inovação no MPSC. São oferecidos treinamentos, palestras e workshops, além de parcerias com a equipe de TI para explorar novas tecnologias. O trabalho é conduzido em estreita colaboração com o Centro de Educação do MPSC e outros laboratórios do Estado, como o InovaGov SC, para promover a inovação de maneira contínua.

**APOIO TÉCNICO**

## **CAT PRESTA SUPORTE TÉCNICO PARA A TOMADA DE DECISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

*Centro de Apoio presta assistência técnica em processos judiciais e na garantia de acesso e manutenção de bancos de dados*

Com a elaboração de estudos, laudos e documentos técnicos de caráter multidisciplinar, o Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT) presta suporte técnico para a tomada de decisão das Promotorias de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Além disso, o Centro de Apoio confere assistência técnica em processos judiciais e na garantia de acesso e de manutenção de bancos de dados públicos e privados, necessários para a qualificação e o aperfeiçoamento dos atos e das atividades funcionais e para a definição de políticas e estratégias institucionais. Atualmente, o CAT conta com analistas de diversas áreas do conhecimento, como contabilidade, geoprocessamento, agronomia, tecnologia da informação, geologia, engenharia sanitária, arquitetura, engenharia civil e biologia, os quais estão preparados para prestar auxílio aos órgãos de execução tanto formalmente, por meio de solicita-

ções de apoio, como, também, informalmente, mediante atendimentos rápidos por reuniões virtuais ou presenciais, por telefone ou por comunicador instantâneo, para o saneamento de eventuais dúvidas do solicitante.

O CAT se divide em dois núcleos: o Núcleo Técnico Especializado, composto pela Gerência de Análise Multidisciplinar e pela Gerência de Análise Contábil (subdividida em Setor de Auditoria do Terceiro Setor/SATS e Setor de Auditoria do Patrimônio Público/SEAUD) e o Núcleo de Inteligência, do qual fazem parte o Laboratório de Tecnologia no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (subdividida em Setor da Análise da Informação/SAI e Setor de Análise Tecnológica/SAT) e Setor de Dados Estruturados.

Confira os dados da atuação do CAT em 2023:

**149**

análises de prestação de contas de fundações privadas, envolvendo

**R\$ 2,25 bilhões**

**3.060**

solicitações de apoio atendidas

**2.882**

habilitações em sistemas

TRIBUNAIS SUPERIORES

## CONHEÇA A ATUÇÃO DO MPSC NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

*As Coordenadorias de Recursos Cíveis e Criminais definem estratégias jurídicas no TJSC e nos Tribunais Superiores (STF e STJ). Os casos são acompanhados, em grande parte, pela Coordenação do Escritório de Representação em Brasília*

As Coordenadorias de Recursos são órgãos de execução do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e têm por principal missão acompanhar os recursos judiciais, nos processos de interesse do MP, no âmbito do Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores (STJ e STF). Os órgãos, compostos por sete Procuradores de Justiça - cinco na área criminal e dois na área cível -, também prestam apoio aos Promotores e Procuradores de Justiça na elaboração de recursos e manifestações de interesse institucional.

Para sua atuação, com especial foco nos Tribunais Superiores, as Coordenadorias de Recursos contam com a parceria do Escritório de Representação em Brasília, órgão coordenado por um Procurador de Justiça que integra a Assessoria do Procurador-Geral de Justiça e que tem por foco

acompanhar os processos mais relevantes em tramitação na Capital Federal, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Em conjunto com as Coordenadorias de Recursos, o Escritório busca, ainda, identificar as principais questões sobre as quais o Judiciário decide contrariamente às posições defendidas pelo Ministério Público, construindo estratégias jurídicas para fazer prevalecer as teses da instituição.

Em 2023, a Coordenadoria de Recursos Criminais movimentou mais de 16.300 recursos e contrarrazões, analisando mais de 76.500 intimações. Já na Coordenadoria de Recursos Cíveis, no mesmo período, foram registradas 1.640 movimentações de recursos e contrarrazões e o recebimento e análise de 29.521 intimações.







# **11. INFORME DA CORREGEDORIA-GERAL DO MPSC**





**CORREGEDORIA-GERAL**

## **RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS DA CORREGEDORIA-GERAL DO MPSC ESTÃO DISPONÍVEIS NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO**

*Com mais agilidade para as consultas, os relatórios apresentam indicadores importantes sobre o trabalho das Promotorias e Procuradorias de Justiça*



Você sabe o que faz a Corregedoria-Geral do Ministério Público? A Corregedoria orienta, fiscaliza e acompanha as atividades funcionais de Promotores e Procuradores de Justiça. Realiza periodicamente correições nas Promotorias de Justiça, com o objetivo de verificar o andamento dos trabalhos. Pode instaurar processo administrativo disciplinar contra membros do Ministério Público, responsabilizando aqueles que cometam faltas funcionais ou tenham conduta incompatível com o cargo.

A Corregedoria-Geral também é responsável pela elaboração de relatórios com dados estatísticos sobre as atividades das Promotorias e das Procuradorias de Justiça e pela organização dessas informações. A finalidade é avaliar o desempenho global e a demanda de serviços.

Em cumprimento ao disposto no artigo 41, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Consolida-

ção das Leis que instituem a Lei Orgânica do Ministério Público), apresentou relatório, com os dados estatísticos coligidos, das atividades desenvolvidas durante o ano de 2023 pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, e bem assim de outros órgãos da Instituição.

O relatório contempla a movimentação processual e as atividades desenvolvidas, dentro de suas atribuições, pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Colégio de Procuradores e seu Órgão Especial, pelo Conselho Superior do Ministério Público, pela Ouvidoria, pelas Coordenadorias de Recursos, pelo Centro de Controle de Constitucionalidade e pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça.

Neste ano, a partir de um profundo processo de inovação na sua construção, elaborou-se um relatório estatístico em página web, mais dinâmico e interativo, com maior quantidade de dados e, de

forma inédita, com filtros que possibilitam refinar a pesquisa, conforme o interesse do usuário. Com o apoio dos servidores do Setor de Sistemas da Área Fim (SEFIM), da Gerência de Ciência de Dados e Inovação (GECDI) e da Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO), foram construídos painéis com quadros e gráficos que permitem analisar os números, além de possibilitar algumas interações, como verificar os dados de uma determinada comarca do Estado ou refinar a busca para extração das informações de forma mais detalhada, fazendo as pesquisas de diferentes maneiras, explorando os resultados em vários

níveis, geograficamente e por assunto.

Os dados numéricos, como denúncias oferecidas na área criminal, ações ajuizadas na área da infância e juventude, termos de ajustamento de conduta firmados ou atendimentos feitos pelas Promotorias de Justiça, são extraídos diretamente da base de dados do sistema informatizado usado pelo Ministério Público para gestão, produção e integração de processos eletrônicos com o Poder Judiciário, e permitem avaliar a nossa forma de atuação, tratando-se de uma efetiva ferramenta de planejamento institucional.



Em atenção ao disposto no artigo 41, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Consolidação das Leis que instituem a Lei Orgânica do Ministério Público), à Corregedoria-Geral compete apresentar os dados estatísticos coligidos, das atividades desenvolvidas pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina e de outros órgãos da instituição.

O Relatório de Atividades das Promotorias de Justiça contempla, por exemplo,

dados referentes às entradas e saídas de processos e procedimentos, quantitativo e espécie dos crimes denunciados, total de sessões do Tribunal do Júri e Acordos de Não Persecução Penal por ano e assunto.

O Relatório de Atividades das Procuradorias de Justiça, por sua vez, destaca, dentre outros, dados numéricos afetos aos pareceres exarados em 2023, que somaram 58.123, e ainda o número de participações dos Procuradores de Justiça em sessões de julgamento do Tribunal de Justiça.



Escaneie o QR Code e acesse o relatório estatístico das Promotorias de Justiça

[Clique aqui](#)



Escaneie o QR Code e acesse o relatório estatístico das Procuradorias de Justiça

[Clique aqui](#)







## **12. PESSOAS NO MPSC**





**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**  
*(Data de referência: 19/07/2024)*

**Procurador-Geral de Justiça**

Fábio de Souza Trajano

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos**

Durval da Silva Amorim

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais**

Paulo Antonio Locatelli

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**

Marcelo Gomes Silva

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento e Inovação**

Luciana Uller Marin

**Secretária-Geral do Ministério Público**

Claudine Vidal de Negreiros da Silva

---

## Assessores do Procurador-Geral de Justiça

Alan Rafael Warsch

Andreza Borinelli

Carlos Eduardo Tremel de Faria

Carlos Renato Silvy Teive

Caroline Cristine Eller

Diego Roberto Barbiero

Felipe Prazeres Salum Müller

Fernando Linhares da Silva Júnior

Gilberto Assink de Souza

Giovanni Andrei Franzoni Gil

Luciana Cardoso Pilati Polli

Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros

Renee Cardoso Braga

Sandro de Araujo

Marina Modesto Rebelo

Marcio André Zattar Cota

## Centros de Apoio Operacional e órgãos auxiliares

**Coordenador-Geral dos Centros de Apoio Operacional**

Paulo Antonio Locatelli

**Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública**

Bianca Andrighetti Coelho – *Coordenadora*

Alessandro Rodrigo Argenta –

*Coordenador Adjunto*

**Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação**

Eder Cristiano Viana – *Coordenador*

**Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública**

Douglas Roberto Martins – *Coordenador*

**Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa**

André Teixeira Milioli – *Coordenador*

Marcos Augusto Brandalise – *Coordenador Adjunto*

**Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária**

Guilherme Luiz Dutra – *Coordenador*

**Centro de Apoio Operacional do Consumidor**

Leonardo Cazonatti Marcinko –

*Coordenador*

**Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade**

Maury Roberto Viviani – *Coordenador*

**Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente**

Fernanda Broering Dutra – *Coordenadora*

**Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor**

Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting – *Coordenadora*

**Centro de Apoio Operacional Técnico**

George André Franzoni Gil – *Coordenador*  
Lucas dos Santos Machado – *Coordenador Adjunto*

**Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**

Lara Peplau – *Diretora*

**Núcleo de Incentivo à Autocomposição**

Analú Librelato Longo – *Coordenadora*

**Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional**

Sandro de Araujo – *Coordenador*

**Escritório de Representação em Brasília**

Fernando Linhares da Silva Júnior – *Coordenador*

**CONSELHO CONSULTIVO DO CDH**

Presidente: Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting  
Bruna Gonçalves Gomes  
Caroline Sartori Velloso Martinelli  
Daniel Paladino  
Guilherme Back Locks  
Felipe Brüggemann  
Monika Pabst  
Roberta Seitenfuss

**CONSELHO CONSULTIVO DO CCR**

Presidente: Bianca Andrighetti Coelho  
Carlos Henrique Fernandes  
Andréia Tonin  
Diego Henrique Siqueira Ferreira  
Francieli Fiorin  
Joel Rogério Furtado Júnior  
Guilherme Brito Laus Simas  
Havah Emília Piccinini de Araújo  
Julio André Locatelli  
Alessandro Rodrigo Argenta

**CONSELHO CONSULTIVO DO CECCON**

Presidente: Maury Roberto Viviani  
Cesar Augusto Engel  
Douglas Dellazari  
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio  
Ricardo Viviani de Souza  
Jean Pierre Campos  
Marcionei Mendes

**CONSELHO CONSULTIVO DO CIJE**

Presidente: Eder Cristiano Viana  
Gercino Gerson Gomes Neto  
Eduardo Chinato Ribeiro  
Guilherme Back Locks  
Giancarlo Rosa Oliveira  
Gabriela Arenhart  
Vânia Augusta Cella Piazza

**CONSELHO CONSULTIVO DO CCO**

Presidente: Leonardo Cazonatti Marcinko  
Carlos Henrique Fernandes  
Antonio Junior Brigatti Nascimento  
Debora Wanderley Medeiros Santos  
Joel Zanelato  
Otavio Augusto Bennech Aranha Alves  
Thiago Alceu Nart

**CONSELHO CONSULTIVO DO CAT**

Presidente: George André Franzoni Gil  
Lucas dos Santos Machado  
Sandro de Araújo  
Marcelo Truppel Coutinho  
Raísa Carvalho Simões Rollin  
Tatiana Rodrigues Borges Agostini  
João Paulo Bianchi Beal  
Stefano Garcia da Silveira

### CONSELHO CONSULTIVO DO CME

Presidente: Fernanda Broering Dutra  
Rui Arno Richter  
Adalberto Exterkötter  
Alexandre Schmitt dos Santos  
José Orlando Lara Dias  
Leonardo Todeschini  
Márcia Denise Kandler Bittencourt  
Massaro  
Tatiana Rodrigues Borges Agostini  
Diana da Costa Chierighini  
Luiz Fernando Góes Ulysséa  
Ariadne Clarissa Klein Sartori  
Anderson Adilson de Souza  
Marciano Villa

### CONSELHO CONSULTIVO DO CMA

Presidente: André Teixeira Milioli  
Gladys Afonso  
Ricardo Viviani de Souza  
Pedro Roberto Decomain  
Milani Maurilio Bento  
Luiza Niencheski Calviera  
Roberta Ceolla Gaudêncio de Moraes  
Jean Pierre Campos  
Marcos Augusto Brandalise  
Marina Modesto Rebelo

### CONSELHO CONSULTIVO DO COT

Presidente: Guilherme Luiz Dutra  
Fabiano David Baldissarelli  
Arthur Koerich Inácio  
Joubert Odebrecht  
Gustavo Mereles Ruiz Diaz  
Jackson Goldoni  
Assis Marciel Kretzer  
Juliana Degraf Mendes  
Luis Suzin Marini Júnior  
Marcelo Truppel Coutinho

### CONSELHO CONSULTIVO CSP

Presidente: Douglas Roberto Martins  
Jayne Abdala Bandeira  
Fabrício José Cavalcanti  
Fernando Wiggers  
Cristiane Weimer  
Ana Paula Destri Pavan  
Stefano Garcia da Silveira  
Rafael Fernandes Medeiros

---

## Coordenadorias de Recursos

### Coordenadoria de Recursos Cíveis

Marcelo Wegner – *Coordenador*  
Leonardo Henrique Marques Lehmann –  
*Coordenador Adjunto*

### Promotores de Justiça Assessores

Lia Nara Dalmutt  
Marcela Hülse Oliveira

### Coordenadoria de Recursos Criminais

Ary Capella Neto – *Coordenador*  
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin –  
*Coordenador Adjunto*  
Cid Luiz Ribeiro Schmitz – *Coordenador*  
*Adjunto*  
Eduardo Paladino – *Coordenador Adjunto*

### Promotores de Justiça Assessores

André Barbuto Vitorino  
João Paulo de Andrade  
Mateus Erdtmann

## Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

### Ex-Procuradores-Gerais de Justiça

Pedro Sérgio Steil

### Representante do Segundo Grau

Rui Arno Richter (titular)

Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol (suplente)

### Representantes do Primeiro Grau

**Região Extremo-Oeste:** Karen Damian Pacheco Pinto (titular) e Felipe Brüggemann (suplente)

**Região Oeste:** José Orlando Lara Dias (titular) e Julio André Locatelli (suplente)

**Região Meio-Oeste:** Luciana Leal Musa (titular), Douglas Dellazari (suplente)

**Região do Planalto Serrano:** Luis Suzin Marini Júnior (titular) e Vinícius Silva Peixoto (suplente)

**Região do Alto Vale do Itajaí:** João Paulo Bianchi Beal (titular) e José Geraldo Rossi da Silva Cecchini (suplente)

**Região do Médio Vale do Itajaí:** Patricia Dagostin (titular) e Marcionei Mendes (suplente)

**Região do Vale do Rio Itajaí e do Tijucas:** Milani Maurilio Bento (titular) e Luis Felipe de Oliveira Czesnat (suplente)

**Região da Grande Florianópolis:** Marcelo de Tarso Zanellato (titular) e Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck (suplente)

**Região do Planalto Norte:** Pedro Roberto Decomain (titular) e Fernanda de Ávila Moukarzel (suplente)

**Região Norte:** Ricardo Paladino (titular) e Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros (suplente)

**Região Sul:** Anderson Adilson de Souza (titular) e Bruna Gonçalves Gomes (suplente);

**Região do Extremo-Sul:** Marcos Batista De Martino (titular) e Samuel Dal Farra Naspolini (suplente)

## Conselho Consultivo de Defesa Institucional

### Procuradores de Justiça

Durval da Silva Amorim

Paulo Antônio Locatelli

Pedro Sérgio Steil

### Promotores de Justiça

Bianca Andrighetti Coelho

Carlos Eduardo Tremel De Faria

Alexandre Estefani

Daniel Westphal Taylor

Raísa Carvalho Simões Rollin

## Colégio de Procuradores de Justiça

Fábio de Souza Trajano – *Presidente*

Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães – *Secretário*

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Basílio Elias De Caro

Tycho Brahe Fernandes

Gladys Afonso

Paulo Ricardo da Silva

Lenir Roslindo Piffer

Paulo Cezar Ramos de Oliveira

Paulo de Tarso Brandão  
 Gercino Gerson Gomes Neto  
 Francisco Bissoli Filho  
 Newton Henrique Trennepohl  
 Heloísa Crescenti Abdalla Freire  
 Ivens José Thives de Carvalho  
 Alexandre Herculano Abreu  
 Durval da Silva Amorim  
 Vânio Martins de Faria  
 Américo Bigaton  
 Eliana Volcato Nunes  
 Mário Luiz de Melo  
 Rogério Antônio da Luz Bertoncini  
 Genivaldo da Silva  
 Rui Arno Richter  
 Cristiane Rosália Maestri Böell  
 Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti  
 Murilo Casemiro Mattos  
 Fábio Strecker Schmitt  
 Sonia Maria Demeda Groisman Piardi  
 Marcílio de Novaes Costa  
 Monika Pabst  
 Jorge Orofino da Luz Fontes  
 Onofre José Carvalho Agostini  
 Carlos Alberto de Carvalho Rosa  
 Rogê Macedo Neves  
 Jayne Abdala Bandeira  
 Ernani Dutra

Abel Antunes de Mello  
 Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese  
 Carlos Henrique Fernandes  
 Davi do Espírito Santo  
 César Augusto Grubba  
 Rui Carlos Kolb Schiefler  
 Henrique Limongi  
 Ary Capella Neto  
 Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol  
 Hélio José Fiamoncini  
 André Fernandes Indalencio  
 Paulo Antonio Locatelli  
 Alex Sandro Teixeira da Cruz  
 Cid Luiz Ribeiro Schmitz  
 Protásio Campos Neto  
 Rosemary Machado Silva  
 Marcelo Truppel Coutinho  
 Margaret Gayer Gubert Rotta  
 Ângela Valença Bordini  
 Marcelo Wegner  
 Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin  
 Andreas Eisele  
 Leonardo Henrique Marques Lehmann  
 Fernando Linhares da Silva Júnior  
 Thais Cristina Scheffer  
 Maury Roberto Viviani  
 Eduardo Paladino  
 Júlio César Mafra

## Conselho Superior do Ministério Público

### Membros natos

**Presidente:** Fábio de Souza Trajano – *Procurador-Geral de Justiça*  
 Fábio Strecker Schmitt – *Corregedor-Geral do Ministério Público*

### Representantes do Colégio de

#### Procuradores

Gladys Afonso  
 Newton Henrique Trennepohl  
 Ary Capella Neto

#### Representantes da Primeira Instância

Sonia Maria Demeda Groisman Piardi  
 Monika Pabst

Onofre José Carvalho Agostini  
 Carlos Henrique Fernandes  
 Davi do Espírito Santo  
 Paulo Antonio Locatelli  
 Cid Luiz Ribeiro Schmitz  
 Marcelo Truppel Coutinho

Lenir Roslindo Piffer – *1ª Suplente*  
 Rui Arno Richter – *2ª Suplente*  
 Eliana Volcato Nunes – *3ª Suplente*

#### Secretária

Claudine Vidal de Negreiros da Silva

## Corregedoria-Geral do MPSC

### Corregedor-Geral do MPSC

Fábio Strecker Schmitt

### Subcorregedora-Geral

Cristiane Rosália Maestri Böell

### Secretária

Mônica Lerch Lunardi

### Promotores de Justiça Assessores do

#### Corregedor-Geral

Aline Dalle Laste

Ana Paula Cardoso Teixeira

Cristine Angulski da Luz

Laudares Capella Filho

Roberta Magioli Meirelles

Rogério Ponzi Seligman

### Coordenadoria de Recursos Cíveis

Marcelo Wegner – *Coordenador*

Leonardo Henrique Marques Lehmann –

*Coordenador Adjunto*

### Promotores de Justiça Assessores

Lia Nara Dalmutt

Marcela Hülse Oliveira

### Coordenadoria de Recursos Criminais

Ary Capella Neto – *Coordenador*

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin –

*Coordenador Adjunto*

Cid Luiz Ribeiro Schmitz – *Coordenador*

*Adjunto*

Eduardo Paladino – *Coordenador Adjunto*

### Promotores de Justiça Assessores

André Barbuto Vitorino

João Paulo de Andrade

Mateus Erdtmann

## Ouvidoria

### Ouvidora

Rosemary Machado Silva

### Subouvidora

Ângela Valença Bordini

## Órgãos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça

### Coordenador de Auditoria e Controle

Fernando Fabro Tomazine

### Coordenadora de Comunicação Social

Sílvia Pinter Pereira

### Gerente de Jornalismo e Assessoria de Imprensa

Luciane do Valle

### Gerente de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia

Marcela Rosa Santos da Silva Marcon

### Coordenador de Engenharia e Arquitetura

Fabício Kremer de Souza

### Gerente de Fiscalização de Obras

Jordao Alexandre Craveiro Curado

### Gerente de Manutenção Predial

Valmir Righetto Junior

### Gerente de Projetos e Edificações

Jader Henrique de Santiago

**Coordenador de Finanças e Contabilidade**

Sérgio Luiz Kraeski

**Gerente de Contabilidade**

Luana Henrique Nunes

**Gerente de Finanças**

Giovani Carlos André

**Coordenador de Logística**

Ricardo Alexandre Oliveira

**Gerente de Almoxarifado**

Luís Antônio Buss

**Gerente de Arquivo e Documentação**

Elis Regina Biazin

**Gerente de Patrimônio**

Ângelo Vitor Oliveira

**Gerente de Transportes**

Robson Nicoleit Stipp

**Coordenadora de Operações Administrativas**

Doris Mara Eller Brüggemann

**Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais**

Luciano Flores da Rosa

**Gerente de Compras**

Gerson da Silva Júnior

**Gerente de Contratos**

André Venturi Pereira

**Coordenador de Planejamento**

Paulo Cesar Allebrandt

**Gerente de Informações e Projetos**

Marina Guterro da Silva

**Coordenador de Processos e Informações Jurídicas**

Denis Moreira Cunha

**Coordenador de Recursos Humanos**

Andreas Jumes

**Gerente de Admissão e Movimentação Funcional**

Silvia Fatima da Luz

**Gerente de Atenção à Saúde**

Juliana Martins Barreto Abreu

**Gerente de Desenvolvimento de Pessoas**

Danielle Durieux Reitz

**Gerente de Estágio e Residência**

André Luiz Grams

**Gerente de Legislação de Pessoal**

Maria Luiza Silva Valério

**Gerente de Remuneração Funcional**

Renato Kraus

**Coordenador de Tecnologia da Informação**

Orlando da Silva Baptista

**Gerente de Atendimento ao Usuário**

Rodrigo de Souza Zeferino

**Gerente de Ciência de Dados e Inovação**

Patrick de Macedo Varela

**Gerente de Governança e Qualidade em TI**

Giorgio Santos Costa Merize

**Gerente de Infraestrutura Tecnológica**

Júlio Cesar Moriguti

**Gerente de Segurança da Informação e Gestão de Riscos**

Filipe Souza Régis

**Gerente de Sistemas de Informação**

Ricardo Araujo Palhares

**Gerente de Transformação Digital**

Rodrigo Figueiredo Brelinger

## Corregedoria-Geral do MPSC

### Gerente de Acompanhamento Funcional

Carlos Andriago Paes

### Gerente de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar

Berenice Chaves Gomes

## Centro de Apoio Operacional Técnico

### Gerente de Análise Contábil

Douglas da Silveira

### Gerente de Análise Multidisciplinar

Fábio Rogério MatiuZZi Rodrigues

## Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

### Gerente de Biblioteca

Andrea Aparecida Silva

### Gerente de Eventos

Thiago José da Silva

### Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento

Vanessa do Amaral

### Gerente de Pesquisa, Extensão e Revisão

Lucia Anilda Miguel

## Promotores de Justiça de Entrância Especial

Donaldo Reiner  
Moacir José Dal Magro  
James Faraco Amorim  
Paulo Roberto Luz Gottardi  
Neori Rafael Krahl  
Ricardo Marcondes de Azevedo  
Sérgio Ricardo Joesting  
Gustavo Mereles Ruiz Diaz  
Felipe Martins de Azevedo  
Daniel Paladino  
Francisco de Paula Fernandes Neto  
Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto  
Vânia Augusta Cella Piazza  
Fabiano David Baldissarelli  
Assis Marciel Kretzer  
Joubert Odebrecht  
Andrey Cunha Amorim  
Julio André Locatelli  
Marcelo Brito de Araújo  
Juliana Padrão Serra de Araújo  
Rafael de Moraes Lima

Luiz Augusto Farias Nagel  
Joel Rogério Furtado Júnior  
Rogério Ponzi Seligman  
Helen Crystine Corrêa Sanches  
Geovani Werner Tramontin  
George André Franzoni Gil  
Kátia Rosana Pretti Armange  
Luciano Trierweiler Naschenweng  
Rosangela Zanatta  
Cristina Balceiro da Motta  
Fabrício Nunes  
Nazareno Bez Batti  
Affonso Ghizzo Neto  
Celso Antonio Ballista Junior  
Fabrício José Cavalcanti  
Marcelo Gomes Silva  
Diana Spalding Lessa Garcia  
Fabiano Henrique Garcia  
Wilson Paulo Mendonça Neto  
Benhur Poti Betiolo  
Fernando da Silva Comin

Ana Paula Cardoso Teixeira  
Alexandre Piazza  
Ricardo Paladino  
Hélio Sell Júnior  
Jackson Goldoni  
Luciana Rosa  
André Otávio Vieira de Mello  
Mauricio de Oliveira Medina  
Jádel da Silva Júnior  
Márcia Aguiar Arend  
Raul de Araujo Santos Neto  
Vera Lúcia Butzke  
Cláudia Mara Noll  
Debora Wanderley Medeiros Santos  
Ricardo Luis Dell Agnolo  
Andréa da Silva Duarte  
Alexandre Wiethorn Lemos  
Sandro Ricardo Souza  
Sandro de Araujo  
Jonathan Augustus Kuhnen  
Maria Amélia Borges Moreira  
Gilberto Polli  
João Carlos Teixeira Joaquim  
Ricardo Figueiredo Coelho Leal  
José de Jesus Wagner  
Jean Michel Forest  
Osvaldo Juvencio Cioffi Junior  
Rodrigo Silveira de Souza  
Amélia Regina da Silva  
Milani Maurilio Bento  
Gustavo Wiggers  
Alvaro Pereira Oliveira Melo  
Marcelo Mengarda  
Simone Cristina Schultz Corrêa  
Luiz Fernando Góes Ulysséa  
Rafael Alberto da Silva Moser  
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio  
Alan Boettger  
Max Zuffo  
Mauro Canto da Silva  
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo  
Havah Emília Piccinini de Araújo  
Vânia Lúcia Sangalli  
Adalberto Exterkötter  
Cléber Augusto Hanisch  
Giovanni Andrei Franzoni Gil  
Renee Cardoso Braga  
Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck

Deize Mari Oechsler  
Leonardo Todeschini  
Luis Suzin Marini Júnior  
Wagner Pires Kuroda  
Cristian Richard Stahelin Oliveira  
Jadson Javel Teixeira  
Marcelo de Tarso Zanellato  
Caroline Moreira Suzin  
Guilherme Luis Lutz Morelli  
Luciana Uller Marin  
Jean Pierre Campos  
Rodrigo Cunha Amorim  
Aristeu Xenofontes Lenzi  
José Eduardo Cardoso  
Alexandre Schmitt dos Santos  
Cristina Costa da Luz Bertoncini  
Rodrigo Millen Carlin  
Gustavo Viviani de Souza  
Márcio Conti Junior  
Aurélio Giacomelli da Silva  
Alexandre Carrinho Muniz  
Ricardo Viviani de Souza  
Susana Perin Carnaúba  
Andréa Machado Speck  
Daniel Westphal Taylor  
Murilo Adaghinari  
Marcio André Zattar Cota  
Cristiano José Gomes  
Rafael Meira Luz  
Fabrício Franke da Silva  
Eduardo Chinato Ribeiro  
André Teixeira Milioli  
Fernanda Crevanzi Vailati  
Tatiana Rodrigues Borges Agostini  
Samuel Dal Farra Napolini  
Belmiro Hanisch Júnior  
Carlos Eduardo Cunha  
Carlos Renato Silvy Teive  
Cristine Angulski da Luz  
Eduardo Sens dos Santos  
Germano Krause de Freitas  
Júlio Fumo Fernandes  
Diógenes Viana Alves  
Henrique da Rosa Ziesemer  
Diego Rodrigo Pinheiro  
Mônica Lerch Lunardi  
Alexandre Estefani  
Henrique Laus Aieta

Arthur Koerich Inacio  
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa  
Cesar Augusto Engel  
André Braga de Araújo  
Alessandro Rodrigo Argenta  
Felipe Prazeres Salum Müller  
Elaine Rita Auerbach  
Marcelo Sebastião Netto de Campos  
Aline Dalle Laste  
Roberta Magioli Meirelles  
Anderson Adilson de Souza  
Caroline Cristine Eller  
Fernanda Broering Dutra  
Patricia Dagostin  
Luciana Schaefer Filomeno  
Débora Pereira Nicolazzi  
Carlos Eduardo Tremel de Faria  
Barbara Elisa Heise  
Caroline Sartori Velloso Martinelli  
Ariadne Clarissa Klein Sartori  
Candida Antunes Ferreira  
Marina Modesto Rebelo  
Cyro Luiz Guerreiro Júnior  
Diego Roberto Barbiero  
Felipe Schmidt  
Giselli Dutra  
Giancarlo Rosa Oliveira  
Júlia Wendhausen Cavallazzi  
Glauco José Riffel  
Cássio Antonio Ribas Gomes  
Chimelly Louise de Resenes Marcon  
Eder Cristiano Viana  
Graziele dos Prazeres Cunha  
Átila Guastalla Lopes  
Claudine Vidal de Negreiros da Silva  
Viviane Soares  
Simão Baran Junior  
Marcio Gai Veiga  
Douglas Roberto Martins  
Andrea Gevaerd  
Andreza Borinelli  
Marcionei Mendes

Fred Anderson Vicente  
Gilberto Assink de Souza  
Marcelo Francisco da Silva  
Marcela Hülse Oliveira  
Guilherme Schmitt  
Joaquim Torquato Luiz  
Maria Claudia Tremel de Faria  
Rodrigo Andrade Viviani  
Maria Cristina Pereira Cavalcanti  
Laudares Capella Filho  
Fernando Wiggers  
Guilherme André Pacheco Zattar  
Diana da Costa Chierighini  
Marcus Vinicius de Faria Ribeiro  
Carlos Alberto da Silva Galdino  
Cristiane Weimer  
Ana Elisa Goulart Lorenzetti  
Fernando Rodrigues de Menezes Júnior  
Marcos Batista De Martino  
Daniel Granzotto Nunes  
Gláucio José Souza Alberton  
Pablo Inglês Sinhori  
Rafael Pedri Sampaio  
Camila Vanzin Pavani  
Lara Zappellini Souza  
Luciana Cardoso Pilati Polli  
Luis Otávio Tonial  
Jaisson José da Silva  
João Luiz de Carvalho Botega  
José Orlando Lara Dias  
Raul Gustavo Juttel  
Julia Trevisan de Toledo Barros  
Daniele Garcia Moritz  
Felipe Nery Alberti de Almeida  
Rafaela Denise da Silveira Beal  
Marcela de Jesus Boldori Fernandes  
Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros  
Roberta Trentini Machado Gonçalves  
João Paulo de Andrade  
Alan Rafael Warsch  
Bruna Gonçalves Gomes  
Diogo Luiz Deschamps

## Promotores de Justiça de Entrância Final

Alexandre Daura Serratine	Bruna Gonçalves Gomes
Pedro Roberto Decomain	Marcela Pereira Geller
Karla Bárdio Meirelles	Juliana Ramthun Frasson
João Carlos Linhares Silveira	Ana Laura Peronio Omizzolo
Sandra Goulart Giesta da Silva	Ana Paula Destri Pavan
José Renato Côrte	Vinícius Secco Zoponi
Rodrigo Kurth Quadro	Raquel Betina Blank
Marco Antonio Schütz de Medeiros	Renato Maia de Faria
Alicio Henrique Hirt	Mariana Pagnan Silva de Faria
Ana Cristina Boni	Michel Eduardo Stechinski
Jorge Eduardo Hoffmann	Fabiana Mara Silva Wagner
João Alexandre Massulini Acosta	José Geraldo Rossi da Silva Cecchini
Carla Mara Pinheiro	Fernando Guilherme de Brito Ramos
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro	Alexandre Volpatto
Maycon Robert Hammes	Pedro Lucas de Vargas
Andréia Soares Pinto Favero	Djônata Winter
Mirela Dutra Alberton	Leandro Garcia Machado
Caroline Cabral Zonta	Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos
Greícia Malheiros da Rosa Souza	Joel Zanelato
Gabriel Ricardo Zanon Meyer	Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes
Luis Felipe de Oliveira Czesnat	Matheus Azevedo Ferreira
Nilton Exterkoetter	Rafael Fernandes Medeiros
Fabiano Francisco Medeiros	Thiago Madoenho Bernardes da Silva
Cristina Elaine Thomé	Danielle Diamante
Lara Peplau	Marciano Villa
Lenice Born da Silva	Bianca Andrighetti Coelho
Kariny Zanette Vitoria	Thiago Alceu Nart
Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro	Naiana Benetti
Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini Ferrari	Leonardo Fagotti Mori
Guilherme Brodbeck	João Paulo Bianchi Beal
Alan Rafael Warsch	Leonardo Cazonatti Marcinko
Rodrigo Cesar Barbosa	Juliana Degraf Mendes
Roberta Ceolla Gaudêncio de Moraes	Thiago Napolini Berenhauer
Tehane Tavares Fenner	Marcos Schlickmann Alberton
Rejane Gularte Queiroz Beilner	Francisco Ribeiro Soares
Marcos Augusto Brandalise	Dimitri Fernandes
Tiago Davi Schmitt	Eliatar Silva Junior
Filipe Costa Brenner	Rafaela Vieira Bergmann
Bruno Bolognini Tridapalli	Flávio Fonseca Hoff
Francieli Fiorin	Sandra Faitlowicz Sachs
Diogo Luiz Deschamps	Rodrigo Dezengrini
Fabício Pinto Weiblen	Luísa Niencheski Calviera
João Paulo de Andrade	André Barbuto Vitorino
Elias Albino de Medeiros Sobrinho	Lia Nara Dalmutt

Chrystopher Augusto Danielski  
Augusto Zanelato Júnior  
Marcio Vieira  
Lucas dos Santos Machado  
Paulo Henrique Lorenzetti da Silva  
Rene José Anderle  
Ana Carolina Ceriotti  
Saulo Henrique Aléssio Cesa  
Alexandre Penzo Betti Neto  
Renata de Souza Lima  
Douglas Dellazari  
Aline Boschi Moreira  
Luan de Moraes Melo  
Mateus Erdtmann  
Fernanda Morales Justino  
Guilherme Luiz Dutra  
Rafaela Mozzaquattro Machado  
Guilherme Back Locks  
Karen Damian Pacheco Pinto  
Daianny Cristine Silva Azevedo Pereira  
Luciana Leal Musa  
Marco Antonio Frassetto  
Antonio Junior Brigatti Nascimento  
Otavio Augusto Bennech Aranha Alves

Roberta Seitenfuss  
Fernanda Priorelli Soares Togni  
Gabriela Cavalheiro Locks  
Aline Restel Trennepohl  
Mariana Mocelin  
Vanessa Wendhausen Cavallazzi  
Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting  
Andréia Tonin  
Luis Felipe Fonseca Católico  
Juliano Bitencourt Pinter  
Silvana do Prado Brouwers  
Victor Abras Siqueira  
Thiago Ferla  
Giovanna Wolf Davelli  
Renata Bezerra Marinho de Oliveira  
Gabriela Arenhart  
Ana Maria Horn Vieira Carvalho  
Stephani Gaeta Sanches  
Diego Henrique Siqueira Ferreira  
Vinícius Silva Peixoto  
Raíza Alves Rezende  
Felipe Brüggemann  
Fernanda Silva Villela Vasconcellos  
Willian Valer

---

## Promotores de Justiça de Entrância Inicial

Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca  
Elizandra Sampaio Porto  
Symone Leite  
Cleber Lodetti de Oliveira  
Edisson de Melo Menezes  
Larissa Zomer Loli  
Raísa Carvalho Simões Rollin  
Guilherme Brito Laus Simas  
Caroline Regina Maresch Conte  
Marta Fernanda Tumelero  
Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes  
Juliana Eid Piva Bertoletti  
Stefano Garcia da Silveira  
Felipe de Oliveira Neiva  
Bruno Poerschke Vieira  
Cristina Nakos  
Caio Rothsahl Botelho  
Rafael Dutra Silveira Martins  
Lanna Gabriela Bruning Simoni

Albert Medeiros Karl  
Iara Klock Campos  
José da Silva Junior  
Tiago Prechlhak Ferraz  
Liliana Schuelter Vandresen  
Thiago Moura Furtado  
Marco Aurélio Morosini  
Bruna Vieira Pratts  
Marcos José Ferreira da Cruz  
Fernanda de Ávila Moukarzel  
Laura Ayub Salvatori  
Gustavo Moretti Staut Nunes  
Marcelo José Zattar Cota  
Leonardo Lorenzton  
Alceu Rocha  
Letícia Vinotti da Silva  
Juliana Goulart Ferreira  
Edileusa Demarchi  
Lucas Broering Correa

Gabriel Cavalett  
Ana Carolina Schmitt  
Analú Librelato Longo  
Vanessa Rodrigues Ferreira  
Marco Antônio da Gama Luz Junior  
Pedro Francisco Mosimann da Silva  
Raquel Marramon da Silveira  
Gustavo Carlos Roman

Vanessa Cristine da Silva de Oliveira  
Susane Ramos  
Jessica de Souza Rangel Fernandes  
Cassilda Maria De Carvalho Santiago Dallag-  
nolo  
Marcus Vinicius dos Santos  
Juliana da Costa Lima Cangussu  
Daniela Böck Bandeira

---

## Promotores de Justiça Substitutos

Raul Rogério Rabello  
Thiago Carriço de Oliveira  
Luiz Fernando Fernandes Pacheco  
Letícia Baumgarten Filomeno  
Daniel da Costa Rabello  
Isabela Ramos Philippi  
Geruza Isoton  
Bartira Soldera Dias  
Ariane Bulla Jaquier  
Priscila Teixeira Colombo  
Adriane Nicoli Graciano  
Leonardo Silveira de Souza  
Marina Saade Laux  
Barbara Machado Moura Fonseca  
Nicole Lange de Almeida Pires  
Felipe Lambert de Faria  
Wesley da Silva  
Murilo Rodrigues da Rosa  
Estevão Vieira Diniz Pinto  
Thayse Goedert Pauli  
Daniela Carvalho Alencar  
Ana Paula Rodrigues Steimbach  
Fernanda Golin Luigi

Jaqueline Dal Magro  
Rafael Rauen Canto  
João Augusto Pinto Lima  
Dirceu Alves Rodrigues Filho  
Felipe Luz  
Rafaela Póvoas Cardozo Lehmann  
Greice Chiamulera Cristianetti  
Renata Lima da Silva  
Larissa Zimmermann  
Priscila Rosário Franco  
Juliano Antonio Vieira  
Larissa Moreno Costa  
Wallace França de Melo  
Victor Ribeiro Debastiani  
Kelly Vanessa De Marco Deparis  
Camila da Silva Tognon  
Ginter de França Nast  
Thiago Ruano Toassi Costa  
Rafael Baltazar Gomes dos Santos  
Louise Schneider Lersch  
Diego Bertoldi  
Caio Henrique Sanfelice Sena





MPSC

MINISTÉRIO PÚBLICO  
Santa Catarina